CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

Joelma Maria Mendes Resende

Políticas Públicas Educacionais Avaliativas: Análise Comparativa entre Desigualdades Socioeducacionais, Fluxo Escolar e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na Rede Pública de Ensino de Goiás (2017-2021).

GOIÂNIA
JUNHO, 2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Joelma Maria Mendes Resende

Políticas Públicas Educacionais Avaliativas: Análise Comparativa entre Desigualdades Socioeducacionais, Fluxo Escolar e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na Rede Pública de Ensino de Goiás (2017-2021).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção de Título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Educação e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte

GOIÂNIA

JUNHO, 2024

Catalogação na fonte: Biblioteca UNIALFA

R433p

Resende, Joelma Maria Mendes.

Políticas públicas educacionais avaliativas: análise comparativa entre desigualdades socioeducacionais, fluxo escolar e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) na rede pública de ensino de Goiás (2017-2021). / Joelma Maria Mendes Resende. – 2024.

107 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2024.

1. IDEB. 2. Qualidade de ensino. 3. Goiás. 4. Políticas públicas. I. Champangnatte, Dostoiewski Mariatt de Oliveira. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 37.014.53(817.3)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: **Políticas Públicas Educacionais Avaliativas:** Análise Comparativa entre Desigualdades Socioeducacionais, Fluxo Escolar e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na Rede Pública de Ensino de Goiás (2017-2021).

Aprovada em: 09/07/ 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte.

Centro Universitário Alves Faria

Professor Orientador

Prof. Dr. Heverton Eustáquio Pinto

Centro Universitário Alves Faria

Professor Examinador interno

Profa. Dra. Daniele Ribeiro Fortuna

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professor Examinador externo

Dedico este trabalho ao meu esposo e meus filhos, aos meus pais e aos meus familiares e amigos. Vocês foram minha força e inspiração, sempre me incentivando a seguir em frente, tornando esta jornada mais leve e gratificante com palavras de incentivo e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, manifesto minha gratidão a Deus. Nos momentos de maior dificuldade, especialmente quando cogitei abandonar este mestrado devido a problemas de saúde, foi Ele quem me deu forças para continuar e superar os desafios.

Agradeço de forma sincera a toda minha família: meu esposo, minha filha, meu filho, meus pais e meus amigos. Vocês compreenderam os períodos em que estive ausente, seja durante as aulas, nas reuniões em grupo com os colegas, ou nas horas de estudo dedicadas à realização das pesquisas. Sem o apoio e a compreensão de vocês, esta trajetória teria sido imensamente mais difícil.

Por fim, expresso minha profunda gratidão ao meu estimado orientador, Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte, ao Coordenador, Dr. Marcelo Ladvocat Rocha Campos, e aos demais professores do programa. Suas aulas e orientações foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e pessoal ao longo do curso. Também agradeço aos meus colegas, cuja colaboração e amizade enriqueceram esta experiência.

RESUMO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um importante instrumento para avaliar o desempenho da educação no Brasil, e é calculado com base em dados de proficiência em matemática e língua portuguesa, bem como taxas de aprovação e reprovação. O objeto do estudo é a análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual no Estado de Goiás, utilizando uma abordagem que examina as políticas governamentais. O estudo emprega o IDEB como uma métrica central para avaliar o avanço educacional ao longo do tempo e utiliza dados dos anos de 2017, 2019 e 2021, e concentra-se nas turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental dos treze melhores e treze piores rankings dos municípios goianos. Este estudo apresenta uma análise sobre a qualidade da educação em Goiás de acordo com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e sua relação com dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e com a taxa de aprovação escolar. O estudo oferece informações valiosas para repensar a formulação de políticas educacionais e estratégias voltadas para melhorar a qualidade da educação na rede pública, visando não apenas aumentar as taxas de aprovação, mas também aprimorar o desempenho acadêmico dos estudantes. O estudo procurou relacionar áreas específicas que necessitam de melhorias, visando proporcionar uma estimativa mais precisa e direcionar futuras intervenções destinadas a reduzir disparidades educacionais existentes. Para isso, foi utilizada uma abordagem qualitativa documental, em que os dados das escolas da rede foram obtidos por meio de sites como, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Instituto Mauro Borges (IMB), entre outros. A partir dos dados coletados, foi considerando os rankings dos 13 melhores e 13 piores resultados identificados, no período mencionado, como método de coleta de dados recorreu-se à análise documental, juntamente com uma revisão sistemática da literatura brasileira, incluindo dissertações, teses e outros estudos, que abordam a relação entre os índices do IDEB, seu desenvolvimento ao longo do tempo, e investigando fatores como o nível socioeconômico. Ressalta-se também que problemas de igualdade e equidade foram considerados através da análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e as implicações foram pautados nas similaridades com a literatura estrangeira e certamente essas percepções ajudarão a nortear estudos futuros na área de eficácia escolar e das políticas públicas. Os resultados da pesquisa mostraram que houve um aumento significativo nas taxas de aprovação (fluxo) dos alunos da rede de ensino, por outro lado não evidenciou, de forma geral, a relação na comparação das perdas e/ou ganhos de aprendizagem quando considerado o IDHM Goiano. Os dados foram coletados levando em consideração as mesorregiões do Estado de Goiás e despontará as melhorias significativas ou não nos níveis de aprendizagem dos alunos durante esse período. As descobertas evidenciam que as políticas educacionais adotadas durante este período priorizaram, em grande medida, o fluxo escolar dos estudantes, especialmente devido à existência da promoção automática, resultando em um aumento nas taxas de aprovação. Portanto, é crucial conduzir uma análise para compreender por que o desempenho acadêmico não melhorou em consonância com essas taxas de aprovação.

Palavras-chaves*:* *IDEB*, fluxo escolar, proficiência, desigualdades educacionais, qualidade da educação, políticas governamentais.

ABSTRACT

The Basic Education Development Index (IDEB) is an important instrument for evaluating the performance of education in Brazil, and is calculated based on data on proficiency in mathematics and Portuguese, as well as pass and fail rates. The object of the study is the analysis of the results of the Basic Education Development Index (IDEB) of the State Network in the State of Goiás, using an approach that examines government policies. The study uses IDEB as a central metric to evaluate educational progress over time and uses data from the years 2017, 2019 and 2021, and focuses on the 9th Year of Elementary School classes in the thirteen best and thirteen worst rankings of the municipalities in Goiás. This study presents an analysis of the quality of education in Goiás according to the results of the Basic Education Development Index (IDEB) and its relationship with data from the Municipal Human Development Index (IDHM) and the school pass rate. The study offers valuable information to rethink the formulation of educational policies and strategies aimed at improving the quality of education in the public network, aiming not only to increase pass rates, but also to improve students' academic performance. The study sought to list specific areas in need of improvement, aiming to provide a more accurate estimate and direct future interventions aimed at reducing existing educational disparities. For this, a qualitative documentary approach was used, in which data from the schools in the network were obtained through websites such as the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), the Mauro Borges Institute (IMB), among others. . From the data collected, we considered the rankings of the 13 best and 13 worst results identified, in the period mentioned, as a method of data collection, documentary analysis was used, together with a systematic review of Brazilian literature, including dissertations, theses and other studies, which address the relationship between IDEB indices, their development over time, and investigating factors such as socioeconomic level. It is also noteworthy that problems of equality and equity were considered through the analysis of the Municipal Human Development Index (IDHM) and the implications were based on similarities with foreign literature and these perceptions will certainly help guide future studies in the area of school effectiveness and of public policies. The research results showed that there was a significant increase in the approval rates (flow) of students in the education network, on the other hand, it did not show, in general, the relationship in the comparison of learning losses and/or gains when considering the IDHM Goiano. The data was collected taking into account the mesoregions of the State of Goiás and will highlight significant or non-significant improvements in students' learning levels during this period. The findings show that the educational policies adopted during this period prioritized, to a large extent, the academic flow of students, especially due to the existence of automatic promotion, resulting in an increase in approval rates. Therefore, it is crucial to conduct an analysis to understand why academic performance has not improved in line with these pass rates.

Keywords: *IDEB, school flow, proficiency, educational inequalities, quality of education, government policies.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Linha do tempo: Ações que modificaram o Censo Escolar no Brasil 44

Figura 2. Componentes do SAEB 46

Figura 3. Dimensões Essenciais do IDEB 55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Referente aos dados da tabela 7 (2017), MAIORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010) 91

Gráfico 2. Referente aos dados da tabela 7 (2017), MENORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010) 92

Gráfico 3. Referente aos dados da tabela 8 (2019), MAIORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010) 94

Gráfico 4. Referente aos dados da tabela 8 (2019), MENORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010) 94

Gráfico 5. Referente aos dados da tabela 9 (2021), MAIORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010) 97

Gráfico 6. Referente aos dados da tabela 9, MENORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010) 97

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. IDEB – 2017- Ensino Fundamental - Anos Finais 76

Mapa 2. IDEB – 2019- Ensino Fundamental - Anos Finais 76

Mapa 3. IDEB – 2021- Ensino Fundamental - Anos Finais 76

Mapa 4. Regiões Imediatas e Intermediárias do Estado de Goiás 81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dimensões da qualidade da educação 50

Quadro 2. Exemplos do cálculo do IDEB 58

Quadro 3. Número de Matrículas – Rede Estadual - Ensino Fundamental – Anos Finais (2017, 2019 e 2021) 60

Quadro 4. IDEB – Rede Estadual de Goiás - Ensino Fundamental – Anos Finais (2017, 2019 e 2021) 62

Quadro 5. Matriz de referência SAEB língua portuguesa - 9° anos do Ensino Fundamental (INEP). 65

Quadro 6. Matriz de referência SAEB Matemática - 9° anos do Ensino Fundamental (INEP). 66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - 2017 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais, Treze melhores e os treze piores resultados no IDEB – Goiás 68

Tabela 2 - 2019 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais, Treze melhores e os treze piores resultados no IDEB – Goiás 71

Tabela 3 - 2021 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais, Treze melhores e os treze piores resultados no IDEB – Goiás 73

Tabela 4 Evolução do IDEB - Rede Estadual – Anos Finais do Ensino Fundamental - Estado de Goiás 77

Tabela 5 - Regiões Geográficas Intermediárias 81

Tabela 6 - Regiões geográficas imediatas por regiões intermediárias 82

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, segundo os Municípios Goianos – 2017 89

Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, segundo os municípios Goianos – 2019 92

Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, segundo os Municípios Goianos – 2021 95

LISTA DE SIGLAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAED/UFJF	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG
CEE GO	Conselho Estadual de Educação de Goiás
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CFE	Conselho Federal de Educação
CIEB	Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRE	Coordenação Regional de Educação
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM	Índice de Desempenho dos Municípios
IDEGO	Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás
IMB	Instituto Mauro Borges
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
REANP	Regime Especial de Aulas Não Presenciais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEGO	Sistema de Avaliação do Estado de Goiás
SEDUC	Secretaria do Estado da Educação
SEDUC GO	Secretaria de Estado da Educação de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO ESCOLAR COM BASE NOS INDICADORES DE DESEMPENHO E SUA RELAÇÃO COM OS RESULTADOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. 13

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA..... 20

1.2 OBJETIVO GERAL 21

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 21

1.4 JUSTIFICATIVA 222

1.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 24

1.5.1 DOS EXAMES ÀS AVALIAÇÕES ESCOLARES E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO 25

1.6 MÉTODO..... 29

2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS: Avaliação Educacional, Indicadores de Qualidade Educacional, Fluxo Escolar, referências as condições socioeconômicas e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB**)**..... 31

2.1 APONTAMENTOS SOBRE O MONITORAMENO DAS AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS..... 32

2.2 INDICADORES NA QUALIDADE DO ENSINO: FLUXO ESCOLAR, CENSO ESCOLAR E SAEB..... 35

2.3 TENDÊNCIAS E DESAFIOS: FLUXO ESCOLAR 38

2.4 DADOS E IMPLICAÇÕES: CENSO ESCOLAR 41

2.5 AVALIAÇÕES E TENDENCIAS EDUCACIONAIS: SAEB..... 455

2.6 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS..... 51

2.7 IDEB – TENDÊNCIA MÉTRICA EDUCACIONAL..... 555

3 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NO ESTADO DE GOIÁS E O IDEB DAS ESCOLAS E IMPLICAÇÕES. 60

4 INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL..... 78

CONSIDERAÇÕES FINAIS 98

REFERÊNCIAS 103

1 UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO ESCOLAR COM BASE NOS INDICADORES DE DESEMPENHO E SUA RELAÇÃO COM OS RESULTADOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em parceria com o Ministério da Educação (MEC). O IDEB é uma ferramenta que foi formulada para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria da educação básica no Brasil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO), considerando dois principais fatores: o fluxo escolar (taxa de aprovação) e o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas de matemática e língua portuguesa. Os dados do IDEB fornecem informações detalhadas sobre o desempenho do ensino em diferentes regiões, estados, municípios e escolas e é calculado para cada uma dessas unidades e serve como uma ferramenta importante para avaliar e comparar a qualidade da educação em diferentes contextos.

Vale ressaltar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o órgão responsável por coordenar e executar a organização e manutenção do processo de aferição de informações estatísticas educacionais no Brasil, está vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e desempenha um papel crucial na coleta, análise e divulgação de dados educacionais em todo o país.

Assim o IDEB deve atuar como um indicador nacional que permite o acompanhamento de dados relacionados à "qualidade" educacional. De acordo com Fonseca (2010), um indicador é uma variável operativa utilizada para mensurar indiretamente um conceito que não pode ser mensurado diretamente. E neste cenário pedagógico, as ponderações realizadas em larga escala visa possibilitar resultados minuciosos que permitirão projetar as metas estruturantes para uma educação básica com qualidade.

Posto isso, o IDEB é o produto da progressão dos alunos na educação básica ao longo dos anos ou etapas, representada pela taxa de aprovação e pela proficiência dos alunos em avaliações externas, refletida pelos resultados dos testes e questionários do SAEB (INEP, 2021).

Sendo assim, vale ressaltar que o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Para conjecturar os dados do IDEB, também deve estar atento à distorção série-idade, que pode causar aos envolvidos à desmotivação e o desinteresse e, consequentemente, diminuir a taxa de aprovação, aumentando a evasão e o abandono.

Refletindo sobre a taxa de aprovação, muitas vezes chamada de "taxa de fluxo" ou "taxa de promoção", que constitui um indicador importante no contexto do processo educacional, referente à porcentagem de alunos que foram aprovados em relação ao total de alunos matriculados em uma determinada série ou ano letivo, pode-se dizer que, essa taxa de aprovação é um indicador relevante para avaliar o progresso dos alunos e o funcionamento do sistema educacional. Analisando que as políticas educacionais podem influenciar a taxa de aprovação, podemos também citar que as políticas de promoção automática, podem aumentar a taxa de aprovação, mas também podem comprometer a qualidade da educação se os alunos não estiverem realmente preparados para avançar.

Neste processo educacional como determinante de qualidade é imprescindível considerar o contexto local ao interpretar a taxa de aprovação, bem como as políticas de promoção automática, os fatores como recursos disponíveis, qualidade dos professores e os programas de apoio podem afetar significativamente os resultados.

Com isso, ao considerar a taxa de aprovação no contexto educacional, é essencial fazer uma análise abrangente que leve em consideração vários fatores, incluindo o impacto na aprendizagem dos alunos, a equidade, as políticas educacionais e as necessidades específicas do contexto local.

Para avaliar o conhecimento e as habilidades dos alunos o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) utiliza testes padronizados em grande escala que são elaboradas e corrigidas de acordo com padrões rigorosos. O SAEB é uma iniciativa do governo federal e conduzido pelo INEP, vinculado ao Ministério da Educação, e foi desenvolvido para avaliar a qualidade e o desempenho da educação básica do Brasil, e abrange o ensino fundamental e o ensino médio.

Os ciclos de avaliação do SAEB ocorrem normalmente a cada dois anos, com intuito de detectar tendências de desempenho e acompanhar o progresso ao longo do tempo. Também são coletadas informações contextuais, como demografia, perfil socioeconômico, infraestrutura escolar e práticas pedagógicas.

Os testes padronizados do SAEB usam amostras aleatórias para comparar os resultados do Brasil com padrões internacionais, esses testes serão aplicados em conjunto com avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Já o INEP

publica os relatórios de resultados que mostram o desempenho dos alunos, escolas, redes de ensino e estados, garantindo que os resultados sejam representativos.

Considerando os resultados divulgados o governo federal, estados e municípios usam os resultados do SAEB para criar políticas educacionais, definir metas para melhorar a qualidade do ensino e identificar áreas de intervenção

Sendo assim o SAEB desempenha um papel importante na avaliação e monitoramento da qualidade da educação básica no Brasil, pois fornece informações essenciais para a criação de políticas educacionais, identificação de áreas que precisam de melhorias e acompanhamento do progresso dos alunos ao longo do tempo e contribui para aumentar a transparência e a responsabilidade no sistema educacional brasileiro.

O IDEB reflete não apenas as condições de oferta educacional, mas também as desigualdades sociais e econômicas que caracterizam os alunos da escola pública. Isso pode fazer com que este índice seja uma ferramenta intrigante para discutir as interações entre políticas públicas. Ainda que exista uma relação entre o desempenho escolar do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a taxa de pobreza da população, existem vários elementos que contribuem para a organização das políticas educacionais. A vista disso, o gasto-aluno é o mais significativo porque é um indicador que mostra a disponibilidade de recursos para melhorar a qualidade da educação.

Dando importância as desigualdades educacionais, e considerando o contexto socioeconômico dos alunos, podemos afirmar que os alunos de famílias com maior renda tendem a ter acesso a recursos adicionais, como materiais de aprendizagem, aulas particulares e ambientes de aprendizagem mais estimulantes. Soares e Collares (2006) analisaram o impacto de diferentes fatores familiares associados ao melhor desempenho dos estudantes brasileiros em Matemática. Os resultados mostram que as famílias que possuem os maiores recursos econômicos também são, em geral, as que possuem os maiores recursos culturais.

O contexto socioeconômico das instituições educacionais também é considerado nas avaliações externas, em que, os resultados podem fazer com que as escolas em áreas desfavorecidas recebam mais recursos ou criem programas específicos para ajudar alunos em situações de vulnerabilidade.

Além disso, as avaliações externas visam identificar sistemas ou escolas que conseguiram melhorar o desempenho acadêmico em um contexto socioeconômico difícil. Isso pode ajudar no compartilhamento de boas práticas, que podem ser usadas em outros lugares.

Uma característica distinta da pesquisa educacional é que os questionários, aos quais os alunos geralmente respondem, servem como fonte de dados para a criação de indicadores. Portanto, deve-se levar em consideração vários aspectos importantes, incluindo a definição dos indicadores significativos, a clareza e precisão da formulação dos itens, a extensão do questionário, a adequação à faixa etária e a possibilidade de que alguns itens não recebam nenhuma resposta. Os pesquisadores precisam de informações confiáveis e pertinentes, que nem sempre estão disponíveis da maneira mais adequada (Alves; Soares, 2009; Franco et al, 2003; Soares; Andrade, 2006).

A tendência não é apenas medir o desempenho, mas também compreender e lidar com as disparidades educacionais e promover a igualdade no sistema educacional, pois isso ajuda no desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes.

Oficialmente conhecida como Lei no 9.394/1996, a legislação fundamental que governa e regula o sistema educacional brasileiro é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é uma lei federal que serve como base para a formulação de políticas educacionais em todo o país, que por sua vez estabelece os padrões, diretrizes e padrões gerais que norteiam a educação do país, desde a educação infantil até a educação superior. Esta lei estabelece princípios que devem guiar a educação no Brasil, que incluem a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a diversidade de ideias e concepções pedagógicas, a igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas e a valorização dos profissionais da educação.

A legislação exige que os currículos da educação básica incluam uma base nacional comum e conteúdos específicos escolhidos pelas escolas e pelos sistemas de ensino. Também aborda o financiamento da educação, estabelecendo os percentuais mínimos de recursos que os estados e municípios devem investir na educação, com destaque da importância da valorização da carreira docente e estabelece diretrizes para a formação inicial e continuada dos professores.

Para o avanço da sociedade, muitos pesquisadores destacam através de estudos a essencialidade do papel da educação no desenvolvimento pessoal e no progresso de um país. Muitos governos e organizações em todo o mundo investem em políticas e sistemas educacionais que visam melhorar o acesso à educação de alta qualidade e no aumento dos níveis de escolaridade pois estes esforços além de melhorar a vida de cada pessoa, também acelera o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país como um todo.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, a educação tem um enorme potencial de transformação. Ao longo da vida, as informações e o conhecimento que uma pessoa obtém

podem mudar as estatísticas e a realidade. Uma série de estudos publicados pelo economista Erick Hanushek [1] mostram que o crescimento econômico de um país depende da qualidade do aprendizado da população, não da escolaridade. A escola que tem os melhores resultados nas avaliações de proficiência também tem alunos que ganham mais dinheiro no futuro.

Paulo Reglus Neves Freire (Paulo Freire), é conhecido por sua influência nas práticas educacionais em todo o mundo e por sua ênfase na educação como uma força para a emancipação e o progresso social. Sua abordagem, conhecida como "pedagogia crítica" ou "educação popular", destaca a importância de capacitar as pessoas através da educação para compreenderem o mundo em que vivem e, com esse entendimento, agirem de forma ativa e crítica para mudar suas próprias realidades.

Segundo Paulo Freire (1987)**,** a importância da educação como uma ferramenta de libertação e transformação social, deve estar voltada para uma educação que capacita as pessoas a compreenderem o mundo e a agirem para mudá-lo.

O termo "fator de desenvolvimento" refere-se uma variedade de indicadores e componentes que avaliam o progresso e a qualidade de vida de uma sociedade. Como a educação é uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento humano e socioeconômico, o fator de desenvolvimento e a educação estão intimamente relacionados.

O desenvolvimento humano depende de um acesso universal à educação de qualidade, o fator de desenvolvimento geralmente é maior em países que garantem que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação básica de qualidade.

Sabendo disso, é inegável que o desenvolvimento do capital humano, que se refere à qualificação, habilidades e conhecimentos de uma população, é impulsionado pela educação. A garantia da capacidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social aumenta ao fornecer aos indivíduos as habilidades e o conhecimento necessários para obter empregos melhores e aumentar sua renda, com potencial de reduzir a pobreza, e o caminho para isso é a educação de qualidade.

Por fim, o desenvolvimento de uma sociedade depende da educação pautados em vários aspectos, como o desenvolvimento humano, o econômico e o social. É um investimento significativo que tem a capacidade de promover o progresso sustentável, melhorar a qualidade de vida dos habitantes e aumentar a taxa de desenvolvimento de uma nação. Portanto, para

[1] Eric Hanushek, educador e economista da Universidade de Stanford, defende a demissão de maus professores. Convencido de que a educação é a chave para o desenvolvimento econômico, ele diz que profissionais que não sabem ensinar atrasam a vida de alunos em todos os países. Hanushek, foi o principal conferencista de seminário sobre ensino e crescimento econômico promovido pela Fundação Itaú Social, em São Paulo.

promover o progresso a nível nacional e global, é necessária uma política educacional eficaz e um acesso equitativo à educação.

De acordo com a literatura no campo educacional, as adversidades sociais têm grandes impactos no desenvolvimento dos estudantes no decorrer de sua vida acadêmica. Assim, o comparativo entre escolas a partir do IDEB é, de fato, um método insuficiente para avaliar a qualidade da educação oferecida pelas instituições de educação básica.

Uma taxa de aprovação de 100% é um indicador positivo no que diz respeito ao progresso dos alunos, no entanto, é importante observar que uma alta taxa de aprovação por si só não garante automaticamente resultados posteriores positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ou em outras métricas de qualidade da educação. A relação entre a taxa de aprovação e o IDEB pode ser influenciada por vários fatores, e é necessário um exame mais detalhado para entender completamente essa relação. Freitas (2007), considera o IDEB como uma política de responsabilização unilateral e alerta para o risco de os problemas da má qualidade serem ocultados pela proporção de aprovados, se referindo ao indicador de rendimento da fórmula do IDEB.

Uma alta taxa de aprovação deve estar associada a uma educação de alta qualidade, onde os alunos adquirem habilidades e conhecimentos relevantes para seu nível de série. Se a alta taxa de aprovação não refletir a qualidade da educação, pode haver um descompasso entre a promoção dos alunos e seu real aprendizado.

Quando uma escola alcança uma taxa de aprovação de 100%, é possível que o aprendizado dos alunos, avaliado por meio de testes e avaliações padronizadas, não se traduza necessariamente em um aumento do IDEB se não houver melhoria na proficiência dos alunos.

Dessa maneira é importante monitorar o aprendizado dos alunos por meio de avaliações padronizadas e outros instrumentos de avaliação. Uma vez que permite avaliar se o aumento na taxa de aprovação está associado a um real progresso acadêmico, em resumo, o aumento da taxa de aprovação pode ser um passo na direção certa, mas a relação com os resultados futuros do IDEB depende também de uma série de fatores, incluindo a qualidade da educação, a proficiência dos alunos, a equidade educacional e as políticas educacionais. A vista disso é importante considerar esses aspectos de forma abrangente para promover uma melhoria sustentável na qualidade da educação e nos resultados do IDEB.

Conforme as novas diretrizes educacionais previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), municípios e estados têm discutido de forma colaborativa com as entidades federativas,

as demandas educacionais para assim atingir de forma articulada a um padrão de qualidade nacional.

Embora seja evidenciado algumas barreiras, seja por não apresentar o resultado por aluno, não considerar as desigualdades sociais, ou pela demora na divulgação dos resultados, o IDEB é um instrumento importante que serve como um mecanismo de intervenção para que cada escola e cada rede de ensino foquem em projetos/ações que possam atingir a meta recomendada.

Como as avaliações estabelecem padrões de desempenho e mecanismos de controle dos resultados, com o objetivo de monitorar os resultados dos alunos das escolas públicas do estado de Goiás foi estabelecido o Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO). O SAEGO foi estabelecido em 2011 com o objetivo de monitorar os resultados dos alunos das escolas públicas do estado de Goiás, ou seja, foi criado para monitorar as médias de desempenho dos alunos em Goiás.

Como proposição a agenda do Banco Mundial para as políticas educacionais sugere uma reorientação da agenda e do conteúdo das políticas que o organismo implementou para os países periféricos em função das mudanças estruturais que ocorrem em escala global, bem como do insucesso de tais políticas em promover o crescimento econômico, a estabilização política e a redução da pobreza.

Conforme Libâneo[2] (2012), é bastante elucidativa o conceito de aprendizagem do Banco Mundial. Ele destaca que o conceito de aprendizagem pode ser entendido de forma restrita ou ampliada. A visão restrita refere-se à ideia de aprendizagem mínima, que se concentra em competências básicas necessárias para a sobrevivência. Isso implica um foco nas habilidades cognitivas essenciais para a funcionalidade básica na sociedade.

Por outro lado, a perspectiva mais ampla vai além da esfera escolar e cognitiva. Ela inclui o que aprendemos e vivemos ao longo da vida. Isso indica que a aprendizagem é um processo constante e contínuo que ocorre não apenas na escola, mas também em várias partes da vida, como interações sociais, trabalho e atividades de lazer, entre outras. Essa compreensão mais ampla da aprendizagem reconhece que o desenvolvimento humano e a

[2] José Carlos Libâneo, graduado Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1966), mestrado em Filosofia da Educação (1984) e doutorado em Filosofia e História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990). Pós-doutorado pela Universidade de Valladolid, Espanha (2005). Coordena o Grupo de Pesquisa do CNPq: Teorias e Processos educacionais. Pesquisa e escreve sobre os seguintes temas: teoria da educação, teoria histórico-cultural, didática, formação de professores, ensino e aprendizagem, políticas públicas para a escola, organização e gestão da escola.

aquisição de conhecimento são influenciados por uma variedade de fatores e experiências ao longo do tempo, e não apenas os anos de escola formal.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

A problemática para o estudo baseado em um indicador de qualidade da escola precisa necessariamente considerar as incertezas agregadas a esse indicador, evidenciando que outros aspectos podem ser considerados na obra relacionada às melhorias dos diferentes desempenhos. Debater e analisar as propostas para a melhoria da qualidade é de fundamental importância, mas que durante as plenárias, sejam também discutidos os fatores divergentes a cada escola/região com questionamentos e apontamentos pertinentes como primórdio a concepção de qualidade educacional que fica implícito em diversas propostas.

Alguns críticos argumentam que a ênfase excessiva em testes padronizados pode levar a uma "cultura de teste" nas escolas, onde o ensino se concentra em preparar os alunos para as avaliações em detrimento de outros aspectos da aprendizagem. Além disso, questões de equidade podem surgir, uma vez que alunos de diferentes origens socioeconômicas podem enfrentar desafios diferentes em relação às avaliações. Portanto, a abordagem ideal envolve o uso equilibrado de provas externas como uma ferramenta de avaliação, juntamente com outras medidas, como avaliações formativas, projetos e atividades práticas, para proporcionar uma educação completa e abrangente.

Após um extenso período de fechamento das escolas, as aulas presenciais foram retomadas no início de 2022, representando uma volta à normalidade. Contudo, ainda necessitamos de indicadores atualizados para monitorar o sistema e avaliar se houve aumento das disparidades e os impactos nas redes escolares devido aos efeitos da pandemia. O objetivo de estabelecer um diagnóstico mais preciso é estabelecer diretrizes para uma política educacional nacional de médio e longo prazo. E a compatibilidade entre as diferentes avaliações, significa que os critérios devem ser usados e os dados devem ser comparáveis e articulados entre si, para que os resultados possam ser interpretados corretamente. Portanto, o Sistema Nacional de Educação (SNE) necessita definir padrões mínimos que guiem a oferta educacional no país.

Assim, para garantir transparência no sistema e garantir que as condições de oferta educacional sejam baseadas em padrões nacionais, os critérios mínimos de qualidade devem ser incorporados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, logo os parâmetros de

qualidade precisam estar familiarizados com as especificidades regionais e locais dos vários sistemas educacionais.

Devido a isso, é necessário um estudo mais aprofundado sobre quais elementos relacionados à aprovação escolar (fluxo) e às desigualdades sociais estão refletidos nas notas do IDEB, e qual é a relação entre os maiores declínios no desempenho das provas externas dos municípios goianos, especificamente nas turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental, dos treze melhores e treze piores resultados nos anos de 2017, 2019 e 2021, conforme divulgados pelo Instituto Mauro Borges (IMB) [3]e pelo INEP?

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa é investigar, nas turmas de 9º anos do ensino fundamental (considerando o período 2017 a 2021), através de comparativos envolvendo a aprovação escolar (fluxo), as desigualdades sociais e sua relação entre os índices evidenciados e apresentados nos resultados do SAEB/IDEB, divulgados pelo INEP e pelo Instituto Mauro Borges e a proficiência apresentada pelas escolas. Essa análise pode oferecer ideias/concepções para políticas públicas que sejam mais alinhadas com as diversas conclusões apresentadas.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para sustentar o objetivo geral, a pesquisa apresentará análises e discussões sobre os objetivos específicos:

- Investigar, do ponto de vista da aprendizagem, se há uma relação significativa das condições socioeconômicas no progresso acadêmico impactando os índices apresentados no SAEB/IDEB, utilizando dados fornecidos pelo IMB (Instituto Mauro Borges) e pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

[3] Instituto Mauro Borges é um sistema de informações estatísticas relativas ao Estado de Goiás e a seus municípios. Contém séries históricas que, para algumas variáveis, cobrem desde o ano de 1980. São informações das áreas física, econômica, social, financeira, política e administrativa, que podem ser pesquisadas por municípios, regiões geográficas do IBGE, regiões de planejamento do governo do Estado e total do Estado.

- Contribuir para o debate científico sobre os desafios relacionados às políticas públicas implementadas como impulsionadoras dos índices SAEB/IDEB, visando fornecer uma compreensão mais transparente do processo, considerando as análises socioeconômicas do IDHM e os dados do IMB e do INEP.
- Verificar se o aumento da taxa de aprovação escolar tem um impacto significativo nos índices apresentados, examinando os indicadores do SAEB/IDEB referentes a 2017, 2019 e 2021 nas turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental dos municípios goianos.
-

1.4 JUSTIFICATIVA

O IDEB, criado em 2007, usa dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações como um único indicador, e é calculado usando os dados do Censo Escolar e as médias de desempenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Normalmente, as médias de desempenho têm um peso maior, indicando a relevância dada ao aprendizado dos alunos. Ao combinar esses dois conceitos em um único indicador, fornece uma visão abrangente da qualidade da educação em diferentes níveis: escolas, municípios, estados e o país como um todo. Isso ajuda a orientar políticas públicas e estratégias de intervenção para melhorar a educação básica no Brasil.

Vale ressaltar que o SAEB é composto por provas criadas a partir de matrizes de referência para cada área do conhecimento. Os conteúdos a serem avaliados e os níveis de desempenho necessários são definidos na matriz de referência e os testes são posteriormente criados a partir desse levantamento (Freitas, 2009). Essas matrizes não abrangem o currículo escolar em sua totalidade. Os descritores de cada matriz indicam o conteúdo relacionado às competências e habilidades de cada série e componente curricular. Assim, cada descritor está relacionado ao conteúdo do currículo e às habilidades mentais dos alunos e deve servir como base para a criação dos itens do exame.

Sendo assim o novo SAEB promoveu uma mudança significativa em 2021, incluindo mudanças nas áreas abordadas e nos grupos de alunos avaliados. O Novo Ensino Médio e as

mudanças introduzidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[4] no ensino foram a causa desses ajustes. Outro ponto é a aplicação de testes e questionários que passará gradualmente para o formato digital.

Dessa forma, o exame digital se transforma em um teste adaptativo, no qual as perguntas são selecionadas com base nas respostas anteriores, resultando em uma prova personalizada para cada estudante. Todas as alterações do Novo SAEB serão implementadas de forma gradual até 2026.

Na perspectiva das avaliações em larga escala do IDEB e sob a visão da possibilidade de resultados suscintos o índice é avaliado com uma pontuação que varia de 0 a 10 e essa combinação de fluxo e aprendizagem é útil para equilibrar os dois aspectos. Isso permite que o índice avalie se os alunos estão adquirindo os conhecimentos necessários na idade adequada.

Pertinente, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) implementado para auxiliar as escolas a enfrentarem os desafios identificados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que era formado por um conjunto de 28 metas, são direcionadas para diversos aspectos da educação, como formação de professores, infraestrutura escolar, gestão educacional, entre outros.

Compreender os fatores que influenciam a qualidade da educação e criar políticas educacionais eficazes destaca a conexão entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a progressão dos alunos nas escolas e o contexto socioeconômico.

Dessa forma, as condições socioeconômicas dos alunos têm um impacto significativo em seu desempenho acadêmico, e a relação entre elas tem sido amplamente documentada em estudos educacionais. As escolas que concentram classes mais baixas enfrentam maiores deficiências de recursos, sejam humanos, materiais ou financeiros e essas deficiências impactam diretamente o apoio pedagógico e o desempenho dos alunos.

Como resultado e devido às barreiras socioeconômicas enfrentadas pelos alunos e às condições socioeconômicas, as escolas localizadas em áreas com alta concentração de pobreza ou vulnerabilidade podem encontrar mais dificuldades para atingir seus objetivos acadêmicos. Ignorar essas diferenças pode resultar em interpretações falsas dos resultados do IDEB e

[4] Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

políticas educacionais inadequadas que não atendem às necessidades dos alunos mais vulneráveis, impedindo o desenvolvimento de intervenções educacionais mais justas e eficazes.

Porém, embora as médias divulgadas excedam as previsões, ainda estão aquém da pontuação de 6 estabelecida pela OCDE, que representa o padrão das 30 nações mais avançadas globalmente. Em outras palavras, todas as escolas do país deveriam ter alcançado esse nível até 2021, o que não ocorreu.

As avaliações em larga escala, que se baseiam apenas no fluxo escolar e no desempenho dos alunos em áreas como leitura e matemática, não conseguem abarcar toda a complexidade do ambiente escolar. Como subsídio à uma análise abrangente, foram utilizados os dados fornecidos pelo IMB e pelo INEP, os quais abrangem os anos finais do ensino fundamental em Goiás nos anos de 2017, 2019 e 2021. Assim, a conclusão final incorpora todas as variáveis e informações relevantes, abrangendo dados sobre o fluxo escolar, IDHM e pontuações do SAEB no estado de Goiás. A coleta de dados envolveu a análise dos melhores e piores resultados do IDEB em escolas goianas, juntamente com o IDHM.

1.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desenvolver um estudo estruturado permitirá uma análise abrangente e aprofundada das questões relacionadas às condições socioeconômicas dos alunos, ao fluxo escolar e ao IDEB e é de extrema importância para aprimorar as políticas educacionais e promover uma educação mais equitativa e eficaz.

Essa dissertação está estruturada em quatro capítulos, sendo, o primeiro, a Introdução, na qual faz-se uma apresentação da pesquisa em linhas gerais, a fim de evidenciar a problemática, a justificativa, os objetivos, os sujeitos e a fundamentação da pesquisa. Após as considerações iniciais, no primeiro capítulo no subitem seguinte – 1.5.1 - será feita uma breve apresentação das avaliações escolares e suas relações com a qualidade educacional. Para o desenvolvimento desse capítulo, tivemos como referência os autores Alves e Soares (2009), Belloni (2011), Carvalho e Carvalho (2002), Costa (2006), Fernandes (2006), Fonseca (2010), Franco et al (2003), Freitas (2007, 2009), Libâneo (2012), Luckesi (2011), Moreira, Cunha, Ferreira, Silveira (2011), Soares e Collares (2006) e Sousa, Oliveira (2003).

No segundo capítulo, seguindo a introdução, é discutido o desafio contemporâneo de assegurar uma educação pública de qualidade para todos. Será examinada a evolução histórica

das abordagens às avaliações de aprendizagem, desde os exames escolares até o estabelecimento das avaliações externas SAEB, juntamente com o histórico do fluxo escolar e a análise das condições socioeconômicas dos estudantes brasileiros, incluindo uma exposição das concepções e das legislações pertinentes a esses temas. Além disso, este capítulo se dedicará a um exame aprofundado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pois é essencial proporcionar uma compreensão abrangente deste indicador, abordando sua origem, composição e uma análise crítica de suas limitações e potencialidades. O embasamento teórico deste capítulo se fundamenta nas obras de Bonamino (2022), Cotta e Franco (2001), Esteban (2009), Freitas (2007, 2009), Libâneo (2005, 2013), Lopes (2018), Prado (2000), Setubal (2000), Soares (2009) e Sousa e Oliveira (2003).

No terceiro capítulo, será apresentada uma análise minuciosa e completa dos resultados do SAEB, IDEB, IDHM, fluxo escolar e dados relativos as condições socioeconômicas. Iniciando com a explicação do tipo de pesquisa conduzida e os métodos adotados durante o desenvolvimento do estudo. Através da descrição da análise dos dados, utilizaremos gráficos e tabelas gerados a partir das informações coletadas. É uma pesquisa caracterizada pela sua abordagem descritiva dos dados e das variáveis associadas ao fenômeno em estudo. Além disso, houve o estabelecimento de uma base sólida para a crítica interpretação dos resultados, que contribuirão para a compreensão da qualidade da educação e para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes.

No quarto capítulo, as descobertas da pesquisa são apresentadas e analisadas de forma sucinta. Especificamente, a análise dos resultados explora a dimensionalidade e examina os índices de desempenho destacados no estudo referente aos anos de 2017, 2019 e 2021, conforme divulgados pelos institutos de pesquisa utilizados. Este capítulo descreve os resultados da pesquisa, considerando os gráficos e tabelas para o cruzamento das informações, relacionando com o desenvolvimento regional. Para concluir, nas considerações finais serão delineadas as bases das discussões sobre o apoio a estudos adicionais e na resolução dos problemas identificados. As principais conclusões desta pesquisa e recomendações para investigações futuras serão apresentadas, seguidas das referências bibliográficas, apêndices e anexos.

1.5.1 DOS EXAMES ÀS AVALIAÇÕES ESCOLARES E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Familiarizado com a noção de avaliação: a palavra "avaliar" deriva do termo latino "valere", que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Segundo Luckesi (2011), a

avaliação envolve a análise qualitativa de dados do processo ensino-aprendizagem, orienta e ajuda os professores a tomarem decisões ao longo do processo de ensino e enfatiza o papel vital no apoio ao aprendizado dos alunos e no desenvolvimento profissional dos professores. Ele destaca que a avaliação é o processo de diagnosticar uma experiência com o objetivo de reorientá-la para obter o melhor resultado possível. Portanto, não é classificatória nem seletiva, mas diagnóstica e inclusiva.

Por conseguinte**,** nota-se que a avaliação não possuí apenas uma função de atribuição de valor, deve desempenhar um papel semelhante ao que ocorre em nossas vidas diárias, como refletir, formar e agir, desenvolvendo métodos de ensino-aprendizagem.

A história das avaliações escolares é uma área abrangente de pesquisa, e advém de diversas análises ao longo do tempo, sobre como as práticas de avaliação evoluíram, mudaram e tiveram enormes impactos. Para entender adequadamente os processos de avaliação, é necessário fazer uma síntese. Isso permite entender quando a avaliação deixou de ser apenas avaliativa com propósito mais voltado ao ensino e aprendizagem e entender todo o caminho que a avaliação percorreu, bem como todo o processo histórico-evolucional que está por trás desses conceitos.

Historicamente, as primeiras manifestações de avaliação eram vistas principalmente como instrumentos de seleção, e sua natureza muitas vezes punitiva e seletiva, evidenciam uma visão utilitária da educação, na qual a aprendizagem era valorizada principalmente por sua capacidade de atender às necessidades do Estado ou de outras instituições dominantes. Segundo Carvalho (2002):

> Na Idade Média, [...] verifica-se a existência de exames nas escolas gregas e romanas. As provas orais eram bastante populares nas Universidades europeias. Nos Estados Unidos da América, a avaliação adquire com Horace Mann uma natureza formal, como prática de coleta de dados para fundamentação de decisões políticas que afetam a educação (CARVALHO; CARVAHO, 2002, p. 11).

Durante esse período, a importância da avaliação como parte integrante do processo educativo não recebeu ampla discussão; entretanto, torna-se claro que os estudos relacionados às avaliações educacionais são essenciais para a compreensão desse aspecto e têm ganhado destaque progressivamente.

Um ponto de mudança significativo na história da avaliação educacional ocorreu quando J. M. Rice criou os primeiros testes objetivos, destinados à pesquisa de alcance escolar. Em

1931, a Docimologia, que é a área que estuda os exames de forma sistemática, ganhou destaque. A partir dos escritos de Tyler e Smith, particularmente com o "Estudo dos Oito Anos" (1986), começou a ser questionado em detrimento a esse contexto. Esse estudo teve um grande impacto na educação porque defendeu a inclusão de uma variedade de métodos de avaliação, como testes, escalas de atitudes, questionários e fichas de registro de comportamento, entre outros, para coletar evidências sobre o desempenho dos alunos no longo prazo em relação à realização dos objetivos curriculares.

Para Tyler (1986), avaliação deve ser vista como a determinação de um objetivo a ser alcançado, essa abordagem propõe uma mudança no conceito de avaliação, que não deve ser mais vista apenas como uma medida estática do desempenho dos alunos, mas sim como um processo dinâmico que envolve a definição de objetivos educacionais e a coleta de evidências para determinar se esses objetivos foram alcançados.

Essa nova perspectiva enfatiza a importância da avaliação como uma ferramenta essencial para orientar a prática educacional de forma mais abrangente e holística, em que os educadores acompanham o progresso acadêmico dos alunos, seu desenvolvimento integral, capacitando-os a alcançar seu máximo potencial e a se tornarem aprendizes no decorrer de toda a vida.

Após o século XVIII, as primeiras escolas modernas começaram a estruturar a avaliação. No final do século XIX, havia registros de avaliações utilizando objetivos e testes padronizados para avaliar o desempenho e a inteligência dos alunos. No entanto, com o tempo, esta visão da avaliação foi modificando e expandindo, e o ser humano começou a ser visto como um todo.

No Brasil, em 1549, os jesuítas ensinavam em terras recém-descobertas e isso continuou até 1759, quando os jesuítas foram expulsos e o ensino laico e o ensino público foi criado. Após a Proclamação da República em 1889, os alunos passaram a ser avaliados continuamente por meio de testes orais, escritos e práticos.

Nas décadas de 1920 e 1930, houve o movimento da Escola Nova [5]esse movimento enfatizava a autoavaliação e o estabelecimento de metas pessoais, tornando os alunos ativos e responsáveis pelo seu próprio aprendizado.

[5] A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX . O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. O rápido processo de urbanização e a ampliação da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, porém, com eles surgiram graves desordens nos aspectos políticos e sociais, ocasionando uma mudança significativa no ponto de vista intelectual brasileiro.

O sistema educacional passou por reformas importantes, a partir da década de 1930, houve uma renovação da didática tradicional com o objetivo de reconstruir a "escola social"[6] e priorizar o equilíbrio entre as influências da concepção humana tradicional e humanista moderna. Ao longo desse período, o Brasil foi afetado, dando ênfase nos direitos e exigindo do governo a implementação de políticas públicas de alta qualidade. Então após a criação do Ministério da Educação em 1930, através do Decreto número 19.890 de 18/04/31, passou-se

A Reforma Capanema [7]- Decreto Lei n° 4.244/1942 - foi promulgada na década de 1940. Embora o termo "avaliação" já tenha sido usado neste documento, ele também pode ser interpretado como um procedimento de medição. Com a aprovação da Lei nº 4.024, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1961, a avaliação passou a ser um processo contínuo e constante de observação e realização no que diz respeito ao desempenho do aluno, ou seja, deixou de ser vista apenas como um processo de medição, como afirma Souza (1986).

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases n° 5.692 incluiu a avaliação como um assunto relacionado à avaliação do rendimento escolar, bem como o sistema de promoção e recuperação. A Lei também estabeleceu que os professores devem criar os instrumentos de avaliação, que devem seguir a norma de domínio dos aspectos qualitativos.

Gradualmente, o aluno foi visto como um ser humano com múltiplas dimensões que precisam ser exploradas, em vez de apenas destinatário de conhecimento. Ao longo desse período, é possível observar a adoção de características essenciais de uma avaliação formativa. O método de avaliação formativa intervém no aprendizado e exige um procedimento que promova a participação dos atores", Fernandes (2006, p. 23). Ao definir avaliação formativa, Fernandes, a vê como uma "avaliação interativa, centrada nos processos cognitivos dos alunos e associada aos processos de feedback, regulação, autoavaliação e autorregulação da aprendizagem. O amparo do aprendizado significativo afirma que a avaliação formativa ajuda os alunos a entenderem como usar as ferramentas de avaliação e determina quais habilidades e competências serão avaliadas antes da aplicação.

[6]Neste caso pode-se definir "escola social", como, uma escola que tem como função social promover a igualdade de oportunidades, oferecendo um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de sua origem social ou econômica, ou seja, uma escola que contribui para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

[7] As Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas também como Reforma Capanema, tratam das transformações projetadas no sistema educacional brasileiro envolvendo os seguintes ramos do ensino: secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário.

O interesse em avaliações qualitativas na educação aumentou a partir dos anos 80, com a abertura política. Isso resultou em desenvolvimentos significativos relacionados ao assunto. O modelo americano influenciou a evolução do processo de avaliação no Brasil ao longo dos anos, mudando e ajustando-se às necessidades de cada época.

Após considerar todas as perspectivas, o processo de avaliação passa a ponderar os contextos sociais e as realidades factual, incluindo o desempenho do aluno, do professor e todas as situações de ensino que ocorrem no ambiente escolar. Isso ajuda a fortalecer o sistema e melhorar o processo de aprendizagem. Ao falar de avaliações, não podemos deixar de mencionar as avaliações de políticas públicas; essas avaliações fornecem indicadores que mostram o que pode ser feito para responsabilizar, produzir e melhorar o processo.

1.6 MÉTODO

Esta pesquisa é de natureza documental, utilizando dados quantitativos provenientes dos indicadores do IDEB vinculados ao desempenho do Sistema de Avaliação do Estado de Goiás (SAEGO). Ela também aborda aspectos como o fluxo escolar, o SAEB e as condições socioeconômicas.

Este estudo usa dados do IDEB e escolas públicas do estado de Goiás, como corte temporal os anos de 2017, 2019 e 2021, com base nas séries finais do ensino fundamental disponíveis no portal do INEP. Os dados do SAEB e do Fluxo escolar no período citado irão fornecer informações atualizadas sobre algumas características como fluxo escolar, desempenho do SAEB e IDHM. Ressaltando que as condições socioeconômicas se dão por meio de questionários socioeconômicos aplicados aos alunos do ensino fundamental.

Apresentaremos indicadores, tabelas e mapas relacionados ao estudo. Para isso, os dados do fluxo escolar, SAEB, IDHM e IDEB serão coletados da plataforma IBGE, INEP e do IMB, que servirão como base para as análises.

Belloni (2000) afirma que a criação de modelos de avaliação não refletiu a preocupação com o desempenho e nem explica o significado das variáveis e indicadores relacionados. De acordo com Moreira, Cunha, Ferreira e Silveira (2011), há grande importância para a legitimação social das instituições de ensino a para a realização de atividades de avaliação do desempenho. Lapa e Neiva (1996) afirmam que a análise da eficiência de uma organização de

ensino deve ser feita em termos relativos, tomando como referência uma ou mais instituições que podem ser consideradas mais eficientes em um ambiente semelhante.

Para a análise qualitativa, será adotada uma abordagem crítica por meio de documentos, visando explorar significados, percepções, registros e políticas organizacionais. Serão investigados temas como fluxo escolar, avaliações padronizadas, desempenho dos alunos, formação de professores, estrutura curricular e políticas educacionais.

O estudo irá utilizar dados quantitativos obtidos em bases de dados nacionais, como o IDEB do INEP, IMB, e a compilação e comparação dos dois tipos de dados qualitativos e quantitativos irá fornecer indícios mais consistentes sobre os índices do IDEB. As análises e estudos terá como referência os treze melhores e os treze piores índices dos municípios goianos considerando as séries finais no Ensino Fundamental como recorte nos anos 2017 a 2021.

Como um componente da formação humana e que contribui para o desenvolvimento regional e local, a educação compreende o homem como um sujeito civilizado, engajado, reflexivo, crítico e ativo. Isso se deve ao fato de que desde a sua origem, os seres humanos têm seguido uma trajetória de vida baseada na sociabilidade. Esses princípios são essenciais para promover a sustentabilidade econômica local e melhorar a qualidade de vida social e humana. Segundo Costa:

> [...] os resultados dos processos evolutivos dos sistemas de produção e modos de desenvolvimentos incidem diretamente nos ecossistemas e deixam consequências [...]. Por esta condição, torna-se relevante os esforços no sentido de pesquisar, estudar, experimentar e construir novas interações entre as ações humanas e suas relações entre si e com os demais seres com a natureza. (COSTA, 2006, p. 64).

A educação está fortemente ligada ao crescimento econômico de uma nação ou região. Do ponto de vista teórico quanto ao estudo e consolidação da implementação de políticas públicas, uma economia forte precisa superar suas deficiências educacionais para se destacar em termos de desempenho econômico. Ao aumentar, melhorar e consolidar os níveis de escolarização de todos os cidadãos, torna-se mais fácil entrar e permanecer no mercado de trabalho.

A educação de alta qualidade nos permite entender e fazer uma leitura crítica dos rumos econômicos, sociais e políticos de uma nação. Isso não implica que a educação solucionará todos os problemas. Sendo assim, "a educação não tem como finalidade servir à economia, mas sim ser a indicadora dos caminhos da economia" Almeida (2006, p.15).

As categorias de abordagem reflexiva e descritiva podem fornecer uma compreensão completa da relação entre educação e desenvolvimento econômico. Isso permite identificar padrões, tendências e desafios que podem influenciar práticas educacionais e políticas públicas.

Com o objetivo de analisar a influência da educação no desenvolvimento econômico foram coletados dados e estes foram transformados em gráficos para posterior apreciação.

2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS - Avaliação Educacional, Indicadores de Qualidade Educacional, Fluxo Escolar, referências as condições socioeconômicas e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O processo avaliativo está intimamente ligado à história da humanidade e reflete as concepções, demandas e estratégias sociais em diferentes épocas e contextos. Estudar esse processo nos ajuda a entender não apenas a evolução da educação, mas também as complexidades da experiência humana em sociedade.

2.1 APONTAMENTOS SOBRE O MONITORAMENO DAS AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

Devido às complexas mudanças sociais que ocorrem atualmente, a educação enfrenta novos desafios. Com a ênfase nas questões econômica, política e cultural, de acordo com as perspectivas predominantes, espera-se uma educação formal voltada para contribuições em vários aspectos. Como resposta a essas preocupações e demandas, houve a implementação de políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade do ensino que abrangem uma variedade de áreas, como currículo escolar, formação de professores, infraestrutura escolar, acesso à educação, entre outros. Uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e monitorar a eficácia dessas políticas é a avaliação e o monitoramento da educação.

O monitoramento da educação não é apenas uma sugestão unilateral de instituições econômicas ou do Estado, mas é amplamente reconhecido como uma necessidade fundamental para corrigir os problemas educacionais e promover melhorias significativas no sistema educacional. Segundo Paro (2006), as mudanças adotadas nos currículos educacionais, na avaliação de estudantes, nas estruturas físicas das instituições de ensino e na formação de professores, visam melhorar a qualidade e a relevância da educação oferecida aos alunos.

As influências dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras são evidenciadas por meio de prazos estabelecidos e indicadores a serem alcançados. Para atender às metas propostas, é essencial implementar um processo de avaliação que verifique se a aprendizagem está alinhada com as diretrizes estabelecidas por esses organismos, como destacado pelo Banco Mundial. Estas organizações internacionais e especialistas em educação, destaca a importância do monitoramento contínuo da educação para identificar desafios, avaliar o progresso em relação às metas estabelecidas e tomar medidas corretivas quando necessário.

A introdução da avaliação em larga escala[8] no contexto nacional foi influenciada por experiências internacionais, assim, determinam o avanço das práticas das políticas neoliberais internacionalizadas para o interior das escolas públicas brasileiras e cujo interesse primordial é a expansão do processo de produção capitalista (LIBÂNEO; FREITAS, 2018). Costa (2002), também faz referência ao campo da avaliação educacional e discute a influência das experiências internacionais na implementação de políticas de avaliação em larga escala no Brasil.

Esse monitoramento envolve a coleta, análise e interpretação de dados educacionais relevantes, que podem incluir informações sobre desempenho acadêmico dos alunos, taxas de aprovação, evasão escolar, acesso a recursos educacionais, qualidade do ensino, entre outros aspectos.

Segundo Sousa e Oliveira (2003), um aspecto importante do monitoramento educacional é o levantamento de dados periódicos para avaliar a qualidade do serviço educacional prestado. Este aspecto refere-se à **importância da coleta sistemática e regular de dados educacionais**, que permite a análise contínua e detalhada do desempenho das instituições de ensino e dos estudantes. Tal prática é crucial para identificar áreas que necessitam de melhorias e para implementar políticas educativas mais eficazes.

Ao acompanhar de perto os indicadores educacionais, os governos, as instituições educacionais e as organizações internacionais podem identificar áreas que necessitam de intervenção e direcionar recursos e políticas de forma mais eficaz. Isso permite uma abordagem mais baseada em evidências para o planejamento e a implementação de políticas educacionais, contribuindo para melhorias tangíveis na qualidade e equidade da educação.

[8] A avaliação em larga escala é um processo de avaliação educacional que visa medir o desempenho de um grande número de alunos em uma determinada área de conhecimento ou habilidade. Geralmente, é realizada em nível regional, nacional ou até mesmo internacional e envolve a aplicação de testes padronizados a uma amostra representativa da população estudantil.

Além disso, o monitoramento da educação também desempenha um papel importante na prestação de contas e transparência, permitindo que os cidadãos, os pais, os educadores e outros interessados tenham acesso a informações sobre o desempenho do sistema educacional e possam participar ativamente do processo de tomada de decisão.

A América Latina vem experimentando profundas reformas educacionais desde a década de 1980, incluindo mudanças no currículo, na avaliação e nos métodos de financiamento, o envolvimento de instituições econômicas como o Banco Mundial (BM) nas questões educacionais tornou essas reformas notáveis.

Segundo a LDB de 1996, os elementos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos no processo de avaliação da aprendizagem. Além disso, a avaliação deve ser realizada de forma contínua e cumulativa, em vez de ser concentrada em momentos específicos ou provas finais. Isso significa que a avaliação deve ser integrada ao longo de todo o período letivo, acompanhando o progresso dos alunos e acumulando evidências de aprendizagem ao longo do tempo. (LDB, Lei nº 9394/96, p.9).

Desde o ensino fundamental até o ensino superior, o Brasil possui uma ampla gama de avaliações e exames que são aplicados em vários níveis de ensino. Esses exames ajudam a subsidiar as políticas educacionais, monitorar o desempenho dos alunos, avaliar a qualidade do ensino e fornecer feedback sobre como o sistema educacional pode melhorar continuamente. Para garantir que o ensino seja eficaz e que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial acadêmico, as instituições educacionais devem implementar uma abordagem abrangente e contínua de monitoramento.

O SAEB, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), avalia os conhecimentos e habilidades dos alunos em língua portuguesa e matemática, além de coletar dados sobre elementos contextuais, como o perfil socioeconômico dos alunos e a infraestrutura das escolas. Em todo o país, o SAEB é usado com frequência em escolas públicas e privadas.

Gerenciado pelo INEP, o ENEM está entre as principais opções de acesso ao ensino superior no Brasil, ele é administrado pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), além de ser uma avaliação do conhecimento dos alunos em várias áreas do conhecimento, também pode ser utilizado para ingresso em programas de financiamento estudantil e em instituições de ensino superior. Ao selecionar candidatos para ingresso em cursos de graduação, as universidades brasileiras, sejam públicas ou privadas, realizam seus próprios vestibulares, dependendo da

instituição de ensino e do curso escolhido, esses exames podem abranger uma variedade de disciplinas e formatos.

Há instituições educacionais realizam avaliações internas para monitorar o desempenho dos alunos, avaliar a qualidade dos cursos e descobrir pontos de melhoria. Essas avaliações podem incluir atividades como provas, trabalhos escritos e apresentações orais, entre outras.

Além dos exames que são realizados em todo o país, os estados brasileiros também realizam avaliações externas próprias para acompanhar o desempenho das escolas e dos alunos. Essas avaliações podem seguir modelos semelhantes ao SAEB ou ter características particulares de acordo com as políticas educacionais de cada estado.

Ao falar de avaliações, não podemos deixar de mencionar as avaliações de políticas públicas, essas avaliações fornecem indicadores que mostram o que pode ser feito para responsabilizar, produzir e melhorar o processo. Assim, o Plano de Desenvolvimento da Educação afirma que o IDEB é o principal meio pelo qual a avaliação da política educacional básica no Brasil é feita, de forma a atender às necessidades específicas do público e ter resultados positivos e melhorias.

Ao longo dos anos, as avaliações da aprendizagem no Brasil tiveram várias mudanças, refletindo mudanças nas políticas educacionais, nas concepções pedagógicas e nas demandas sociais. O SAEB e o ENEM, entre outros exames nacionais, têm se destacado como ferramentas para avaliar a qualidade da educação básica e para facilitar o acesso ao ensino superior. Essas avaliações têm sido usadas para monitorar o desempenho das escolas e dos alunos e para apoiar as políticas públicas educacionais.

Para encontrar lacunas de aprendizagem, a rede de ensino e as instituições escolares têm usado avaliações diagnósticas, realizadas periodicamente, fornecem dados importantes para o planejamento curricular e a implementação de estratégias de ensino.

Com o avanço das tecnologias digitais houve a inserção de diferentes meios de aprendizagens, com destaque temos, plataformas online, softwares educacionais e ambientes de aprendizagem virtuais. Com isso, pode haver a aplicação de avaliações adaptativas que permitirá a coleta de dados em tempo real e a adaptação do processo de avaliação às necessidades dos alunos.

Apesar dos avanços, as avaliações da aprendizagem ainda enfrentam desafios relacionados à equidade e à inclusão. Disparidades socioeconômicas, culturais e regionais

podem influenciar os resultados das avaliações, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que promovam a equidade no acesso à educação e garantam que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e sucesso acadêmico.

Então para que haja um ensino reflexivo e questionador, que problematiza e desafia os alunos, é de fundamental importância que o processo se de através da avaliação contínua, com métodos organizados que garantam que os alunos aprendam os conteúdos necessários para o desenvolvimento das habilidades especificadas nos objetivos do ensino que são utilizados como base teórica essencial para todo o processo de ensino. Libâneo (2013) destaca que a avaliação, como um processo reflexivo e orientado para melhorar o ensino e a aprendizagem, vai além da mera verificação de resultados. Inclusive, ela serve para informar e orientar as atividades pedagógicas futuras, com o propósito de alcançar os objetivos educacionais.

Somente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, introduziu o termo "avaliação da aprendizagem" na legislação educacional brasileira. Antes de 1996, não havia legislação específica tão direta e explícita sobre a avaliação da aprendizagem, embora fosse uma prática comum nas escolas.

2.2 INDICADORES NA QUALIDADE DO ENSINO: FLUXO ESCOLAR, CENSO ESCOLAR E SAEB

A estruturação do ensino fundamental conforme estabelecida pela Lei Federal no 5.692, de 11 de agosto de 1971, durou até dezembro de 1996. Baseados nesta lei o ensino fundamental e o ensino médio, além de oferecer aos alunos a educação necessária para desenvolver suas potencialidades e busca o preparo para o trabalho. Esta lei criou um núcleo comum obrigatório em todo o país para o ensino fundamental e médio, ao mesmo tempo em que permitiu um grupo diversificado pensar nas peculiaridades locais, nos planos dos estabelecimentos de ensino e nas diferenças.

Em 1990, em Jomtien, na Tailândia, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos. E como resultado, os países chegaram a acordos sobre a necessidade de garantir o aprendizado universal, devido a isso o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), supervisionado pelo Ministério da Educação e do Desporto, foi criado e desenvolvido para fornecer diretrizes políticas para a recuperação da escola fundamental, garantindo igualdade, qualidade e avaliação contínua dos sistemas escolares para o aprimoramento contínuo.

Parâmetros educacionais são critérios ou referências estabelecidos para orientar e nortear práticas, políticas e decisões no campo da educação. Eles podem abranger uma variedade de aspectos, desde diretrizes curriculares até padrões de qualidade, avaliação de desempenho e metas educacionais. Os parâmetros educacionais geralmente são desenvolvidos com base em princípios pedagógicos, teorias educacionais, pesquisas acadêmicas e experiências práticas, com o objetivo de promover a melhoria da educação em diversos níveis, desde o ensino fundamental até o ensino superior.

Em sua obra "Escola e Democracia", Saviani (2021) discute a importância de uma educação que promova a formação humana integral e a construção da consciência crítica dos alunos. Ele propõe um modelo de educação baseado nos conhecimentos que a humanidade acumulou ao longo dos anos, organizados de forma a permitir uma melhor compreensão da realidade social e sua transformação. Essa visão do currículo como um elemento central na definição dos parâmetros educacionais reflete a preocupação de Saviani com uma educação que seja relevante e significativa para os alunos.

Educador e pesquisador brasileiro, José Carlos Libâneo em sua obra "Didática", aborda questões relacionadas à organização do ensino, práticas pedagógicas e construção de currículos centrados nos princípios da democratização do acesso ao conhecimento e da formação integral dos alunos. De acordo com Libâneo (2005):

> Um currículo precisa ser democrático, isto é, garantir a todos uma base cultural e científica comum e uma base comum de formação moral e de práticas de cidadania (relativa a critérios de solidariedade e justiça, à alteridade, à descoberta e respeito do outro, ao aprender a viver junto etc.). (Libâneo, 2005, p.365).

A adequação dos critérios estabelecidos nos parâmetros e indicadores específicos são proponentes de metas claras de qualidade de aprendizagem e ensino. Sendo assim os parâmetros curriculares nacionais podem agir como um impulso para novas iniciativas.

As instituições educacionais podem utilizar essas ferramentas para obter uma visão imparcial dos pontos fortes e fracos no caminho para uma educação de alta qualidade e uma gestão mais eficiente. Os dados dos indicadores podem ajudar na decisão de quais prioridades estabelecer e quais mudanças implementar para promover a melhoria constante da gestão do ensino e da educação.

Indicadores da qualidade na educação são uma ferramenta importante no contexto do Programa Nacional da Escola Básica. Esses indicadores são baseados em uma visão ampla da qualidade educacional, que vai além do desempenho acadêmico dos alunos e leva em consideração uma variedade de fatores que impactam a experiência educativa como um todo.

E quando se fala em fatores que impactam a experiência educativa como um todo, temos a abrangência de indicadores de qualidade da educação distribuídos em sete dimensões (MEC, 2004):

- Ambiente físico, social e emocional da escola, incluindo segurança, clima escolar, relacionamentos interpessoais e cultura organizacional.

- Inclui os métodos de ensino dos professores, os métodos de avaliação do aprendizado dos alunos e o monitoramento do progresso individual de cada aluno.
- Técnicas usadas para melhorar as habilidades de leitura e escrita dos alunos, levando em consideração tanto a alfabetização quanto o letramento.
- Administração e organização da escola de forma democrática, com a participação da comunidade escolar no planejamento das atividades educativas e na tomada de decisões.

- Inclui a formação inicial e continuada dos professores e outros educadores, bem como as condições de trabalho, remuneração e valorização desses trabalhadores.
- Diz respeito à infraestrutura, recursos materiais, equipamentos e acessibilidade da escola.
- Refere-se às políticas e ações que promovem o acesso universal à educação, garantem que os alunos permaneçam na escola e combatem a evasão e o abandono escolar.

Considerar essas dimensões ajudam a identificar os pontos fortes e as áreas de melhoria nas escolas e nos programas educacionais.

Os indicadores de qualidade são ferramentas que mostram o desempenho na busca pelo alcance de padrões previamente definidos para aspectos que se consideram pertinentes. Essas ferramentas mostram se a legitimidade desses padrões está ocorrendo de acordo com os parâmetros de qualidade pré-estabelecidos, considerando ambiente socioeconômico da escola, as condições de ensino, a gestão do trabalho escolar, o corpo docente e o acesso a recursos tecnológicos.

Assim, podemos relacionar o significado da qualidade de ensino, nos termos do IDEB, com a possibilidade de se alcançar as metas propostas. Isso indica que a escola deve melhorar a proficiência em língua portuguesa e matemática, melhorar o desempenho nos testes padronizados e aumentar a taxa de aprovação. Para alcançar o indicador sugerido, as escolas precisarão implementar iniciativas inovadoras.

Freitas (2007, p.972) critica a implementação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como um meio de responsabilizar apenas as escolas por seus resultados. Segundo ele:

> "Existe o perigo de distorcer a percepção da realidade educacional e promover práticas pedagógicas limitadas centradas apenas no desempenho em exames padronizados, em detrimento de uma educação mais abrangente e significativa, e cita que o aumento da taxa de aprovação pode não estar relacionado a um aumento real da aprendizagem dos alunos. Em vez disso, pode estar relacionado ao aumento da porcentagem de alunos que foram aprovados na fórmula do IDEB."

Diante dos posicionamentos faz-se ênfase a necessidade de implementar uma abordagem mais abrangente e centrada no aluno, levando em conta não apenas indicadores globais, como proficiência média ou metas de longo prazo, mas também as diversas necessidades e experiências dos alunos, garantindo assim que as políticas e práticas educacionais sejam orientadas para promover o aprendizado para todos, independentemente de qualquer situação ou contexto individual.

2.3 TENDÊNCIAS E DESAFIOS: FLUXO ESCOLAR

No Brasil, os problemas já existentes no ensino foram agravados no novo cenário de amplo acesso. Além disso, com o acompanhamento sistemático do fluxo escolar e avaliações nacionais regulares realizadas a cada biênio desde 1995, a preocupação com a qualidade do ensino tornou-se mais evidente na elaboração de propostas de políticas educacionais.

O fluxo escolar refere-se à progressão dos alunos ao longo das diferentes etapas da educação, incluindo as séries iniciais e finais do ensino fundamental e as séries do ensino médio. O fluxo escolar foi usado para descrever as taxas de aprovação, reprovação e abandono mensuradas pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC). O cálculo do fluxo escolar é realizado pela avaliação da taxa média de aprovação em todas essas etapas da educação. Esses dados são coletados pelo Censo Escolar, uma importante ferramenta de levantamento de informações educacionais.

O Indicador de Fluxo (IF) é então calculado para cada série de uma etapa da educação, dividindo-se o número total de alunos aprovados pelo número total de alunos inscritos em cada série. Por exemplo, para o ensino fundamental, são consideradas cinco séries iniciais e quatro séries finais, enquanto para o ensino médio, são consideradas três séries.

O resultado do Indicador de Fluxo fornece uma medida da progressão dos alunos ao longo das séries, refletindo a taxa de aprovação e indicando se os alunos estão avançando adequadamente em seu percurso educacional. Uma alta taxa de aprovação e um IF próximo a 1 indicam um fluxo escolar positivo, com a maioria dos alunos progredindo nas séries de acordo com o esperado para sua faixa etária. Por outro lado, uma baixa taxa de aprovação e um IF abaixo de 1 indicam problemas no fluxo escolar, como repetência, evasão ou defasagem idade-

série, que precisam ser abordados para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos. Após essa divisão, é calculada uma média para as cinco séries iniciais e finais do ensino fundamental, bem como para as três séries finais do ensino médio, totalizando o Indicador de Fluxo.

Ao discorrer sobre à correção de fluxo escolar, estamos nos referindo à correção de situações em que o percurso educacional dos alunos não está seguindo o trajeto adequado, essa distorção do fluxo escolar, também conhecida como defasagem idade-série, ocorre quando os alunos estão atrasados em relação à série esperada para a idade deles. Isso significa que eles estão matriculados em uma série que não corresponde à idade cronológica deles, estando geralmente dois ou mais anos atrasados em relação ao esperado para a sua série. De acordo com levantamento de Setubal (2000), uma abordagem para reduzir os índices de repetência foi a criação de turmas de correção de fluxo, essas turmas surgiram a partir de 1995/1996 com o objetivo de diminuir a defasagem entre idade e série.

Ao adotar medidas e promover uma cultura escolar que valorize a diversidade e a equidade, as escolas podem atuar para extinguir a defasagem idade/série e proporcionar a todos os alunos oportunidades iguais de sucesso acadêmico e desenvolvimento pessoal.

Segundo Setubal (2000):

> Como grande parte da defasagem entre idade e série é causada por reprovações sucessivas, são necessárias mudanças nas escolas. Implementar uma concepção de educação inclusiva e um ensino de alta qualidade pode impedir que os sistemas educacionais continuem gerando a necessidade de classes de aceleração (SETUBAL, 2000, p. 10).

Essa defasagem idade-série pode resultar de uma variedade de fatores, incluindo repetência, evasão escolar, ingresso tardio na escola, dificuldades de aprendizagem, entre outros. Ela é um problema significativo no sistema educacional, pois pode afetar negativamente o progresso acadêmico dos alunos, aumentar a probabilidade de abandono escolar e dificultar o acesso a oportunidades educacionais futuras.

Trazendo para o contexto vale ressaltar a importância de implementar mudanças significativas nas escolas para abordar a defasagem entre idade e série, que muitas vezes é resultado de reprovações sucessivas dos alunos, essas mudanças são essenciais para promover uma educação inclusiva e de qualidade, que garanta a promoção dos alunos com aprendizagem efetiva.

Com o objetivo de enfrentar os desafios relacionados ao fluxo escolar e ao fracasso escolar, algumas mudanças foram implantadas na legislação Brasileira. A Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, é a principal legislação educacional do país e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ela foi objeto de diversas alterações ao longo dos anos, com o intuito de fortalecer o sistema educacional e promover a equidade. Entre as mudanças relevantes estão a valorização do ensino fundamental de nove anos, a instituição do Ensino Médio como etapa final da educação básica, a obrigatoriedade da educação infantil a partir dos quatro anos de idade, entre outros aspectos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento elaborado pelo governo brasileiro com o objetivo de estabelecer metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da educação no país em um determinado período, ou seja, é uma política pública fundamental que orienta as ações do governo e da sociedade civil na área da educação, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior. Uma priori é ser revisado e atualizado periodicamente para abordar os desafios emergentes na área educacional, incluindo a correção do fluxo escolar e o enfrentamento do fracasso escolar.

De acordo com Prado (2000), a repetência, a evasão e o abandono escolar são questões que têm sido um problema persistente na história da educação brasileira. Esses fenômenos contribuem significativamente para a distorção idade-ano, no qual muitos alunos ficam defasados em relação à série esperada para sua idade cronológica, e causa custos adicionais para o sistema educacional.

Para enfrentar o fracasso escolar e corrigir o fluxo escolar, além das mudanças legislativas, o governo brasileiro tem implementado uma série de programas e políticas específicas, isso inclui iniciativas como o Programa Bolsa Família[9], o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)[10], o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[11], o Programa de Formação Continuada de Professores[12], pode incluir ainda estratégias como programas de recuperação paralela, tutoria individualizada, educação inclusiva, entre outros, que visam

[9] Criado em 2003, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que tem como objetivo combater a pobreza e a vulnerabilidade social. Ele também possui condicionalidades relacionadas à educação, como a frequência escolar mínima de crianças e adolescentes.

[10] O PNLD é responsável por fornecer livros didáticos gratuitos para os alunos e professores da rede pública de ensino, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e garantindo o acesso a materiais educacionais de qualidade.)

[11] O PNAE é um programa que oferece alimentação escolar gratuita aos alunos da rede pública de ensino. Além de garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, contribui para a melhoria do desempenho escolar e redução da evasão.)

[12] Neste Programa o governo brasileiro também investe em programas de formação continuada de professores, visando aprimorar suas práticas pedagógicas e fortalecer sua capacidade de promover uma educação de qualidade.)

promover a permanência dos alunos na escola, oferecer apoio pedagógico e garantir o acesso a materiais didáticos de qualidade.

As escolas e sistemas educacionais devem identificar esses alunos em defasagem e implementar as intervenções e estratégias adequadas para ajudá-los a superar esses obstáculos e continuar em seu percurso acadêmico.

A correção do fluxo escolar é de fato um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional, e a promoção da equidade é fundamental para superar esse desafio. Para garantir uma sociedade mais justa, é essencial assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades. Isso significa que cada aluno deve receber o apoio necessário para alcançar seu potencial máximo, independentemente de suas circunstâncias individuais, origem socioeconômica, etnia, gênero e/ou localização geográfica.

Ao promover a equidade na educação, não só estamos investindo no potencial individual de cada aluno, estaremos construindo uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera para todos. Portanto, é imprescindível que a correção do fluxo escolar seja abordada de maneira holística e equitativa, trabalhando para eliminar as desigualdades que impedem o acesso igualitário à educação de qualidade.

2.4 DADOS E IMPLICAÇÕES: CENSO ESCOLAR

A palavra Censo origina-se do latim *census*, conforme Michaelis (2009), conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado e nação. O primeiro censo realizado no Brasil foi o "Recenseamento da População do Império do Brasil" em 1872. Segundo o IBGE (2013) em 1936, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi fundado e designado para realizar censos demográficos a cada dez anos.

O Censo Escolar do Brasil é uma pesquisa realizada anualmente para coletar informações detalhadas sobre as escolas, alunos, professores e outros educadores, é uma ferramenta crucial para coletar dados sobre a educação e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foi criado em 1931 pelo Ministério da Educação e Saúde do Brasil.

Os dados do Censo Escolar são uma fonte útil de informações porque fornecem uma visão geral da educação por escola e em geral, permitindo a identificação de questões a serem

resolvidas em nível local e nacional. Evidencia informações sobre estrutura, nível de escolarização dos profissionais, jornada escolar, rendimento (aprovação e reprovação), movimento (transferência e abandono), faixa etária dos alunos e quantidade de atendimento educacional especializado.

Com o objetivo de promover a investigação educacional no Brasil, em 1937, foi fundado o Instituto Nacional de Pedagogia e em 1938, esse instituto foi transformado no INEP. O INEP recebeu a responsabilidade formal de analisar e interpretar os dados educacionais fornecidos pelo Serviço de Estatísticas de Educação e Saúde (SEES), um departamento vinculado ao Ministério da Educação e Saúde na época.

Ao longo dos anos, o INEP tem sido muito importante na produção, coleta, análise e difusão de dados estatísticos sobre a educação no Brasil. O Censo Escolar, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outras pesquisas e avaliações educacionais são supervisionados e avaliados pelo instituto.

Em 1956, o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) foi criado como parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para fornecer dados estatísticos mais completos, a União e as unidades federativas se aproximaram nos anos subsequentes. Isso incluiu estabelecer unidades de estatística nas secretarias de educação do país.

O SEEC começou a usar a tecnologia para esse fim em 1991, quando assumiu a responsabilidade de usar um sistema informatizado para descentralizar a coleta de dados educacionais. O primeiro sistema, criado sob a plataforma Paradox e instalado nos microcomputadores Intel-286SX, abriu caminho para a criação posterior do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd).

Por fim, em 1997, o SEEC foi incorporado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Isso foi um grande passo para unificar as metodologias e instituições de coleta de dados e avaliação educacional no governo federal. Como resultado dessa integração, os processos de coleta, análise e comunicação de informações sobre a educação no Brasil foram mais eficientes e concisos.

Em 12 de setembro de 1996, a Emenda Constitucional nº 14, instituiu o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). A Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o Decreto no 2.264, de 27 de junho de 1997, respectivamente, estabeleceram as regras que o regulamentaram. Ele entrou em vigor nacionalmente em 1º de janeiro de 1998 e uma das principais inovações realizadas pelo Fundef foi a mudança na forma como o ensino fundamental é financiado. Ele fez com que uma parte

dos recursos destinados a esse nível de ensino fosse unificado, garantindo que uma parte específica dos impostos e transferências constitucionais fosse destinada exclusivamente à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e o magistério.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental FUNDEF), e de Valorização do Magistério, criado em todos os estados federais e distritos federais, tem como objetivo melhorar a educação no ensino fundamental público, incluindo melhorias na infraestrutura escolar, treinamento de professores e aquisição de materiais didáticos, entre outras questões relacionadas ao desenvolvimento educacional.

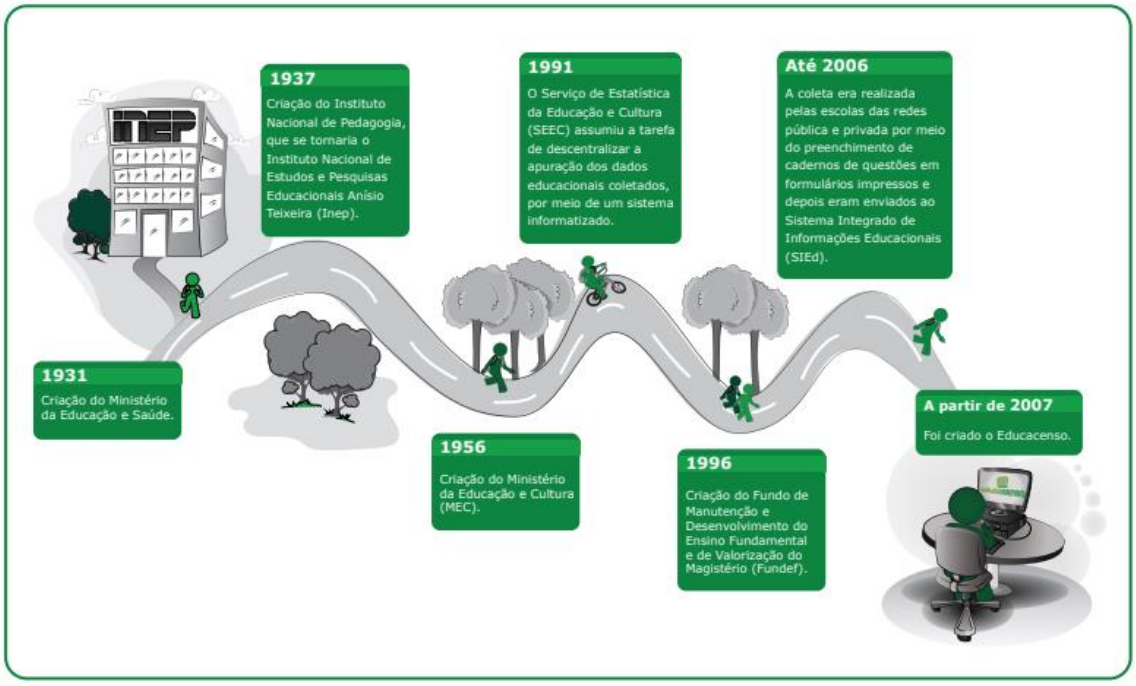
Antes de 2007, as escolas da rede pública e privada preenchiam questionários manualmente para coletar dados educacionais. O INEP foi responsável pela criação, padronização, impressão e distribuição desses questionários. Após o preenchimento, os formulários eram enviados a órgãos descentralizados ou Secretarias Estaduais de Educação para digitação e consolidação.

No entanto, havia algumas limitações a esse método, isso incluía dúvidas sobre a digitalização, distribuição e fabricação de questionários, bem como a possibilidade de contagem dupla de alunos e professores. Aproveitando as oportunidades da tecnologia da informação, principalmente a internet, foi iniciado em 2005 o desenvolvimento de um novo sistema de coleta de dados e em 2007, foi criado o sistema chamado Educa-censo, que marcou de forma histórica e significativa a forma como os dados educacionais eram coletados e processados.

Como resultado desses problemas, foi iniciado em 2005 o projeto de um novo sistema de coleta usando as opções oferecidas pelas tecnologias da informação, principalmente a internet. Em 2007, foi fundado o Educa-censo. Para superar essas limitações, muitos sistemas de coleta de dados migraram para métodos mais modernos e eficientes, como o uso de sistemas online ou eletrônicos.

Com isso, foi possível compreender que além de ter uma data de referência para a informação dos dados – Dia Nacional do Censo Escolar –, a coleta é dividida em duas etapas: Matrícula Inicial e Situação do Aluno, sendo publicada anualmente a Portaria de Cronograma com os principais períodos e suas atividades.

Figura 1. Linha do tempo: Ações que modificaram o Censo Escolar no Brasil



https://image.slidesharecdn.com/cadernodeestudos-180615182234/75/Caderno-de-estudos-38-2048.jpg

Com a implementação do Sistema Educa-censo em 2007, o Censo Escolar do Brasil passou por uma transformação significativa, pois a inserção dos dados que era realizada de forma offline, com as escolas preenchendo formulários que eram encaminhados posteriormente ao INEP, passou a ser feita de forma online, isso proporcionou maior agilidade, eficiência e segurança na coleta e no processamento das informações, e facilitou o acompanhamento em tempo real do andamento da pesquisa.

Contudo, existe uma preocupação em relação à possível prática de inflar os números de matrícula no Censo Escolar mesmo quando os alunos estão ausentes, seguida da transferência destes para não impactar negativamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Caso essa manipulação dos dados seja constatada, pode distorcer a representação da realidade das escolas e comprometer a exatidão das informações fornecidas pelo Censo Escolar, o que também pode afetar a eficácia das políticas públicas educacionais.

Portanto, é crucial que as autoridades educacionais estejam atentas para coibir tais práticas e adotar medidas que assegurem a transparência e a integridade dos dados do Censo Escolar, isso inclui a implementação de métodos de supervisão e controle mais eficazes. A integridade dos dados é fundamental para garantir que as políticas educacionais sejam baseadas em informações confiáveis e precisas.

Considerando que as políticas de responsabilização educacional fundamentam-se na avaliação do desempenho dos alunos por meio de testes padronizados, na classificação das escolas e na definição de metas para direcionar incentivos e suporte, neste contexto, torna-se evidente que, as escolas, equipes pedagógicas e professores são responsabilizados pelo desempenho dos alunos nesses testes.

Portanto, tais políticas incentivam práticas fraudulentas que comprometem a eficácia das políticas públicas educacionais e a qualidade real da educação, ao mesmo tempo em que estimulam uma competição prejudicial por melhores resultados. Diversos estudiosos (FREITAS, 2012b; 2013; RAVITCH, 2011; SILVA; SILVA, 2014; ZÁKIA SOUSA; LOPES, 2010) destacam os impactos negativos dessas políticas, que intensificam a competição entre professores e escolas, resultando no produtivismo e na intensificação do trabalho docente. Nesta visão de economia neoliberal, que encara a educação mais como uma "despesa" do que um investimento, há uma priorização na redução da evasão e da repetência, semelhante ao contexto do mercado produtivo.

Com isso, a pressão por resultados pode levar a fraudes, de forma a inflar o número de alunos no Censo Escolar para assim melhorar as notas no IDEB, o que compromete a veracidade dos dados e distorce a realidade das escolas. Essa manipulação visa garantir incentivos e evitar sanções, resultando em um currículo mais restrito, focado em matemática e língua portuguesa.

Consequentemente, essas políticas de responsabilização incentivam fraudes que prejudicam a eficácia das políticas públicas educacionais e a qualidade da educação, além de fomentar uma competição prejudicial por melhores resultados.

2.5 AVALIAÇÕES E TENDENCIAS EDUCACIONAIS: SAEB

As avaliações externas devem coexistir com as avaliações internas em todas as escolas e salas de aula, especialmente no conceito de articulação intrínseca do sistema. Os diagnósticos de aprendizagem devem se integrar para melhorar as práticas de ensino e aprendizagem, desde que os sujeitos escolares possam identificar os dados e utilizá-los na tomada de decisões. Em termos sistemáticos, existem três níveis de avaliação: em larga escala, na escola e na sala de aula. Esses níveis não se sobrepõem, mas trabalham juntos para coletar dados sobre o desempenho do aluno em relação ao ensino oferecido, Freitas (2009).

As avaliações externas no Brasil, fornecem uma maneira sistemática de medir o desempenho dos alunos e das escolas, elas ajudam a identificar tendências, lacunas de aprendizagem e áreas que precisam de melhoria. Permitem avaliar o desempenho do sistema

educacional como um todo, incluindo escolas, redes de ensino e políticas educacionais. Isso ajuda a identificar sucessos e desafios e orienta a formulação de políticas para promover a equidade e a qualidade educacional. Como orientação de Políticas Educacionais ajuda a tomada de decisões e priorizar investimentos, identificando áreas críticas que precisam de atenção e recursos adicionais.

Ao estabelecer padrões claros de desempenho e fornecer feedback regular, as avaliações externas incentiva o desenvolvimento de estratégias e intervenções para abordar as lacunas de aprendizagem, promover o sucesso dos alunos e alcançar os objetivos educacionais estabelecidos. Em última análise, funcionam como um mecanismo de prestação de contas e um catalisador para a melhoria contínua da qualidade da educação.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é uma das principais avaliações externas realizadas no Brasil, e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem como objetivo avaliar a qualidade da educação básica em todo o país. O SAEB é composto por provas padronizadas de língua portuguesa e matemática, aplicadas a uma amostra representativa de alunos das escolas públicas e privadas.

Figura 2. Componentes do SAEB



https://central.to.gov.br/image/209454?w=750&h=0

O SAEB consiste em três avaliações externas em larga escala:

- Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB): Esta avaliação é amostral e abrange alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, tanto de redes públicas quanto privadas. Seu principal objetivo é avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira.

- Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC ou Prova Brasil): Esta é uma avaliação censitária que envolve alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais, estaduais e federais. Seu propósito é avaliar a qualidade do ensino nessas escolas, com resultados disponibilizados por escola e ente federativo.
- Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): Esta é outra avaliação censitária, focada nos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. Seu principal objetivo é avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática, bem como as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização nas redes públicas.

No âmbito do tratamento da informação, delineamos os componentes do SAEB, utilizando dados provenientes de fontes específicas de pesquisas de fontes como o Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o CAEd/UFJF, que serviram como plataformas de busca para coletar informações pertinentes sobre o assunto.

Segundo Vieira (2019), o SAEB se tornou a principal fonte de informações para os estudos sobre eficácia escolar no Brasil, oferecendo uma visão sistemática e abrangente do panorama educacional do país. O SAEB, criado em 1990, é gerido pelo INEP, uma autarquia ligada ao Ministério da Educação (MEC), e é realizado a cada dois anos desde 1995. É abrangente para todos os estados e Distrito Federal do Brasil, usando testes de natureza amostral baseados na TRI (Teoria de Resposta ao Item). O objetivo é avaliar a qualidade do ensino oferecido por meio da avaliação dos conhecimentos e habilidades dos alunos para assim melhorar o ensino e diminuir as desigualdades educacionais (COTTA, 2001; FRANCO, 2001).

Para garantir o direito à educação de qualidade a todos os cidadãos, o INEP trabalhar em avaliações, exames e indicadores da Educação Básica e participa de atividades internacionais, além disso é responsável pela criação de políticas públicas educacionais que promovam o crescimento econômico e social do Brasil. O SAEB é considerado um dos métodos pelos quais o INEP agrega ações para garantir a melhoria do ensino ministrado.

O SAEB foi criado como parte das políticas educacionais implementadas durante a década de 1990, em 1995 a primeira edição do SAEB foi realizada, envolvendo uma amostra de alunos de diferentes regiões do Brasil nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, nos anos seguintes, foi expandido para incluir outras disciplinas e áreas de conhecimento, como

ciências naturais e ciências humanas, a fim de fornecer uma avaliação mais abrangente do desempenho dos alunos.

Segundo o INEP/MEC em 2020, os resultados do SAEB são divulgados por meio de relatórios consolidados, sistemas de acesso aos resultados e boletins de desempenho, adaptados para cada edição. Adicionalmente, as Narrativas Multimídia, uma plataforma digital interativa no site do INEP, apresentam os resultados de forma ilustrada e animada, incluindo documentários, gráficos e ilustrações. Essa abordagem facilita a compreensão dos dados e fornece subsídios para a elaboração, monitoramento e melhoria das políticas públicas educacionais, permitindo análises detalhadas dos resultados obtidos nos testes

Ao longo do tempo, o SAEB tem incorporado tecnologias de informação e comunicação (TICs) para melhorar a eficiência da coleta, processamento e análise de dados. Isso inclui o uso de sistemas informatizados para o preenchimento dos questionários pelos participantes, a transmissão eletrônica dos dados para as instâncias responsáveis e o desenvolvimento de ferramentas de análise de dados mais avançadas. Essas tecnologias têm contribuído para agilizar o processo de avaliação e garantir a qualidade e confiabilidade das informações coletadas. Além disso, o uso de TICs também permite uma maior integração dos dados do SAEB com outras bases de dados educacionais, possibilitando análises mais abrangentes e aprofundadas sobre o desempenho educacional no país.

Uma crítica aos resultados do SAEB é que, embora sejam frequentemente usados para orientar políticas educacionais e promover melhorias na qualidade da educação básica, às vezes são usados de forma simplificada ou inadequada. Por exemplo, os resultados desse indicador podem se concentrar apenas nos resultados numéricos, ignorando o contexto socioeconômico das escolas ou as necessidades únicas dos alunos. Isso pode resultar em métodos unidimensionais de melhoria da educação, ignorando os fatores mais complexos que impactam o desempenho dos alunos.

A ideia de que as avaliações externas devem seguir as diretrizes das agências internacionais de avaliação é criticada porque pode resultar em um currículo padronizado que prioriza apenas a educação formal em detrimento de outras formas de aprendizado não formal. Argumenta-se a favor do ensino de conhecimentos historicamente estruturados, mas reconhece-se que as pessoas também aprendem em ambientes extracurriculares, atividades e práticas, além dos ambientes educacionais tradicionais.

Diante disso, Lopes (2018, p. 26) argumenta que a Educação vai além de simplesmente "ensinar conhecimentos, transmitir conteúdos e produzir resultados em exames", uma vez que

está intrinsecamente ligada à identidade e diversidade dos estudantes, contrastando com a noção de um "sujeito educado universal". E, assim,

> está relacionada à cultura, aos processos de identificação imprevisíveis e incontroláveis, e à constante dinâmica incomensurável entre permanência e mudança. Isso implica que algo novo só pode ser gerado a partir de uma tradição estabelecida, e que uma tradição só pode ser moldada pela mudança de seus significados. (Lopes, 2018, p. 27)

Considerando as dimensões essenciais da qualidade da educação, é importante ressaltar que elas constituem a base para uma série de desdobramentos. A primeira dimensão, a extracurricular, é abrangente e inclui tanto a estrutura social quanto a governamental. No que diz respeito ao contexto social, é necessário considerar a acumulação de capital social, econômico e cultural por parte das famílias dos alunos. Essa realidade exige que a escola se adapte para enfrentar os desafios resultantes dessa acumulação, ou da sua ausência, no processo educativo. Para lidar com essas questões, é crucial abordar os direitos, deveres e garantias constitucionais que devem estabelecer padrões mínimos de qualidade na educação e promover políticas complementares que atendam às necessidades específicas de cada contexto educacional.

A segunda dimensão, conhecida como intraescolar, abrange uma série de elementos relacionados aos processos internos da escola, como, organização e gestão da instituição, as práticas curriculares adotadas, os processos de formação e capacitação dos professores, o papel desempenhado pelos alunos e suas expectativas sociais, o planejamento pedagógico elaborado pela equipe docente, os mecanismos de participação da comunidade escolar, a dinâmica da avaliação e, por fim, o sucesso escolar alcançado pelos alunos. Essa dimensão envolve diferentes níveis do sistema escolar, desde a gestão educacional em nível macro até a interação cotidiana entre professores e alunos. Cada um desses níveis enfrenta desafios específicos que demandam atenção e intervenção adequada para promover um ambiente educacional eficaz e propício ao aprendizado. A qualidade dos processos intraescolares desempenha um papel crucial no desempenho acadêmico e no desenvolvimento integral dos estudantes, influenciando diretamente sua trajetória educacional e sucesso futuro.

Quadro 1. Dimensões da qualidade da educação

Dimensões	Níveis	Desmembramento
Extraescolar	Espaço social	Acúmulo de capital econômico, social e cultural das famílias dos alunos
	Estado	Direitos, obrigações e garantias educacionais
Intraescolar	Sistema	Condições de oferta do ensino
	Escola	Gestão e organização do trabalho escolar
	Professor	Formação, profissionalização e ação pedagógica
	Aluno	Acesso, permanência e desempenho escolar

Fonte: INEP, DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007.

Considerando o objetivo do estudo, no quadro tem-se as categorias que foram analisadas após o fichamento deste assunto e considerando o objetivo do estudo. Como análise, apresentamos o Histórico da Constituição da Matriz de Avaliação do SAEB no Quadro 1.

A partir da concepção de que o principal produto da escola é o "aluno educado", e considerando as normativas legais que estabelecem os princípios orientadores da educação nacional, bem como a definição de qualidade desenvolvida pelo INEP, é proposta a Matriz da Avaliação, construída com base nas diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE)[13], que delineiam os eixos de qualidade, os temas nos quais a qualidade se manifesta e os tópicos que devem ser avaliados, proporcionando uma análise da qualidade da educação básica.

Este detalhamento de critérios contemporâneos do SAEB, destacam a necessidade de abordagens completas, os achados ressaltam a importância de considerar variáveis contextuais, socioeconômicos e culturais, além das métricas de desempenho acadêmico tradicionais, para refletir de maneira mais precisa e justa a realidade educacional brasileira.

[13] § 1º - São diretrizes do PNE 2011/2020: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento educacional III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade socioambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País; desenvolvimento do conhecimento humanístico, científico e tecnológico do País. VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação; e X - implementação de instrumentos indutores da equidade, do respeito à diversidade, da gestão democrática da educação e da laicidade da escola pública.

2.6 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS.

No contexto contemporâneo, a família desempenha um papel fundamental como o ambiente inicial onde as crianças são introduzidas aos valores, normas e comportamentos que definirá a personalidade e o desenvolvimento futuro. Desde a infância, as interações familiares proporcionam um contexto seguro e afetuoso onde aprendem não apenas habilidades práticas e conhecimentos, mas também normas culturais e éticas que são essenciais para sua integração na sociedade. Sobre o assunto Oliveira diz: A família é a primeira agência de controle social da qual a criança participa, ocorrendo uma socialização baseada em contatos primários, mas afetivo, diretos e emocionais. Os valores adquiridos na família são insubstituíveis, tornando-a assim, responsável legal da criança no processo de educar e transmitir valores éticos e moral (OLIVEIRA, 2003, p. 66).

É importante destacar que o apoio emocional e educacional proporcionado pela família é essencial para motivar e orientar os estudantes ao longo de sua jornada educacional. A participação ativa de pais, que incentivam o aprendizado, oferece suporte em momentos difíceis e criam um ambiente estimulante, contribui de maneira significativa para o sucesso acadêmico e o desenvolvimento pessoal. Bowlby (1969) introduziu a teoria do apego, ressaltando a importância dos laços emocionais seguros para um desenvolvimento psicológico saudável. O apoio emocional dos pais é fundamental para desenvolver a resiliência e a autoestima nas crianças, características essenciais para lidar com os desafios escolares e sociais.

Outro ponto relevante diz respeito ao impacto das desigualdades socioeconômicas, da marginalização social e do empobrecimento, que são características do sistema capitalista vigente, representa um desafio significativo para muitas famílias. Esses fatores externos podem gradualmente minar a capacidade da família de proteger seus membros de forma abrangente e de garantir o acesso equitativo aos direitos fundamentais, como saúde, educação de qualidade e segurança alimentar. A falta de recursos adequados, a exposição a ambientes desfavorecidos e a limitação de oportunidades podem criar barreiras significativas para o desenvolvimento integral das crianças, afetando seu bem-estar físico, emocional e educacional. Para Cimadamore (2007), a forma como os temas “pobreza” e “(re)produção de desigualdades” são lançados no debate acadêmico e na discussão política tende a dispersar seu foco, pois se concentram muitas vezes em questões específicas e falham na proposição de um modelo teórico que permita generalizações sobre a política da produção e reprodução da pobreza.

Disparidade socioeconômica existente dentro das famílias pode moldar o desenvolvimento dos estudantes, levando-as a ingressar na escola com discrepâncias tanto em habilidades cognitivas quanto não cognitivas. Esses fatores que influenciam a aquisição de conhecimento podem afetar cada estudante de maneira distinta, resultando em disparidades nos níveis de conhecimento acumulado, consequentemente, essas disparidades de conhecimento podem gerar distorções nos resultados apresentados pelos indicadores educacionais.

Pesquisas qualitativas demonstram que fatores socioeconômicos e culturais têm um impacto direto no desempenho acadêmico, apesar de não serem considerados pelos indicadores padrão (Bonamino, 2022). Dessa forma, surge a necessidade de avaliar se os critérios do SAEB são realmente capazes de levar em conta, de forma adequada, as diversas realidades regionais e sociais existentes.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é fortemente influenciado pelas considerações sobre a relação entre aspectos acadêmicos e socioemocionais, são destacados argumentos através de revisões metodológicas que devem ser feitas com o intuito de levar em consideração não apenas o desempenho acadêmico dos alunos, mas também sua saúde emocional, bem-estar e habilidades socioemocionais. Isso é essencial para alcançar uma estimativa mais completa e imparcial da qualidade da educação no Brasil.

Além disso, vale destacar a importância de colaboração estreita entre teóricos, pesquisadores e profissionais da educação. Essa cooperação contínua dá garantias de alinhamentos do SAEB com as melhores práticas e as atuais teorias educacionais. Este diálogo constante e a troca de conhecimentos possibilita o aprimoramento contínuo dos padrões de avaliação e garantem que o SAEB cumpra efetivamente seu papel de monitorar e melhorar a qualidade da educação no país.

Ademais, as futuras pesquisas tendem direcionar esforços para explorar como as teorias podem ser traduzidas em práticas eficazes. Isso implica não apenas em desenvolver novas abordagens metodológicas para o SAEB, mas também em repensar o sistema educacional como um todo. Com isso, deve-se buscar formas de criar um ambiente educacional que reconheça e valorize a diversidade e complexidade dos alunos brasileiros, promovendo assim uma educação mais inclusiva e equitativa. Essa é uma tarefa desafiadora, mas fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade que os prepare verdadeiramente para os desafios do século XXI.

Ao fundamentar a abordagem teórica em contribuições de estudiosos reconhecidos, haverá a garantia de embasamento sólido e confiável para nossa análise. Isso permitirá examinar de forma crítica como os critérios atuais do SAEB se relacionam com a equidade educacional, identificando lacunas, pontos fortes e oportunidades de aprimoramento. Essa análise crítica é crucial para promover uma avaliação mais justa e abrangente do sistema educacional brasileiro e para propor melhorias significativas que contribuam para uma educação mais equitativa e inclusiva para todos os alunos.

De acordo com a OCDE (2013)[14], qualidade educacional é caracterizada pelo alcance dos alunos de resultados satisfatórios de aprendizagem ao longo de sua jornada educacional, considerando aspectos tanto acadêmicos quanto de desenvolvimento integral.

De acordo com Esteban (2009), a escola muitas vezes não consegue cumprir a promessa de equidade nas avaliações. No entanto, uma educação que permita aos alunos a aquisição de conhecimentos relevantes, em uma abordagem emancipatória, é essencial para um projeto de sociedade mais justa e igualitária. Isso requer considerar os contextos variáveis e a complexidade das experiências escolares ao avaliar os resultados educacionais.

Estudos têm consistentemente evidenciado a importância crucial da educação de qualidade em diversas esferas econômicas e sociais. Uma educação bem estruturada e acessível não só impulsiona o crescimento econômico, mas também abre portas para um maior acesso ao mercado de trabalho. Além disso, ela desempenha um papel fundamental na ampliação da inclusão social, fornecendo oportunidades igualitárias para todos, independentemente de origem ou condição socioeconômica. Essas conclusões, respaldadas por estudos como os de Menezes-Filho (2007) e Franco (2008), ressaltam a importância estratégica de investimentos contínuos em educação de qualidade como um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico, social e democrático de uma nação.

Soares (2009, p. 215) destaca que a concepção de qualidade educacional é multifacetada e sujeita a interpretações diversas, indo além do mero desempenho acadêmico dos alunos. Ele evidencia a complexidade desse conceito, que abrange uma ampla gama de aspectos e dimensões. Ao reconhecer essa diversidade de interpretações sobre a qualidade educacional, Soares enfatiza a necessidade de uma avaliação que considere múltiplas perspectivas e abordagens. Isso implica não apenas a análise dos resultados acadêmicos dos alunos, mas

[14] A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é composta por 35 países e serve como um fórum dedicado à promoção de padrões convergentes em diversas áreas, incluindo questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Suas reuniões e debates facilitam a troca de experiências e a coordenação de políticas entre os países membros em uma variedade de áreas governamentais.

também a inclusão de outros elementos relevantes, como equidade, engajamento dos estudantes e formação cidadã.

Essa reflexão ressalta a importância de uma abordagem holística na avaliação da qualidade educacional, que leve em conta a complexidade e diversidade de fatores envolvidos. Reconhecer esse universo de disparidades pode contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e centradas no aluno, visando promover uma educação de qualidade para todos.

Com isso, a relação de equidade e desempenho eficaz, deve considerar entre uma gama de fatores, o contexto socioeconômico como sendo um importante fator que afeta o desempenho acadêmico, pois alunos provenientes de famílias com melhores condições socioeconômicas geralmente alcançam os resultados mais altos, isso pode estar associado ao nível cultural da família, à acessibilidade a fontes de pesquisa e materiais didáticos, à oportunidade de escolha da instituição de ensino, entre outros aspectos.

Estudo realizado por Soares e Collares (2006) abordou o impacto de vários aspectos familiares no rendimento escolar dos estudantes brasileiros. Suas descobertas destacaram que as famílias com maiores recursos financeiros tendem a ter também um maior capital cultural. Isso significa que essas famílias têm acesso a uma gama mais ampla de oportunidades educacionais, como livros, atividades extracurriculares e ambientes propícios ao desenvolvimento intelectual.

Essa constatação está alinhada com a teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu, conforme apresentada em sua obra conjunta com Passeron (2009). De acordo com essa teoria, as desigualdades sociais são perpetuadas através da transmissão intergeracional do capital cultural, econômico e social. Assim, as famílias que já possuem recursos econômicos tendem a investir mais na educação de seus filhos, proporcionando-lhes vantagens significativas em termos de desempenho acadêmico em comparação com estudantes de famílias com menos recursos.

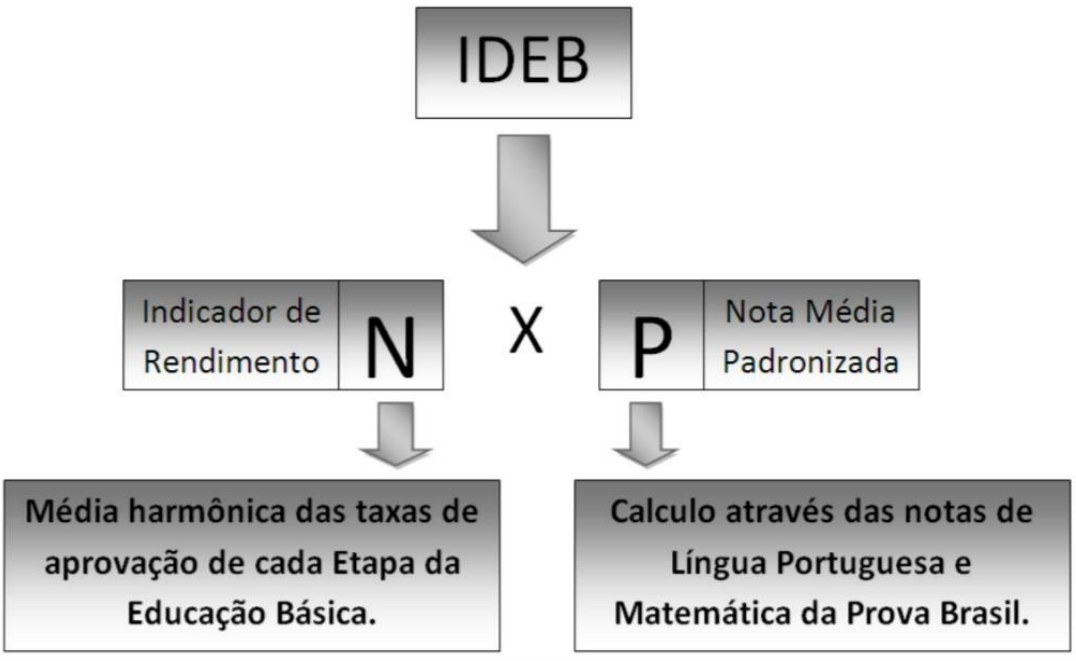
Essa relação entre recursos familiares e sucesso educacional destaca a importância de políticas públicas que visem reduzir as disparidades socioeconômicas na sociedade, garantindo um acesso mais equitativo à educação e oportunidades de desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica.

2.7 IDEB – TENDÊNCIA MÉTRICA EDUCACIONAL

Como mencionado anteriormente, em 2007, o Brasil implantou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é uma métrica que avalia a qualidade da educação básica no Brasil, considerando aspectos como proficiência em língua portuguesa e matemática, taxas de aprovação e reprovação dos estudantes. Ele é aplicado em diferentes níveis, abrangendo desde escolas até níveis municipais, estaduais e nacionais, oferecendo uma medida do progresso educacional ao longo ao longo do tempo.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com sua escala que varia de zero a 10, representa uma ferramenta crucial na avaliação e monitoramento da qualidade da educação no Brasil. Uma das características mais importantes do IDEB é a combinação equilibrada entre duas dimensões essenciais: o fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos.

Figura 3. Dimensões Essenciais do IDEB



https://image.slidesharecdn.com/ideb2011-130213071949-phpapp02/75/Ideb-2011-2-2048.jpg

Ao considerar tanto o fluxo escolar quanto o desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o IDEB assegura que não apenas a progressão dos alunos seja levada em conta, mas também a qualidade do ensino oferecido. Essa combinação é

essencial para garantir que as escolas e os sistemas de ensino estejam promovendo uma educação de qualidade e não apenas aprovando alunos de maneira superficial.

Quando um sistema de ensino retém os alunos para melhorar seus resultados no SAEB, isso pode resultar em um aumento na qualidade da aprendizagem, mas também afeta o fluxo escolar, já que mais alunos podem ser retidos. Por outro lado, se o sistema apressa a aprovação dos alunos sem garantir uma aprendizagem efetiva, os resultados do SAEB refletirão esse déficit de qualidade.

Essa abordagem do IDEB incentiva os sistemas de ensino a equilibrarem a progressão dos alunos com a qualidade da educação oferecida. Dessa forma, o IDEB não apenas fornece um indicador da qualidade da educação, mas também orienta as políticas e práticas educacionais, garantindo que o foco esteja tanto na promoção dos alunos quanto na garantia de uma educação de qualidade.

A relação negativa entre o fluxo escolar e o índice do IDEB pode ser entendida como Políticas de promoção automática, nas quais os alunos são automaticamente promovidos para a próxima série, independentemente do desempenho acadêmico, levando a altas taxas de aprovação, mas não necessariamente refletem um aprendizado efetivo.

Ainda há casos, altas taxas de evasão escolar podem resultar em baixos índices de aprovação e, consequentemente, influenciar negativamente o IDEB. Outra questão é que escolas com baixa qualidade de ensino, infraestrutura inadequada, falta de recursos educacionais e professores pouco capacitados podem ter taxas mais altas de repetência e evasão, afetando negativamente o IDEB.

Um sistema meritocrático entre as escolas incentiva os alunos a atingirem seus objetivos por meio do monitoramento da proficiência e do fluxo escolar, de forma intencional ou não, a divulgação das mídias sociais do sobre os índices do IDEB aumentam a percepção da sociedade de que as melhores escolas mantêm altos padrões de excelência no processo de ensino. E as pressões negativas podem surgir devido ao fato de que essas instituições podem ser pressionadas para aumentar o fluxo escolar, o que pode afetar o cálculo do índice divulgado.

Além disso, a disseminação dessas informações através das redes sociais alimenta uma competição entre as escolas, o que pode comprometer as relações colaborativas, conforme observado por Freitas (2012). O IDEB possibilitou a definição e o acompanhamento de metas de avanço nos resultados do ensino fundamental e médio, consolidando-se como uma das principais ferramentas da política educacional brasileira, em sintonia com a racionalidade

econômica e gerencial que emergiu em meio às transformações sociais da última década (FREITAS, 2013).

O IDEB, de fato, desempenhou e desempenha um papel crucial no sistema educacional do Brasil ao introduzir um indicador abrangente da qualidade da educação básica. Ao considerar tanto o progresso dos alunos quanto seu desempenho em exames padronizados, o IDEB forneceu uma visão mais holística da eficácia do sistema educacional.

A definição de metas de qualidade a nível nacional e para cada sistema e escola foi uma abordagem inovadora que permitiu uma responsabilização mais eficaz dos resultados, ao estabelecer essas metas, iniciou uma campanha de melhoria da qualidade do ensino, incentivando a busca por melhores resultados e práticas educacionais.

Além disso, à medida que diferentes atores sociais se apropriaram dos resultados do IDEB, ajudou a enraizar a importância do IDEB na sociedade, tornando-o não apenas uma métrica acadêmica, mas também um ponto de referência crucial para avaliar e melhorar o sistema educacional como um todo.

No entanto, é importante reconhecer que o IDEB é apenas uma ferramenta que precisa ser aprimorada, e o verdadeiro impacto na qualidade da educação só pode ser alcançado com o comprometimento contínuo de todos os envolvidos no processo educacional.

Como mencionado anteriormente, o IDEB foi criado com a intenção de fornecer uma métrica objetiva para avaliar o alcance dos compromissos e metas de aprimoramento da educação estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), iniciativa lançada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2007. O IDEB combina dois componentes essenciais para avaliar a qualidade do ensino no país: o aprendizado, que corresponde ao desempenho dos alunos nas avaliações do SAEB, e o fluxo, que representa a taxa de aprovação dos alunos.

Dessa forma, existe um estímulo para que as escolas, secretarias de educação e redes de ensino se dediquem a garantir tanto o aprendizado adequado dos alunos quanto a progressão escolar ideal. Conforme destacado pelo próprio INEP (2022), se um sistema de ensino retiver seus alunos para alcançar resultados de melhor qualidade no SAEB, o aspecto do fluxo será modificado, sinalizando a necessidade de aprimoramento do sistema. Por outro lado, se o sistema promover a aprovação dos alunos de forma apressada e sem qualidade, os resultados das avaliações também apontarão a urgência de melhorias no sistema.

A cada edição, os resultados de cada rede de ensino são comparados às metas intermediárias, criadas anualmente pelo INEP.

O IDEB foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer um índice que pudesse avaliar tanto o desempenho quanto a progressão dos alunos em uma escola ou rede de ensino específica. O cálculo do IDEB consiste na multiplicação da média de Aprendizado da rede pela sua Taxa de Aprovação:

$$\text{IDEB} = \frac{Português + Matemática}{2} \text{ x Taxa de Aprovação}$$

Nesse cálculo, o Aprendizado representa a média geral do desempenho da escola ou rede de ensino no SAEB, calculado a partir das notas das provas de Português e Matemática. A escala de 0 a 10 é usada.

$$Aprendizado = \frac{Português + Matemática}{2}$$

E a Taxa de Aprovação, por outro lado, é a porcentagem de alunos aprovados em uma série ou etapa específica de uma escola ou rede de ensino, representada por uma escala de 0 a 1. Por exemplo, um alto número de reprovações ou uma alta taxa de evasão podem reduzir a taxa de aprovação da rede de ensino e, portanto, o IDEB.

$$Taxa\ de\ Aprovação = \frac{Alunos\ que\ passaram\ de\ ano}{Total\ de\ alunos}$$

Para exemplificar o cálculo do indicador, são apresentados no quadro 2 abaixo quatro exemplos:

Quadro 2. Exemplos do cálculo do IDEB

Escola	Saeb (N)	Aprovação média (P)	Ideb (N)x(P)
A	6,0	90%	5,4
B	6,0	80%	4,8
C	4,0	80%	3,2
D	5,0	100%	5,0

Fonte: MEC/Inep, 2020.

No quadro acima, a existência de um IDEB baixo é resultado da interação de resultados desfavoráveis tanto na taxa de aprovação (baixo número de alunos progredindo de ano) quanto no desempenho no SAEB (poucos alunos alcançando notas satisfatórias). Por exemplo, entre escolas com desempenho semelhante no SAEB (escolas A e B), aquela com uma taxa média de aprovação mais alta terá um IDEB maior (escola A). Similarmente, entre escolas com a mesma

taxa média de aprovação (escolas B e C), aquela com um desempenho superior no SAEB terá um IDEB superior (escola B). Quando todos os alunos são aprovados, o IDEB coincide com o desempenho no SAEB (escola D).

Com o objetivo de ampliar as oportunidades de engajamento da sociedade em prol da educação, promovendo e destacando a importância da cultura da aprendizagem, o IDEB, é o índice comparável nacionalmente e reflete dois resultados cruciais do processo educacional. A combinação desses resultados equilibra as duas dimensões: se um sistema de ensino retém alunos para obter melhores resultados no SAEB, o fluxo escolar é prejudicado, indicando a necessidade de melhorias. Da mesma forma, se o sistema aprova alunos rapidamente sem considerar o aprendizado, as avaliações revelam a necessidade de aprimoramentos. Portanto, para elevar o IDEB, os sistemas educacionais devem melhorar tanto o fluxo escolar quanto o desempenho nas avaliações simultaneamente.

Os resultados das duas dimensões do IDEB são compartilhados com antecedência com as escolas e as redes de ensino. Isso permite que todos examinem seus resultados e, se necessário, solicitem correções, tanto no desempenho de seus alunos quanto nas taxas de aprovação. Essas medidas são planejadas para reduzir as chances de possíveis problemas.

Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 marcam um ponto de inflexão significativo, sendo os primeiros a serem divulgados após um período educacional atípico devido à pandemia de COVID-19. Nesse contexto, é fundamental uma análise cuidadosa e contextualizada desses resultados.

Primeiramente, é importante considerar que os dados de rendimento escolar, que compõem a taxa de aprovação no IDEB, foram impactados pela adoção generalizada de políticas de "aprovação automática" durante o ano de 2020, como resposta aos desafios impostos pela pandemia. Isso significa que uma proporção significativa de alunos foi promovida para o próximo ano letivo, independentemente do seu desempenho acadêmico.

Em relação aos dados de aprendizagem, obtidos por meio das avaliações do SAEB, é preciso reconhecer que foram afetados por uma série de fatores, incluindo a transição para o ensino remoto, a heterogeneidade na oferta de recursos pedagógicos e a redução da participação dos alunos nas provas devido a dificuldades logísticas e acesso à tecnologia.

Além disso, a própria taxa de rendimento dos estudantes, que é um componente fundamental do IDEB, também foi influenciada pelas políticas de "aprovação automática" adotadas por muitas redes de ensino durante os anos de pandemia.

Portanto, ao analisar e interpretar os resultados do SAEB e do IDEB de 2021, é essencial levar em consideração essas distorções causadas por fatores externos. Comparar os resultados com anos anteriores e entre diferentes redes de ensino deve ser feito com cautela, reconhecendo o impacto único que a pandemia teve no cenário educacional. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais precisa e justa do desempenho das escolas e sistemas de ensino neste período desafiador.

3 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NO ESTADO DE GOIÁS E O IDEB DAS ESCOLAS E IMPLICAÇÕES.

Este capítulo visa analisar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com apanhado dos treze melhores e os treze piores resultados obtidos das escolas estaduais de ensino fundamental, anos finais, no estado de Goiás, durante o período de 2017, 2019 e 2021, considerando alguns fatores tanto internos quanto externos que possam influenciar na qualidade educacional das instituições pesquisadas.

Para isso, os resultados serão analisados com o intuito de compreender sua evolução ao longo do tempo e as possíveis implicações decorrentes desses dados.

O estado de Goiás, em 2017 possuía um total de 1054 escolas estaduais, em 2019, o total de escolas estaduais caíram para 1014 e em 2021 houve outro decréscimo, passando assim, para um total de 957 escolas estaduais (INEP, 2022).

Referente ao número total de matrículas para o nível da educação básica, ensino fundamental, anos finais, conforme demonstrado no Quadro 3, de acordo com dados coletados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2022.

Quadro 3. Número de Matrículas – Rede Estadual - Ensino Fundamental – Anos Finais (2017, 2019 e 2021)

Ano	Número de Matrículas
2017	**5.080.094**
2019	**4.949.437**
2021	**4.803.089**

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do INEP (2022)

Ao analisar o quadro 3, desponta uma tendência de redução ao longo desse período. Em 2017, o número de matrículas foi de 5.080.094, para 4.949.437 em 2019 e em 2021, observa-se uma redução ainda maior, caindo para 4.803.089.

Essa redução no número de matrículas ao longo desses anos pode ter sido influenciada por vários fatores, incluindo mudanças demográficas, políticas educacionais, migração da população e até mesmo impactos decorrentes de crises econômicas ou pandemias, como a observada em 2020 e 2021 devido a COVID-19.

É importante que as autoridades educacionais avaliem essas tendências e compreendam suas causas subjacentes para implementar políticas e estratégias que garantam o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente das oscilações no número de matrículas. Isso pode envolver medidas como a expansão de programas de inclusão educacional, investimentos em infraestrutura escolar e programas de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Com uma estrutura educacional sólida, Goiás emerge como um estado de relevância significativa no cenário nacional, reconhecendo-se a educação como pilar fundamental para o desenvolvimento. Diante disso, surge a preocupação em compreender a realidade da qualidade da educação fornecida pela rede estadual, utilizando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador dessa qualidade.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023, foi registrada uma diminuição no número de matrículas no Ensino Fundamental. Em 2023, foram contabilizadas 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de educação básica no Brasil. Na rede pública, que representa mais de 80% das matrículas, foram 500 mil estudantes a menos, em comparação com 2022. Já a privada expandiu em 4,7% o número de alunos. Considerando o Ensino fundamental anos finais da rede estadual de Goiás o valor é quase 3% menor que em 2019, no período pré-pandemia.

A queda nas matrículas, conforme relatado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), não foi uma surpresa, mas sim um fenômeno esperado, especialmente devido à alta taxa de aprovação dos alunos durante o período da pandemia de covid-19. Durante esse período desafiador, muitas instituições educacionais adotaram medidas excepcionais para garantir que os alunos avançassem para o próximo ano letivo, independentemente de seu desempenho acadêmico. Isso resultou em uma taxa de aprovação excepcionalmente alta, mas muitas vezes não refletiu necessariamente o nível de aprendizado alcançado pelos estudantes.

Nos últimos anos, no entanto, observou-se uma tendência de diminuição na taxa de aprovação, com os números retornando gradualmente aos patamares pré-pandemia. Essa mudança indica um esforço para restaurar os padrões acadêmicos e garantir que os alunos avancem de acordo com seus méritos e competências reais. Embora a queda nas matrículas possa ser vista como uma consequência direta dessa tendência, é também um sinal de um retorno gradual à normalidade e ao rigor acadêmico nas políticas de promoção dos estudantes.

O IDEB, os treze melhores e os treze piores resultados obtidos das escolas estaduais referentes ao Ensino Fundamental, Anos Finais, no estado de Goiás, durante o período de 2017, 2019 e 2021.

Os resultados do IDEB do Estado de Goiás coletados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2022, são apresentados no quadro 4, que segue:

Quadro 4. IDEB – Rede Estadual de Goiás - Ensino Fundamental – Anos Finais (2017, 2019 e 2021)

Ano	APRENDIZADO (quanto maior as notas, maior o aprendizado)	FLUXO (Quanto maior o valor, maior a aprovação)	Meta	IDEB
2017	5,51	0,95	4,8	5,2
2019	5,49	0,96	5,0	5,2
2021	5,32	0,99	5,3	5,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do INEP (2022)

O quadro 4, apresenta dados relacionados ao aprendizado, fluxo escolar, metas estabelecidas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos de 2017, 2019 e 2021.

A coluna referente ao Aprendizado, indica o índice de aprendizado dos alunos, onde valores maiores representam um aprendizado mais significativo. Nota-se uma leve queda no índice de aprendizado entre 2019 (5,49) e 2021 (5,32), sugerindo uma possível diminuição na

eficácia do processo educacional nesse período. Já a coluna referente ao fluxo escolar aponta a taxa de aprovação dos alunos, em que os valores mais altos sugerem uma maior taxa de aprovação. Neste caso, observa-se um aumento constante no fluxo escolar ao longo dos anos, indo de 0,95 em 2017 para 0,99 em 2021. Isso pode indicar uma tendência de políticas educacionais que buscam aumentar a aprovação dos alunos.

A meta estabelecida para os períodos apresentados sugere um progresso consistente em direção aos objetivos estabelecidos, pois foi atingida e superada nos anos seguintes. E o IDEB, que é um indicador que combina os dados de aprendizado e fluxo escolar, nota-se que permaneceu estável em 5,2 nos anos de 2017 e 2019, e houve um aumento para 5,3 em 2021, ou seja, mesmo que pequeno, houve um progresso positivo ao longo do tempo.

Concluindo, os dados do quadro indicam uma melhoria gradual na taxa de aprovação dos alunos e no índice de aprendizado, resultando em um aumento do IDEB ao longo dos anos, embora tenha havido uma queda leve no aprendizado em 2021. Através dos dados informados no Quadro 4, o Estado de Goiás, alcançou as metas estabelecidas para o IDEB nos três anos analisados.

Neste contexto, os dois indicadores relacionados ao aprendizado (média do desempenho em Língua Portuguesa e Matemática no Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB) e a média de fluxo (taxas de aprovação da escola) são determinantes para o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ao examinar cuidadosamente os números apresentados no quadro, é possível identificar os fatores que contribuem para o aumento ou a redução do IDEB, como, por exemplo, os baixos índices de aprovação em determinados anos.

Reforçamos que a diminuição se manifesta nos componentes curriculares selecionados para avaliar o desempenho dos alunos. Existe uma lacuna no conhecimento de outras áreas igualmente relevantes, além das avaliadas. Além disso, o aumento nos índices de proficiência em Matemática e Português "não implica necessariamente em uma ampliação significativa do conhecimento pelo aluno" (ESTEBAN; FETZNER, 2015, p. 87).

Freitas (2007) ressalta uma questão fundamental sobre a estrutura do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), embora o IDEB possa impulsionar o aumento do fluxo de estudantes nas escolas, isso não garante automaticamente melhorias no aprendizado escolar. Essa observação destaca uma preocupação crucial, simplesmente passar de ano não equivale a adquirir conhecimento substancial. A passagem automática não leva necessariamente a uma educação eficaz.

O autor enfatiza que abordagens eficazes para melhorar a qualidade da educação demandam mais do que simplesmente manter os alunos na escola. Elas requerem investimentos significativos em programas e iniciativas que visem diretamente ao avanço do aprendizado e ao desenvolvimento das habilidades dos estudantes. Isso inclui estratégias pedagógicas inovadoras, recursos educacionais adequados, formação continuada de professores e infraestrutura escolar adequada, entre outros aspectos.

Em suma, a análise de Freitas destaca a necessidade de um compromisso real com a qualidade da educação, reconhecendo que alcançar esse objetivo não é apenas uma questão de aumentar o fluxo de estudantes, mas sim de investir recursos e esforços substanciais em iniciativas educacionais que realmente promovam o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

Ao considerar as avaliações externas, é crucial destacar que estas se baseiam nos descritores já estabelecidos pelas avaliações do SAEB. Esses descritores representam as habilidades básicas consideradas fundamentais para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes ao longo de todas as etapas de ensino. Originam-se a partir do currículo de cada disciplina e são organizados para formar os itens que compõem os testes. É importante ressaltar que a matriz de referência utilizada nessas avaliações não é idêntica à do currículo, mas sim elaborada com base nele.

Os resultados obtidos, incluindo o número total de acertos em cada descritor avaliado, fornecem informações cruciais sobre as habilidades que foram ou não assimiladas pelos estudantes. Essa análise é realizada com base na Teoria Clássica dos Testes (TCT), que permite uma compreensão mais precisa do desempenho dos alunos em relação aos objetivos educacionais estabelecidos. Assim, ao considerar as avaliações externas dentro do contexto do IDEB, é possível obter uma visão mais abrangente e detalhada do progresso educacional e identificar áreas que requerem atenção e intervenção para promover um melhor desenvolvimento dos estudantes.

A seguir, estão as matrizes de referência definidas para o SAEB, para a turma de 9º anos do Ensino Fundamental, com a correspondência entre os descritores

Quadro 5. Matriz de referência SAEB língua portuguesa - 9° anos do Ensino Fundamental (INEP).

I. PROCEDIMENTOS DE LEITURA	
D1	Localizar informações explícitas em um texto.
D3	Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.
D4	Inferir uma informação implícita em um texto.
D6	Identificar o tema de um texto.
D14	Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.
II. IMPLICAÇÕES DO SUPORTE, DO GÊNERO E/OU DO ENUNCIADORNA COMPREENSÃO DO TEXTO	
D5	Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.).
D12	Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.
III. RELAÇÃO ENTRE TEXTOS	
D20	Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.
D21	Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema.
IV. COERÊNCIA E COESÃO NO PROCESSAMENTO DO TEXTO	
D2	Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.
D7	Identificar a tese de um texto.
D8	Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.
D9	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.
D10	Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.
D11	Estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto.
D15	Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.
V. RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO	
D16	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.
D17	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outrasnotações.
D18	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.
D19	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfossintáticos.
VI. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	
D13	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor deum texto.

Quadro 6. Matriz de referência SAEB Matemática - 9° anos do Ensino Fundamental (INEP).

I. ESPAÇO E FORMA	
D1	Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.
D2	Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com as suas planificações.
D3	Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.
D4	Identificar relação entre quadriláteros por meio de suas propriedades.
D5	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da áreaem ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.
D6	Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos.
D7	Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotéticasão semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.
D8	Resolver problema utilizando propriedades dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonosregulares).
D9	Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas.
D10	Utilizar relações métricas do triângulo retângulo para resolver problemas significativos.
D11	Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações.
II. GRANDEZAS E MEDIDAS	
D12	Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas.
D13	Resolver problema envolvendo o cálculo de área de figuras planas.
D14	Resolver problema envolvendo noções de volume.
D15	Resolver problema utilizando relações entre diferentes unidades de medida.
III. NÚMEROS E OPERAÇÕES/ÁLGEBRA E FUNÇÕES	
D16	Identificar a localização de números inteiros na reta numérica.
D17	Identificar a localização de números racionais na reta numérica.
D18	Efetuar cálculos com números inteiros, envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D19	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).

D20	Resolver problema com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D21	Reconhecer as diferentes representações de um número racional.
D22	Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.
D23	Identificar frações equivalentes.
D24	Reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de "ordens" como décimos,centésimos e milésimos.
D25	Efetuar cálculos que envolvam operações com números racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D26	Resolver problema com números racionais envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D27	Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais.
D28	Resolver problema que envolva percentagem.
D29	Resolver problema que envolva variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas.
D30	Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica.
D31	Resolver problema que envolva equação do 2º grau.
D32	Identificar a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em sequências de números ou figuras (padrões).
D33	Identificar uma equação ou inequação do 1º grau que expressa um problema.
D34	Identificar um sistema de equações do 1º grau que expressa um problema.
D35	Identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica de um sistema de equações do 1º grau.
IV. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	
D36	Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.
D37	Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.

Como mencionado anteriormente, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) conduz uma avaliação bienal e censitária, ocorrendo nos anos ímpares, para avaliar o conhecimento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Essa avaliação abrange alunos matriculados no 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, bem como na 3ª série do Ensino Médio da rede educacional.

As questões apresentadas nessas avaliações são formuladas com base nas habilidades listadas nos descritores previamente estabelecidos (Quadros 5 e 6). Esses descritores descrevem as competências fundamentais que os alunos devem desenvolver ao longo de sua trajetória educacional em cada disciplina. Portanto, as perguntas elaboradas para o SAEB são cuidadosamente alinhadas com essas habilidades, garantindo que a avaliação reflita adequadamente o progresso dos estudantes em relação aos objetivos educacionais estabelecidos para cada série e nível de ensino. Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa do desempenho dos alunos em áreas-chave do currículo escolar, fornecendo concepções valiosas para orientar políticas e práticas educacionais visando a melhoria contínua da qualidade do ensino.

A seguir serão apresentados os resultados dos municípios da rede Estadual de Ensino no estado de Goiás que obtiveram os treze melhores e os treze piores resultados do IDEB na composição referente ao Ensino Fundamental anos finais de 2017, 2019 e 2021.

Tabela 1. 2017 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais
Treze melhores e os treze piores resultados no IDEB – Goiás

2017 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais Treze melhores resultados no IDEB – Goiás							
Município	**Notas SAEB Português**	**Notas SAEB Matemática**	**Aprendizado**	**x**	**Fluxo**	**=**	**IDEB**
Vicentinópolis	305,24	306,7	6,87	x	1,00	=	6,9
Guarinos	278,27	307,0	6,42	x	1,00	=	6,4
Córrego do Ouro	288,41	295,1	6,39	x	1,00	=	6,4
Moiporá	301,29	274,5	6,26	x	1,00	=	6,3
Professor Jamil	293,14	302,4	6,59	X	0,94	=	6,2
Perolândia	293,69	244,2	6,35	X	0,98	=	6,2
Buriti de Goiás	282,89	291,8	6,25	X	0,99	=	6,2
Jesúpolis	280,27	291,8	6,20	X	0,99	=	6,2
Água Limpa	288,59	275,7	6,07	X	1,00	=	6,1
Marzagão	287,41	284,1	6,19	X	0,98	=	6,1
Mossâmedes	285,41	279,8	6,09	X	1,00	=	6,1
Pontalina	279,51	285,1	6,08	X	1,00	=	6,1
Serranópolis	287,84	285,4	6,22	X	0,97	=	6,1
2017 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais Treze piores resultados no IDEB – Goiás							
Município	**Notas SAEB Português**	**Notas SAEB Matemática**	**Aprendizado**	**x**	**Fluxo**	**=**	**IDEB**
Mimoso de Goiás	224,35	222,8	4,12	X	0,90	=	3,7
Vila Boa	230,44	233,2	4,39	X	0,92	=	4,1
Aragoiânia	255,11	242,3	4,96	X	0,85	=	4,2
Abadia de Goiás	246,07	237,7	4,73	X	0,92	=	4,3

Cezarina	**249,19**	**254,5**	**5,06**	**X**	**0,84**	**=**	**4,3**
Monte Alegre de Goiás	**243,65**	**244,7**	**4,81**	**X**	**0,90**	**=**	**4,3**
Nazário	**258,66**	**255,2**	**5,23**	**X**	**0,83**	**=**	**4,3**
Santo Antônio do Descoberto	**248,46**	**240,8**	**4,82**	**X**	**0,90**	**=**	**4,3**
Águas Lindas de Goiás	**251,11**	**243,6**	**4,91**	**X**	**0,89**	**=**	**4,4**
Bonópolis	**243,19**	**240,5**	**4,73**	**X**	**0,93**	**=**	**4,4**
Flores de Goiás	**240,65**	**240,8**	**4,69**	**X**	**0,95**	**=**	**4,4**
Novo Gama	**252,99**	**246,2**	**4,99**	**X**	**0,89**	**=**	**4,4**
Petrolina de Goiás	**253,03**	**244,2**	**4,95**	**X**	**0,89**	**=**	**4,4**

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do INEP (2017)

A tabela 1 apresenta os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para municípios de Goiás, divididos em dois grupos: os treze melhores resultados e os treze piores resultados no IDEB, ambos para a Rede Estadual de Ensino Fundamental: Anos Finais, no ano de 2017. Cada município é acompanhado por suas respectivas notas SAEB em português e matemática, além do índice de aprendizado, o fluxo escolar e o IDEB calculado.

Nos treze melhores resultados, destacam-se municípios como Vicentinópolis, com um IDEB de 6,9, seguido por Guarinos, Córrego do Ouro e Moiporá, todos com IDEBs de 6,4. Esses municípios apresentaram notas relativamente altas em português e matemática, além de altos índices de aprendizado e fluxo escolar, o que contribuiu para seus bons resultados no IDEB. Já nos treze piores resultados, municípios como Mimoso de Goiás, Vila Boa e Aragoiânia obtiveram IDEBs mais baixos, variando de 3,7 a 4,4. Esses municípios tiveram notas mais baixas em português e matemática, além de índices de aprendizado e fluxo escolar menos favoráveis, o que influenciou negativamente em seus resultados no IDEB.

A análise desses dados sugere uma relação entre o desempenho dos alunos nas disciplinas de português e matemática, o índice de aprendizado, o fluxo escolar e o IDEB. Municípios com melhores resultados tendem a ter notas mais altas nas disciplinas avaliadas, índices de aprendizado e fluxo escolar mais favoráveis, refletindo em IDEBs mais elevados. Por outro lado, municípios com resultados mais baixos geralmente apresentam o oposto desses indicadores.

Com relação aos dados de aprendizado exibidos na tabela, tanto para os treze melhores resultados no IDEB quanto para os treze piores resultados no IDEB em Goiás, verifica-se que os treze municípios com os melhores resultados no IDEB, o aprendizado varia de 6,07 a 6,87. Todos os municípios apresentam um aprendizado acima de 6,0, o que indica um nível considerável de proficiência em português e matemática entre os estudantes. Esses resultados

sugerem que as escolas nesses municípios estão conseguindo proporcionar um ensino eficaz, levando a um alto nível de aprendizado entre os alunos.

Quando analisamos o aprendizado nos treze municípios com os piores resultados no IDEB, vê-se uma variância de 4,12 a 5,23, embora isso ocorra, os resultados ainda indicam que os alunos nesses municípios têm um aprendizado relativamente inferior aos dos municípios com os melhores resultados. Os valores mais baixos de aprendizado podem ser reflexo de desafios no sistema educacional local, como a falta de recursos, professores qualificados ou programas educacionais eficazes.

Em resumo, os dados de aprendizado destacam a diferença de desempenho educacional entre os municípios com os melhores e piores resultados no IDEB em Goiás em 2017, em que os municípios com os melhores resultados demonstram um nível mais alto de proficiência entre os alunos, enquanto os municípios com os piores resultados indicam a necessidade de melhorias no sistema educacional para elevar o aprendizado dos estudantes.

Ao examinar o fluxo, tanto para os treze melhores e os piores resultados podemos observar o seguinte: os treze municípios com os melhores resultados têm um fluxo de 1,00, o que significa que a totalidade dos alunos está avançando para o próximo ano letivo. Esse alto índice de fluxo sugere que os alunos estão progredindo regularmente em seus estudos e não estão sendo retidos nos anos escolares. Já os treze municípios com os piores resultados o fluxo varia de 0,83 a 0,95, embora a maioria dos municípios ainda tenha um fluxo acima de 0,80, indicando que a maior parte dos alunos está avançando, há alguns casos em que o fluxo é mais baixo, o que sugere uma taxa de progressão menor ou uma taxa de retenção mais alta. Isso pode indicar possíveis desafios no sistema educacional desses municípios, como altas taxas de repetência ou abandono escolar, o que pode afetar negativamente o desempenho educacional geral.

Em linhas gerais, o fluxo de 1,00 nos municípios com os melhores resultados no IDEB sugere uma progressão regular dos alunos, enquanto os municípios com os piores resultados apresentam algumas variações no fluxo, o que pode indicar desafios adicionais no sistema educacional que precisam ser abordados.

Dentre as análises do IDEB e sua relação com o aprendizado (Notas SAEB) e o fluxo podemos interpretar que nos treze municípios com os melhores resultados o IDEB mostra uma forte relação entre o aprendizado, o fluxo e o IDEB. Municípios com melhores resultados tendem a ter um melhor aprendizado dos alunos, juntamente com um fluxo mais eficaz, resultando em um IDEB mais alto. Por outro lado, municípios com piores resultados enfrentam

desafios no aprendizado dos alunos e podem ter taxas mais baixas de progressão, o que se reflete em um IDEB mais baixo.

Tabela 2. 2019 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais
Treze melhores e os treze piores resultados no IDEB – Goiás

2019 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais Treze melhores resultados no IDEB – Goiás							
Município	**Notas SAEB Português**	**Notas SAEB Matemática**	**Aprendizado**	**x**	**Fluxo**	**=**	**IDEB**
Itaguaru	284,94	295,3	6,34	X	1,00	=	6,3
Turvânia	279,40	297,4	6,28	X	1,00		6,3
Cabeceiras	282,23	291,1	6,22	X	1,00	=	6,2
Anicuns	241,80	251,0	6,20	X	1,00	=	6,2
Doverlândia	279,90	299,7	6,33	X	0,99	=	6,2
Moiporá	285,48	284,9	6,17	X	1,00	=	6,2
Diorama	278,78	293,1	6,20	X	0,99	=	6,1
Fazenda Nova	285,97	281,1	6,12	X	0,99	=	6,1
Jaupaci	283,13	280,4	6,06	X	1,00	=	6,1
Mossâmedes	283,92	286,2	6,17	X	1,00	=	6,1
Pontalina	282,74	285,0	6,13	X	1,00	=	6,1
Rubiataba	279,85	286,1	6,10	X	0,99	=	6,1
Vicentinópolis	276,65	291,2	6,13	X	0,99	=	6,1
2019 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais Treze piores resultados no IDEB – Goiás							
Município	**Notas SAEB Português**	**Notas SAEB Matemática**	**Aprendizado**	**x**	**Fluxo**	**=**	**IDEB**
Cavalcante	244,67	233,0	4,63	X	0,82	=	3,8
Aragoiânia	252,69	241,5	4,90	X	0,78	=	3,8
Colinas do Sul	220,06	226,6	4,11	X	0,95	=	3,9
Alto Paraíso de Goiás	224,76	227,6	4,21	X	0,95	=	4,0
Davinópolis	227,66	249,3	4,62	X	0,89	=	4,1
Águas Lindas de Goiás	248,36	242,5	4,85	X	0,88	=	4,3
Hidrolândia	254,99	257,9	5,22	X	0,83	=	4,3
Israelândia	253,12	237,4	4,84	X	0,89	=	4,3
Mozarlândia	255,94	249,7	5,09	X	0,85	=	4,3
São Luiz do Norte	267,18	268,9	5,60	X	0,77	=	4,3
Uirapuru	237,82	218,1	4,27	X	1,00	=	4,3
Campo Limpo de Goiás	238,75	242,5	4,69	X	0,94	=	4,4
Santo Antônio do Descoberto	246,48	243,8	4,84	X	0,90	=	4,4

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do INEP (20219

Referente ao ano de 2019, a tabela apresenta os resultados considerando os treze melhores e os treze piores resultados no IDEB para a Rede Estadual de Ensino Fundamental, Anos Finais, cada município é acompanhado por suas respectivas notas SAEB em português e matemática, além do índice de aprendizado, o fluxo escolar e o IDEB calculado.

Considerando os melhores resultados, se sobressaem os municípios como Itaguaru, Turvânia, Cabeceiras e Anicuns que obtiveram IDEBs de 6,3 e 6,2, demonstrando um desempenho relativamente bom nas disciplinas avaliadas, bem como um índice de aprendizado e fluxo escolar favoráveis. Por outro lado, nos treze piores resultados, municípios como Cavalcante, Aragoiânia e Colinas do Sul apresentaram IDEBs mais baixos, variando de 3,8 a 4,4. Esses municípios tiveram notas mais baixas em português e matemática, além de índices de aprendizado e fluxo escolar menos favoráveis, o que influenciou negativamente seus resultados. A análise desses dados sugere uma relação, municípios com melhores resultados tendem a ter notas mais altas nas disciplinas avaliadas, índices de aprendizado e fluxo escolar mais favoráveis, refletindo em IDEBs mais elevados. Por outro lado, municípios com resultados mais baixos geralmente apresentam o oposto desses indicadores.

O aprendizado, conforme mencionado na tabela, reflete o nível de domínio dos alunos nessas disciplinas. Nos treze melhores resultados do IDEB em Goiás, os municípios apresentam índices de aprendizado que variam de 6,06 a 6,34. Isso sugere que os alunos desses municípios têm um bom desempenho nas avaliações de português e matemática, indicando um sólido domínio dos conteúdos dessas disciplinas. No entanto, nos treze piores resultados, os índices de aprendizado variam de 4,11 a 5,60. Esses valores são inferiores aos encontrados nos municípios com melhores resultados no IDEB, indicando um desempenho mais baixo dos alunos que pode refletir em uma qualidade de ensino menor ou em desafios adicionais enfrentados pelos alunos nesses municípios.

O fluxo, nos treze melhores resultados é de 1,00 para a maioria dos municípios, o que significa que praticamente todos os alunos estão passando de ano regularmente, isso sugere uma taxa de aprovação elevada e uma baixa taxa de repetência, indicando uma boa progressão dos alunos ao longo dos anos escolares. Porém, nos treze piores resultados, o fluxo varia de 0,77 a 0,95. indicando uma taxa de aprovação mais baixa, o que pode sugerir uma maior taxa de repetência ou evasão escolar e pode impactar negativamente o IDEB, pois indica desafios na progressão dos alunos e na conclusão dos anos escolares dentro do prazo esperado.

Todavia, a análise do fluxo mostra que ele desempenha um papel importante no desempenho geral do IDEB. Municípios com taxas de fluxo mais altas tendem a ter melhores resultados no IDEB, enquanto taxas de fluxo mais baixas podem indicar desafios no sistema educacional que precisam ser abordados para melhorar o desempenho acadêmico dos alunos.

Tabela 3. 2021 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais
Treze melhores e os treze piores resultados no IDEB – Goiás

2021 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais Treze melhores resultados no IDEB – Goiás							
Município	**Notas SAEB Português**	**Notas SAEB Matemática**	**Aprendizado**	**x**	**Fluxo**	**=**	**IDEB**
Moiporá	309,19	296,4	6,76	X	1,00	=	6,8
Cabeceiras	288,86	298,0	6,45	X	1,00	=	6,4
Cachoeira de Goiás	294,77	295,3	6,50	X	0,99	=	6,4
Santa Rita do Araguaia	272,24	308,8	6,35	X	0,98	=	6,3
Aloândia	285,02	300,5	6,43	X	0,97	=	6,2
Flores de Goiás	278,63	292,2	6,18	X	1,00	=	6,2
Portelândia	263,48	309,1	6,21	X	1,00	=	6,2
Santa Rosa de Goiás	282,10	287,9	6,17	X	1,00	=	6,2
Fazenda Nova	284,55	282,1	6,11	X	1,00	=	6,1
Formoso	277,91	285,3	6,05	X	1,00	=	6,1
Anicuns	279,01	282,6	6,03	X	1,00	=	6,0
Caçu	278,35	279,7	5,97	X	1,00	=	6,0
Hidrolina	279,96	281,3	6,02	X	1,00	=	6,0
2021 – Rede Estadual - Ensino Fundamental: Anos Finais Treze piores resultados no IDEB – Goiás							
Município	**Notas SAEB Português**	**Notas SAEB Matemática**	**Aprendizado**	**x**	**Fluxo**	**=**	**IDEB**
Aragoiânia	237,90	231,60	4,49	X	0,90	=	4,0
Cavalcante	236,49	230,9	4,46	X	0,90	=	4,0
Cezarina	221,25	226,2	4,12	X	1,00	=	4,1
Abadia de Goiás	254,25	241,8	4,93	X	0,86	=	4,2
Alto Paraíso de Goiás	224,32	227,4	4,19	X	1,00	=	4,2
Guaraita	233,02	220,3	4,22	X	1,00	=	4,2
Água Fria de Goiás	226,67	234,4	4,35	X	0,99	=	4,3
Araguapaz	229,64	229,1	4,31	X	1,00	=	4,3
Sítio d'Abadia	227,58	232,7	4,34	X	1,00	=	4,3
Urutaí	232,91	226,5	4,32	X	1,00	=	4,3
Monte Alegre de Goiás	235,73	236,1	4,53	X	0,97	=	4,4
Padre Bernardo	242,03	238,5	4,68	X	0,95	=	4,4
São Miguel do Passa Quatro	242,50	240,0	4,71	X	0,94	=	4,4

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do INEP (2022)

Conforme dados da tabela 3, apresentados os resultados do IDEB para os municípios de Goiás, e divididos em um grupo com os treze melhores e em outro grupo com os treze piores resultados referentes a Rede Estadual de Ensino Fundamental: Anos Finais, no ano de 2021. Sendo assim, nos treze melhores resultados, municípios como Moiporá, Cabeceiras e Cachoeira de Goiás obtiveram IDEBs de 6,8 e 6,4, demonstrando um desempenho relativamente bom nas disciplinas avaliadas, bem como um índice de aprendizado e fluxo escolar favoráveis. Por outro lado, nos treze piores resultados, municípios como Aragoiânia, Cavalcante e Cezarina apresentaram IDEBs mais baixos, variando de 4,0 a 4,4. Esses municípios tiveram notas mais baixas em português e matemática, além de índices de aprendizado e fluxo escolar menos favoráveis, o que influenciou negativamente em seus resultados no IDEB.

A análise desses dados sugere uma relação entre o desempenho dos alunos referentes ao índice de aprendizado, o fluxo escolar e o IDEB. E nos municípios com melhores resultados tendem a ser mais favoráveis em relação aos índices de aprendizado e fluxo escolar, refletindo em IDEBs mais elevados. Por outro lado, municípios com resultados mais baixos geralmente apresentam o oposto desses indicadores.

Durante a análise, identificamos que nos treze municípios com os melhores resultados o aprendizado em português varia de 263,48 a 309,19, enquanto em Matemática varia de 279,7 a 309,1. Esses municípios apresentam notas SAEB relativamente altas, indicando um bom nível de aprendizado dos alunos em ambas as disciplinas. O aprendizado médio, calculado como a média das notas de português e matemática, varia de 6,03 a 6,76, o que é considerado um desempenho bastante sólido. Todos esses municípios têm um fluxo de 1,00, o que significa que todos os alunos estão avançando para o próximo ano letivo.

Analisando os treze municípios com os piores resultados percebe-se que o aprendizado em português varia de 221,25 a 254,25, enquanto em matemática varia de 220,3 a 241,8. Esses municípios apresentam notas SAEB mais baixas em comparação com os municípios com os melhores resultados, indicando um nível mais baixo de aprendizado dos alunos. O aprendizado médio varia de 4,12 a 4,93, o que é considerado mais baixo em comparação com os municípios com os melhores resultados e o fluxo varia de 0,86 a 1,00. Isso indica que, embora a maioria dos alunos esteja avançando para o próximo ano, alguns municípios podem ter taxas de progressão mais baixas, o que pode afetar o desempenho educacional geral.

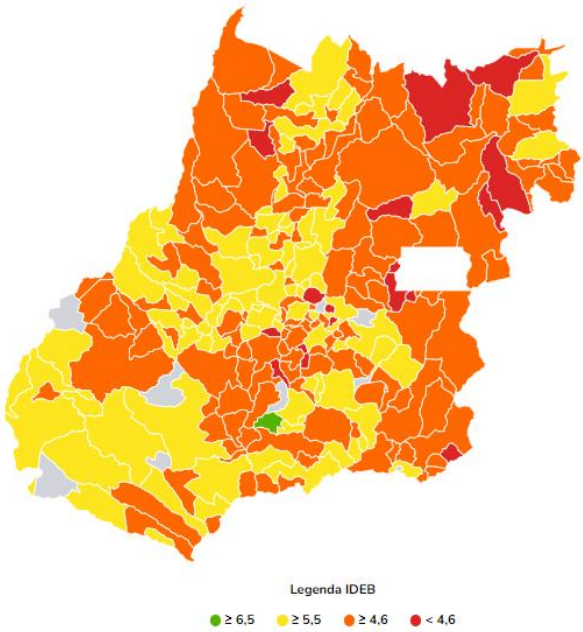
Enfim, uma análise do IDEB, aprendizado e fluxo escolar mostra uma relação entre o desempenho dos alunos, o progresso acadêmico e os resultados gerais do IDEB. Municípios

com melhor desempenho tendem a ter melhores notas SAEB, um fluxo escolar consistente e, consequentemente, um IDEB mais alto. Por outro lado, municípios com resultados mais baixos no IDEB podem enfrentar desafios no aprendizado e, em alguns casos, um fluxo escolar menos eficiente.

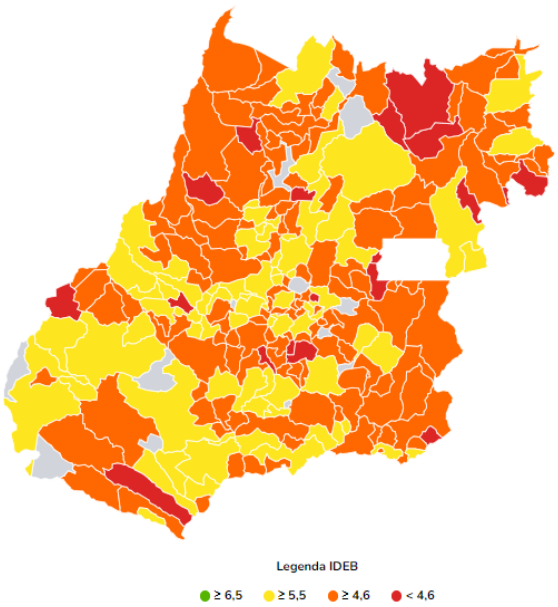
A análise foi conduzida com foco na variável aprendizagem, seguida pelo fluxo escolar e, por último, o IDEB. Em relação à aprendizagem, esta é avaliada com base no nível de proficiência dos alunos em português e matemática. Em português, as habilidades estão relacionadas à leitura e interpretação de textos, enquanto em Matemática, estão ligadas à resolução de problemas.

IDEB em MAPAS

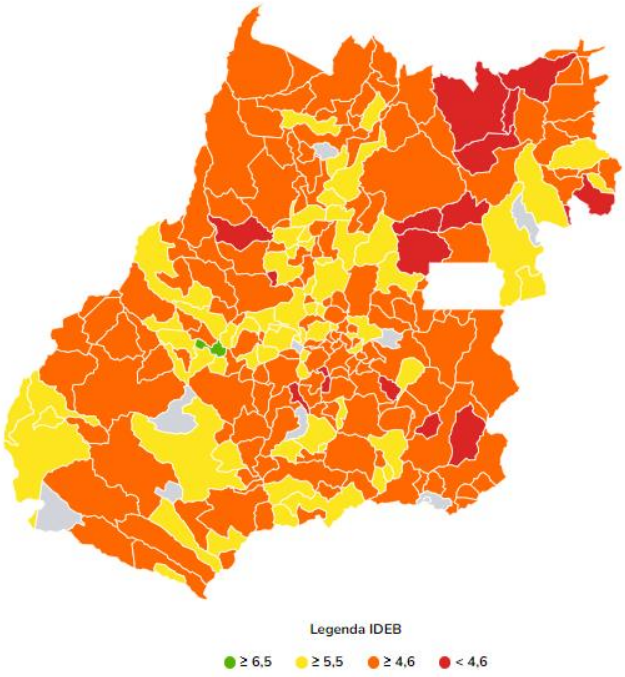
Mapa 1 - IDEB **– 2017- Ensino Fundamental - Anos Finais**



Mapa 2 - IDEB **– 2019- Ensino Fundamental - Anos Finais**



Mapa 3 - IDEB **– 2021- Ensino**



A tabela abaixo apresenta a evolução do IDEB para a Rede Estadual do Estado de Goiás ao longo dos anos, juntamente com algumas métricas-chave relacionadas ao desempenho educacional.

Tabela 4. Evolução do IDEB - Rede Estadual – Anos Finais do Ensino Fundamental - Estado de Goiás

Ano	Taxa de Aprovação (Fluxo Escolar)	Nota de Matemática	Nota de Português	Média Padronizada (Desempenho nas Avaliações)	IDEB
2005	0,78	227,65	225,63	4,22	3,3
2007	0,79	237,43	225,56	4,38	3,4
2009	0,79	236,6	235,23	4,53	3,6
2011	0,84	244,15	239,23	4,72	4,0
2013	0,91	252,00	248,25	5,00	4,5
2015	0,90	256,79	255,38	5,20	4,7
2017	0,95	263,50	266,80	5,51	5,2
2019	0,96	265,01	264,49	5,49	5,2
2021	0,99	258,86	260,54	5,32	5,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do INEP e IMB

A Tabela 4 apresenta a evolução do IDEB para a Rede Estadual do Estado de Goiás ao longo dos anos, com foco nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

A taxa de aprovação refere-se à proporção de alunos aprovados em relação ao total de alunos matriculados em determinado ano. Observa-se que a taxa de aprovação aumentou significativamente ao longo dos anos, passando de 78% em 2005 para 99% em 2021. Este crescimento sugere uma melhoria nas políticas de retenção e promoção dos alunos.

Em relação as notas de Matemática percebe-se que, houve um aumento de 227,65 em 2005 para 265,01 em 2019, com uma leve queda para 258,86 em 2021, no contexto geral, verifica-se um aumento significativo, indicando uma melhoria no ensino e na aprendizagem de Matemática. As notas de Português também mostraram uma tendência de crescimento, subindo

de 225,63 em 2005 para 266,80 em 2017, com uma leve diminuição em 2021 para 260,54, a melhoria contínua nas notas de Português sugere avanços na competência linguística dos alunos.

Analisando a média padronizada, observa-se que as notas aumentaram de 4,22 em 2005 para 5,51 em 2017, estabilizando-se em torno de 5,49 em 2019 e 5,32 em 2021. Este aumento reflete a melhoria geral no desempenho acadêmico dos alunos ao longo dos anos.

Como o IDEB reúne, em um único indicador, os resultados de dois parâmetros - fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações -, verifica-se uma evolução positiva, com o IDEB crescendo de 3,3 em 2005 para 5,3 em 2021. Este crescimento é reflexo tanto do aumento da taxa de aprovação quanto da melhoria nas notas padronizadas. A relação entre o aumento da taxa de aprovação e a melhoria nas notas sugere que as políticas educacionais implementadas ao longo dos anos tiveram um impacto positivo na qualidade da educação.

A análise dos dados revela que a evolução do IDEB para a rede estadual de ensino dos Anos Finais no Estado de Goiás, entre 2005 e 2021, indica um progresso significativo na qualidade da educação. A taxa de aprovação aumentou substancialmente, e as notas de Matemática e Português também melhoraram, refletindo-se na média padronizada e no crescimento do IDEB. No entanto, a leve queda nas notas em 2021 sugere a necessidade de uma análise contínua e de políticas educacionais adaptativas para garantir que a qualidade da educação continue a melhorar.

4 INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Estado de Goiás está situado Goiás, situado na região Centro-Oeste do Brasil, é um estado de grande extensão territorial, abrangendo aproximadamente 340.242,859 km², conforme dados do IBGE em 2021. Essa área corresponde a cerca de 4% do território nacional, conferindo-lhe o status de 7º maior estado em extensão territorial no país.

As fronteiras de Goiás são demarcadas pelo estado do Tocantins ao norte, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul ao sul, Bahia e Minas Gerais ao leste, e Mato Grosso a oeste, o que evidencia sua localização estratégica no contexto geográfico brasileiro.

Composto por 246 municípios, Goiás apresenta uma diversidade regional expressiva. Sua capital, Goiânia, é um importante polo urbano e econômico, com uma população estimada em 1.437.366 habitantes, conforme dados do Censo do IBGE de 2022. Situada no centro do estado, Goiânia possui uma localização privilegiada, estando a menos de 300 km de aproximadamente 70,73% dos demais municípios goianos. Essa centralidade geográfica contribui para sua relevância como centro político, administrativo, comercial e cultural de Goiás.

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) promoveu uma revisão significativa do quadro regional do estado de Goiás. Essa revisão resultou na criação de seis Regiões Geográficas Intermediárias e vinte e duas Regiões Geográficas Imediatas, substituindo o modelo anterior que era composto por cinco Mesorregiões e dezoito Microrregiões, utilizado nas pesquisas desde 1990.

Essa atualização do quadro regional teve como objetivo principal adequar a divisão territorial às transformações socioeconômicas e demográficas ocorridas ao longo do tempo, bem como proporcionar uma análise mais precisa e detalhada da realidade geográfica do estado de Goiás. As novas regiões intermediárias e imediatas refletem de forma mais precisa as características e dinâmicas regionais, permitindo uma melhor compreensão e análise dos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais de cada localidade.

Essa revisão proporciona uma base mais atualizada e refinada para a realização de estudos, planejamento territorial, políticas públicas e tomada de decisões tanto no âmbito governamental quanto na esfera acadêmica e empresarial. Além disso, contribui para uma maior eficácia na elaboração e implementação de estratégias de desenvolvimento regional, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades em todo o estado de Goiás.

Assim, serão enfatizadas as seis regiões geográficas intermediárias, cada uma com suas características e dinâmicas regionais específicas:

- Região Intermediária de Goiânia: Localizada na região central do estado, abrangendo a capital e seus arredores, esta região é um importante polo econômico, político e cultural de Goiás.
- Região Intermediária de Itumbiara: Situada no sudeste goiano, esta região tem como principal destaque o município de Itumbiara, que desempenha um papel relevante no desenvolvimento econômico da área.

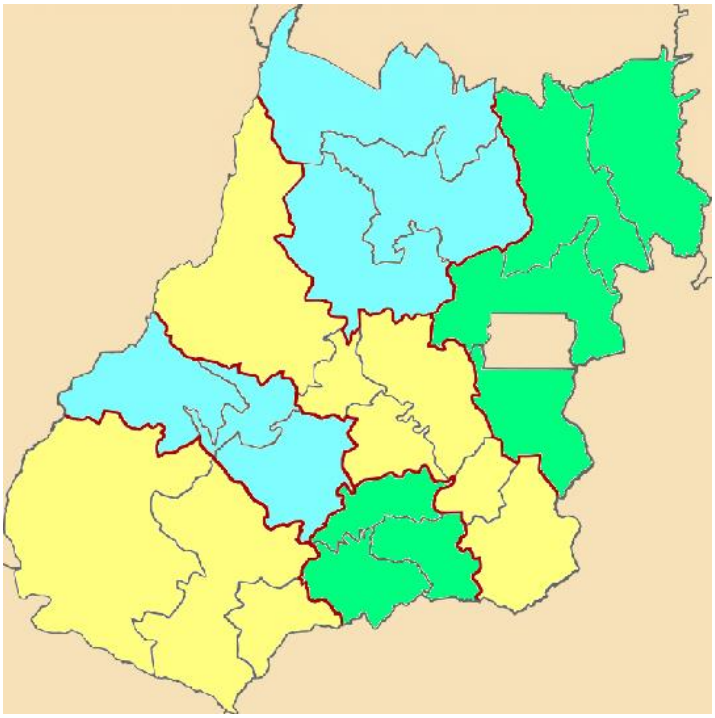
- Região Intermediária de Rio Verde: Abrangendo o sul e sudoeste do estado, esta região tem como principal cidade referência Rio Verde, reconhecida pela sua pujança agropecuária e industrial.
- Região Intermediária de São Luís de Montes Belos–Iporá: Localizada a oeste de Goiás, esta região engloba municípios como São Luís de Montes Belos e Iporá, caracterizando-se por uma economia predominantemente agrícola.
- Região Intermediária de Porangatu–Uruaçu: Situada no noroeste goiano, esta região é marcada pela presença dos municípios de Porangatu e Uruaçu, com destaque para a atividade agropecuária e a exploração mineral.
- Região Intermediária de Luziânia–Águas Lindas de Goiás: Localizada no nordeste do estado, esta região abrange cidades como Luziânia e Águas Lindas de Goiás, caracterizando-se pelo crescimento urbano e industrial, impulsionado pela proximidade com o Distrito Federal.

Essa divisão em regiões imediatas e intermediárias permite uma melhor compreensão da diversidade e das especificidades regionais de Goiás, facilitando a elaboração de políticas públicas, o planejamento territorial e o desenvolvimento socioeconômico de cada área.

Essa divisão em regiões imediatas e intermediárias, em 2017, se deu como parte de um processo de reorganização regional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa reorganização teve como objetivo principal melhorar a precisão e a eficácia na coleta e na análise de dados estatísticos, bem como na execução de políticas públicas e no planejamento regional.

A criação das regiões imediatas e intermediárias buscou proporcionar uma estrutura mais detalhada e precisa para a análise e o monitoramento de indicadores sociais, econômicos, demográficos e ambientais em nível local e regional. E com essa segmentação mais refinada, admite-se uma compreensão mais precisa das características e das necessidades de cada área, facilitando a tomada de decisões por parte dos órgãos governamentais e o desenvolvimento de políticas mais direcionadas e eficazes. (IBGE).

Mapa 4. Regiões Imediatas e Intermediárias do Estado de Goiás



Divisão das regiões intermediárias em vermelho e imediatas em cinza.

Fonte: ***Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017)***

Divisão Territorial do Estado de Goiás

Tabela 5. Regiões Geográficas Intermediárias

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas
Goiânia	Goiânia Anápolis Inhumas-Itaberaí-Anicuns Catalão Goiás-Itapuranga Pires do Rio
Itumbiara	Itumbiara Caldas Novas-Morrinhos Piracanjuba
Rio Verde	Rio Verde Jataí-Mineiros Quirinópolis
São Luís de Montes Belos-Iporá	São Luís de Montes Belos Iporá Palmeiras de Goiás
Porangatu-Uruaçu	Porangatu

	Uruaçu-Niquelândia Ceres-Rialma-Goianésia
Luziânia-Águas Lindas de Goiás	Luziânia Águas Lindas de Goiás Posse-Campos Belos Flores de Goiás

Tabela 6. Regiões geográficas imediatas por regiões intermediárias

Goiânia

Região geográfica imediata	Municípios
Goiânia	Abadia de Goiás
	Aparecida de Goiânia
	Aragoiânia
	Bela Vista de Goiás
	Bonfinópolis
	Brazabrantes
	Caldazinha
	Caturaí
	Goiânia
	Goianira
	Guapó
	Hidrolândia
	Nerópolis
	Nova Veneza
	Santo Antônio de Goiás
	Senador Canedo
	Teresópolis de Goiás
	Trindade
	Varjão
Anápolis	Abadiânia
	Alexânia
	Anápolis
	Campo Limpo de Goiás
	Corumbá de Goiás
	Gameleira de Goiás
	Goianápolis
	Jaraguá
	Jesúpolis
	Leopoldo de Bulhões
	Ouro Verde de Goiás
	Petrolina de Goiás
	Pirenópolis
	Santa Rosa de Goiás
	São Francisco de Goiás
	São Miguel do Passa-Quatro
	Silvânia
	Vianópolis
Inhumas-Itaberaí-Anicuns	Adelândia
	Americano do Brasil
	Anicuns
	Araçu
	Avelinópolis
	Damolândia
	Heitoraí
	Inhumas
	Itaberaí

Região geográfica imediata	Municípios
	Itaguari
	Itaguaru
	Itauçu
	Taquaral de Goiás
Catalão	Anhanguera
	Campo Alegre de Goiás
	Catalão
	Cumari
	Davinópolis
	Goiandira
	Ipameri
	Nova Aurora
	Ouvidor
	Três Ranchos
Goiás-Itapuranga	Araguapaz
	Aruanã
	Britânia
	Faina
	Goiás
	Guaraíta
	Itapirapuã
	Itapuranga
	Jussara
	Matrinchã
	Mossâmedes
	Mozarlândia
	Nova Crixás
	Novo Brasil
	Santa Fé de Goiás
Pires do Rio	Orizona
	Palmelo
	Pires do Rio
	Santa Cruz de Goiás
	Urutaí

Itumbiara

Região geográfica imediata	Municípios
Itumbiara	Aloândia
	Bom Jesus de Goiás
	Buriti Alegre
	Cachoeira Dourada
	Goiatuba
	Itumbiara
	Joviânia
	Panamá
Caldas Novas-Morrinhos	Água Limpa
	Caldas Novas
	Corumbaíba
	Marzagão
	Morrinhos
	Rio Quente
Piracanjuba	Cristianópolis
	Cromínia
	Edealina
	Mairipotaba
	Piracanjuba
	Pontalina
	Professor Jamil
	Vicentinópolis

Rio Verde

Região geográfica imediata	Municípios
Rio Verde	Aparecida do Rio Doce
	Cachoeira Alta
	Caçu
	Castelândia
	Itajá
	Itarumã

Região geográfica imediata	Municípios
	Lagoa Santa
	Maurilândia
	Montividiu
	Porteirão
	Rio Verde
	Santa Helena de Goiás
	Santo Antônio da Barra
	Turvelândia
Jataí-Mineiros	Aporé
	Caiapônia
	Chapadão do Céu
	Doverlândia
	Jataí
	Mineiros
	Perolândia
	Portelândia
	Santa Rita do Araguaia
	Serranópolis
Quirinópolis	Gouvelândia
	Inaciolândia
	Paranaiguara
	Quirinópolis
	São Simão

São Luís de Montes Belos-Iporá

Região geográfica imediata	Municípios
São Luís de Montes Belos	Aurilândia
	Buriti de Goiás
	Cachoeira de Goiás
	Córrego do Ouro
	Fazenda Nova
	Ivolândia
	Moiporá
	Sanclerlândia
	ís São Luiz de Montes Belos
Iporá	Amorinópolis
	Aragarças
	Arenópolis
	Baliza
	Bom Jardim de Goiás
	Diorama
	Iporá
	Israelândia
	Jaupaci
	Montes Claros de Goiás
	Palestina de Goiás
	Piranhas
Palmeiras de Goiás	Acreúna
	Ca Campestre de Goiás
	Cezarina
	Edéia
	Firminópolis
	Indiara
	Jandaia
	Nazário
	Palmeiras de Goiás
	Palminópolis
	Paraúna
	Santa Bárbara de Goiás
	São João da Paraúna

Região geográfica imediata	Municípios
	Turvânia

Porangatu-Uruaçu

Região geográfica imediata	Municípios
Porangatu	Bonópolis
	Campinaçu
	Estrela do Norte
	Formoso
	Minaçu
	Montividiu do Norte
	Mundo Novo
	Mutunópolis
	Novo Planalto
	Porangatu
	Santa Tereza de Goiás
	São Miguel do Araguaia
	Trombas
Uruaçu-Niquelândia	Alto Horizonte
	Amaralina
	Campinorte
	Colinas do Sul
	Hidrolina
	Mara Rosa
	Niquelândia
	Nova Iguaçu de Goiás
	São Luiz do Norte
	Uruaçu
Ceres-Rialma-Goianésia	Barro Alto
	Campos Verdes
	Carmo do Rio Verde
	Ceres
	Crixás
	Goianésia
	Guarinos
	Ipiranga de Goiás
	Itapaci
	Morro Agudo de Goiás
	Nova América
	Nova Glória
	Pilar de Goiás
	Rialma
	Rianápolis
	Rubiataba
	Santa Isabel
	Santa Rita do Novo Destino
	Santa Terezinha de Goiás
	São Patrício
	Uirapuru
	Uruana
	Vila Propício

Luziânia-Águas Lindas de Goiás

Região geográfica imediata	Municípios
Luziânia	Cidade Ocidental
	Cristalina
	Luziânia
	Novo Gama
	Santo Antônio do Descoberto
	Valparaíso de Goiás

Região geográfica imediata	Municípios
Águas Lindas de Goiás	Águas Lindas de Goiás
	Cabeceiras
	Cocalzinho de Goiás
	Formosa
	Mimoso de Goiás
	Padre Bernardo
	Planaltina
Posse-Campos Belos	Alvorada do Norte
	Buritinópolis
	Campos Belos
	Damianópolis
	Divinópolis de Goiás
	Guarani de Goiás
	Iaciara
	Mambaí

Região geográfica imediata	Municípios
	Monte Alegre de Goiás
	Nova Roma
	Posse
	São Domingos
	Simolândia
	Sítio d'Abadia
Flores de Goiás	Água Fria de Goiás
	Alto Paraíso de Goiás
	Cavalcante
	Flores de Goiás
	São João d'Aliança
	Teresina de Goiás
	Vila Boa

Com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e com os dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2010, é possível acessar a lista dos municípios do estado de Goiás e suas respectivas classificações. Considerando dados abordados, Goiânia (Centro Goiano) foi o município com o maior IDH, atingindo 0,799 (considerado alto), enquanto Cavalcante (Norte Goiano) registrou o menor índice, com 0,584 (considerado baixo). Não houve municípios com IDH muito alto, mas 114 apresentaram IDH alto, 129 IDH médio, 3 IDH baixo e nenhum IDH muito baixo. O cálculo do IDH leva em conta a expectativa de vida ao nascer (IDH-L), a educação (IDH-E) e o PIB per capita em Paridade do Poder de Compra (IDH-R), com dados coletados em nível nacional ou regional, visando mensurar o padrão de vida. Este índice, criado em 1990 por Amartya Sen e Mahbub ul Haq, é utilizado pelo PNUD desde 1993.

Ele varia de 0 a 1, e é categorizado em cinco níveis:

Muito alto (0,800 – 1,000)

Alto (0,700 – 0,799)

Médio (0,600 – 0,699)
Baixo (0,500 – 0,599)
Muito baixo (0,000 – 0,499).

Vale ressaltar que as dez melhores economias do estado em 2021 foram: Goiânia (Centro Goiano) (R$59,8 milhões); Anápolis (Centro Goiano) (R$ 17,8 bilhões); Aparecida de Goiânia (Centro Goiano) (16,9 bilhões); Rio Verde (Sul Goiano) (R$16,3 bilhões); Catalão (Sul Goiano) (R$9,9 bilhões); Jataí (Sul Goiano) (R$7,9 bilhões); Luziânia (Leste Goiano) (R$5,4 bilhões); Itumbiara (Sul Goiano) (R$ 5,3 bilhões); Senador Canedo (Centro Goiano) (R$ 4,8 bilhões) e Cristalina (Leste Goiano) (R$4,6 bilhões). Somados, os municípios representam 55,3% do PIB goiano no ano de 2021.

"Erik Figueiredo, diretor-executivo do IMB, destaca que o boletim elaborado pela instituição oferece uma análise minuciosa da situação econômica regional. As informações presentes no relatório têm potencial para guiar investimentos, moldar políticas públicas e promover gestões mais eficazes e inclusivas, visando o desenvolvimento econômico abrangente em todas as áreas do Estado."

Em Goiás o Valor Adicionado (VA)[15], nove municípios estão entre os 100 com os maiores valores adicionados (VAs) na agropecuária do Brasil, representando juntos 35,3% do total do estado. Entre eles estão: Rio Verde (Sul Goiano) (6º), Jataí (Sul Goiano) (10º), Cristalina (Leste Goiano) (12º), Montividiu (Sul Goiano) (47º), Mineiros (Sul Goiano) (58º), Catalão (Sul Goiano) (66º), Paraúna (Sul Goiano) (69º), Chapadão do Céu (Sul Goiano) (85º) e Ipameri (Sul Goiano) (88º). Esses municípios contribuem com 2,41% do VA total da agropecuária no país.

Os dez melhores municípios em Valor Adicionado na indústria incluem: Goiânia (Centro Goiano), Anápolis (Centro Goiano), Catalão (Sul Goiano), Aparecida de Goiânia (Centro Goiano), Rio Verde (Sul Goiano), Itumbiara (Sul Goiano), Jataí (Sul Goiano), Luziânia (Leste Goiano), Senador Canedo (Centro Goiano) e Barro Alto (Centro Goiano), representando juntos 59,1% do total do estado. Goiânia e Anápolis também se destacaram entre os 100 maiores VAs da indústria no país.

[15] Valor Adicionado (VA) é um conceito econômico que representa o valor criado por uma empresa ou setor econômico por meio de suas atividades produtivas, subtraindo-se os custos dos insumos utilizados na produção.

Em relação ao VA da atividade industrial, Catalão (Sul Goiano) teve um desempenho excepcional, superando Aparecida de Goiânia (Centro Goiano) e Rio Verde (Sul Goiano). A indústria de transformação foi o setor mais forte, com destaque para as áreas farmacêutica, química e automotiva.

Para o Valor Adicionado dos serviços, excluindo a administração pública, os dez melhores municípios foram: Goiânia (Centro Goiano), Aparecida de Goiânia (Centro Goiano), Anápolis (Centro Goiano), Rio Verde (Sul Goiano), Catalão (Sul Goiano), Jataí (Sul Goiano), Itumbiara (Sul Goiano), Luziânia (Leste Goiano), Senador Canedo (Centro Goiano) e Valparaíso de Goiás (Leste Goiano), representando 65,1% do total do estado, (IMB,2023).

O Índice de Desempenho Municipal (IDM), como descrito por Cruvinel, Marinho e Satel (2021) em "O Índice de Desempenho dos Municípios Goianos", é uma ferramenta que busca traduzir os resultados dos municípios goianos em um indicador sintético que reflete parte do contexto socioeconômico dessas localidades. Ele engloba seis áreas de atuação fundamentais: Economia, Educação, Infraestrutura, Saúde, Segurança e Trabalho, com pesos iguais atribuídos a cada uma no cálculo final.

Esse índice substancial permite uma análise abrangente e comparativa do desempenho dos municípios em diferentes áreas-chave, fornecendo uma visão holística do desenvolvimento socioeconômico em nível local. A igualdade de pesos atribuídos a cada uma das seis áreas destaca a importância equitativa desses aspectos no panorama geral do município.

Ao avaliar o IDM, gestores públicos, pesquisadores e demais interessados podem identificar áreas de força e fraqueza em cada município, fornecendo concepções estimadas para o planejamento e implementação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas às necessidades específicas de cada localidade. Essa abordagem baseada em indicadores contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e orientada a resultados, visando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável em todo o estado de Goiás.

Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) empregados provêm do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), variando de 0 a 1, que se traduz em, quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de um, melhor.

Tabela 7. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, segundo os Municípios Goianos - 2017

Município/Mesorregião	IDHM (2000)	IDH educação (2000)	IDHM (2010)	IDH educação (2010)	IDEB 2017
Vicentinópolis/SUL GOIANO	0,819	0,773	0,684	0,5620	6,9
Guarinos/SUL GOIANO	0,694	0,798	0,652	0,563	6,4
Córrego do Ouro/CENTRO GOIANO	0,726	0,843	0,686	0,578	6,4
Moiporá/CENTRO GOIANO	0,730	0,852	0,696	0,632	6,3
Professor Jamil/SUL GOIANO	0,736	0,839	0,684	0,579	6,2
Perolândia/SUL GOIANO	0,730	0,819	0,676	0,538	6,2
Buriti de Goiás/CENTRO GOIANO	0,731	0,849	0,687	0,570	6,2
Jesúpolis/CENTRO GOIANO	0,721	0,822	0,649	0,522	6,2
Água Limpa/SUL GOIANO	0,739	0,841	0,722	0,663	6,1
Marzagão/SUL GOIANO	0,779	0,855	0,699	0,601	6,1
Mossâmedes/CENTRO GOIANO	0,750	0,842	0,706	0,623	6,1
Pontalina/SUL GOIANO	0,805	0,846	0,687	0,547	6,1
Serranópolis/SUL GOIANO	0,742	0,803	0,681	0,551	6,1
Município/Mesorregião	**IDHM(2000)**	**IDH educação (2000)**	**IDHM(2010)**	**IDH educação (2010)**	**IDEB**
Mimoso de Goiás/LESTE GOIANO	0,664	0,709	0,665	0,543	3,7
Vila Boa/LESTE GOIANO	0,674	0,738	0,647	0,534	4,1
Aragoiânia/CENTRO GOIANO	0,756	0,828	0,684	0,560	4,2
Abadia de Goiás/CENTRO GOIANO	0,742	0,854	0,708	0,622	4,3
Cezarina/SUL GOIANO	0,747	0,874	0,711	0,652	4,3
Monte Alegre de Goiás/NORTE GOIANO	0,729	0,625	0,615	0,481	4,3
Nazário/CENTRO GOIANO	0,765	0,848	0,710	0,631	4,3
Santo Antônio do Descoberto/LESTE GOIANO	0,709	0,810	0,665	0,556	4,3

Águas Lindas de Goiás/LESTE GOIANO	0,717	0,815	0,686	0,588	4,4
Bonópolis/NORTE GOIANO	0,683	0,802	0,630	0,488	4,4
Flores de Goiás/LESTE GOIANO	0,642	0,764	0,597	0,457	4,4
Novo Gama/LESTE GOIANO	0,742	0,855	0,684	0,567	4,4
Petrolina de Goiás/CENTRO GOIANO	0,733	0,780	0,712	0,643	4,4

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE, INEP e IMB

Ao analisar completamente os dados da tabela 7 podemos observar alguns pontos importantes. A tabela está organizada por mesorregiões goianas, o que nos permite entender como o desenvolvimento humano varia em diferentes partes do estado. Por exemplo, municípios na região Sul Goiano geralmente apresentam IDHM mais elevado em comparação com os do Leste Goiano, Norte Goiano e Centro Goiano. A tabela fornece dados de IDHM tanto para o ano de 2000 quanto para 2010, isso nos permite observar a evolução do desenvolvimento humano ao longo do tempo em cada município. Fazendo a relação entre 2000 e 2010 pode-se afirmar que houve uma melhoria no IDHM, embora essa melhoria varie de município para município.

Além do IDHM geral, a tabela também apresenta dados específicos para o IDH Educação, que mede especificamente a qualidade e o acesso à educação, isso nos ajuda a entender a contribuição da educação para o desenvolvimento humano em cada município.
Esses dados nos dá uma ideia da qualidade da educação básica em cada localidade, sendo uma métrica importante para avaliar o sistema educacional e o desenvolvimento regional.

Mesmo dentro das mesorregiões, podemos observar variações significativas nos índices de desenvolvimento humano entre os municípios. Por exemplo, enquanto alguns municípios na região Sul Goiano têm IDHM acima de 0,7 (considerado alto desenvolvimento humano), outros têm IDHM abaixo de 0,7, mostrando que há disparidades internas dentro das regiões.
Com isso os municípios com IDH mais baixo irão precisar de mais investimentos em áreas como educação, saúde e infraestrutura para promover o desenvolvimento humano.

De acordo com os dados na tabela, podemos notar que os municípios de uma mesma mesorregião tendem a ter índices de desenvolvimento humano (IDHM) e educação (IDH Educação) semelhantes. Por exemplo, os municípios do Sul Goiano geralmente apresentam IDHM mais elevados do que os do Leste Goiano. Municípios com IDH Educação mais elevado tendem a ter IDHM mais alto, indicando uma relação positiva entre educação e

desenvolvimento humano. Por exemplo, municípios como Vicentinópolis e Córrego do Ouro, que têm IDH Educação mais alto, também têm IDHM mais elevado.

Apesar de algumas mesorregiões terem IDHM mais elevado, isso não é uniforme dentro de cada mesorregião. Por exemplo, na mesorregião Sul Goiano, municípios como Vicentinópolis têm IDHM significativamente mais elevado do que outros, como Serranópolis. Isso sugere que outros fatores, além da região, podem estar influenciando o desenvolvimento humano. Em última análise, a relação entre mesorregiões, IDH e educação em Goiás destaca a importância da educação como um fator-chave para o desenvolvimento humano, enquanto também evidencia a necessidade de abordagens diferenciadas que considerem as particularidades de cada região.

Gráfico 1. Referente aos dados da tabela 7 (2017), MAIORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010)

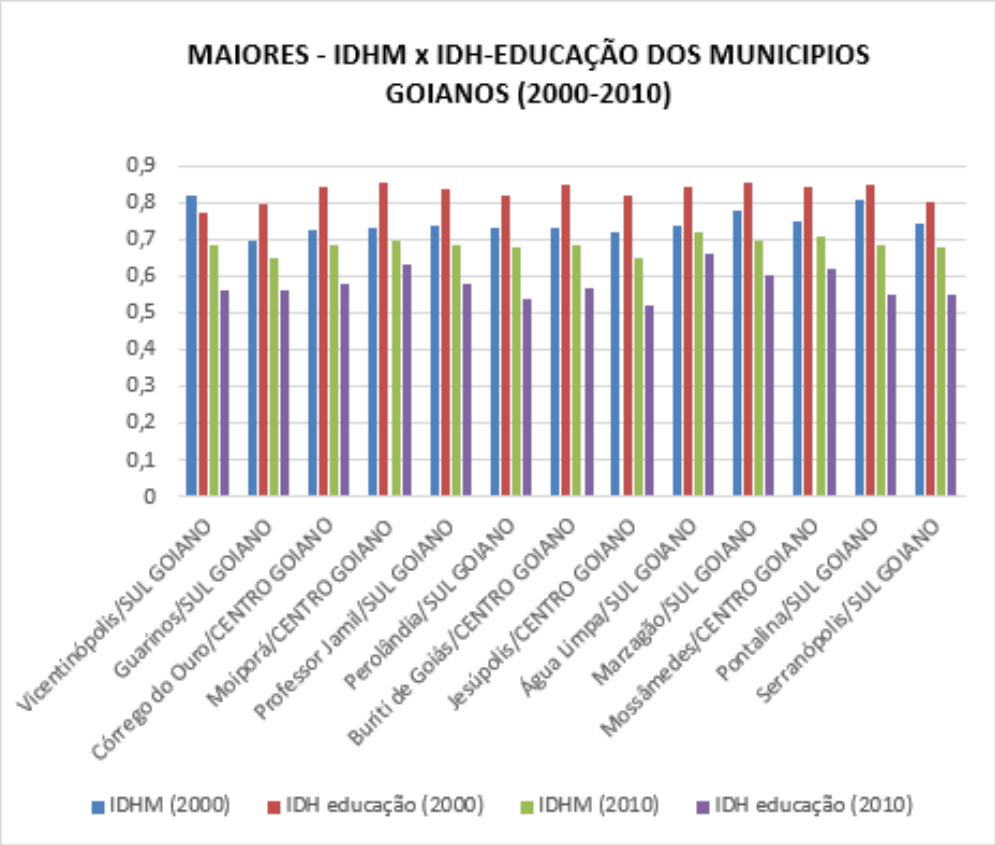


Gráfico 2. Referente aos dados da tabela 7 (2017), MENORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010)

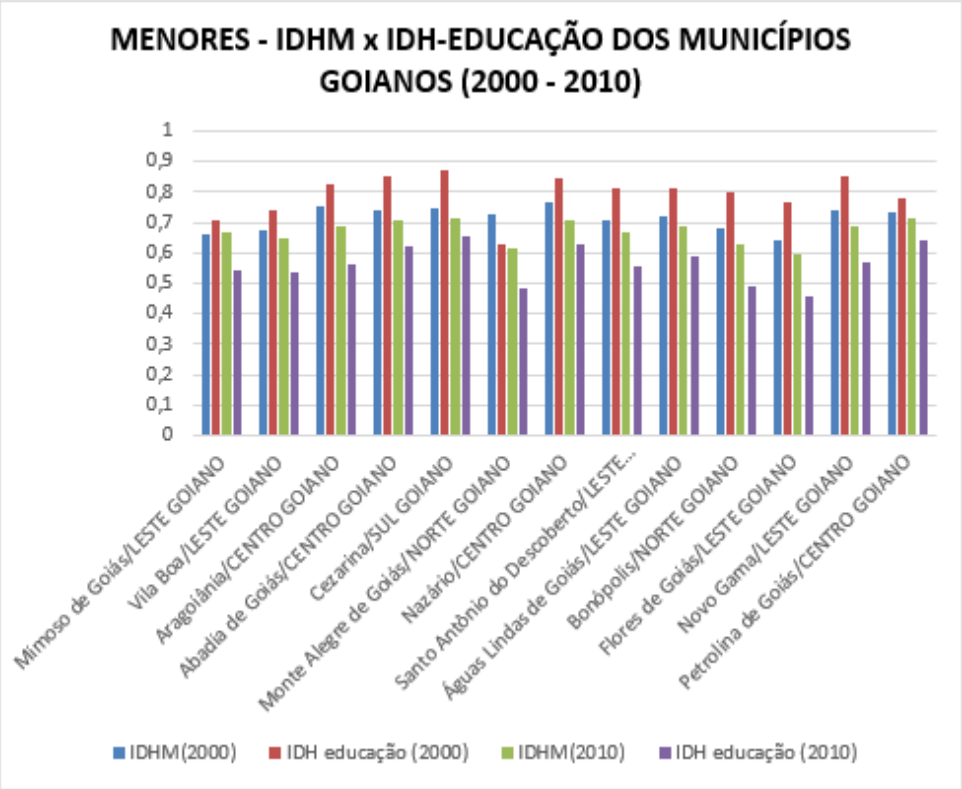


Tabela 8. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, segundo os Municípios Goianos - 2019

Município/Mesorregião	IDHM(2000)	IDH educação (2000)	IDHM(2010)	IDH educação (2010)	IDEB
Itaguaru/CENTRO GOIANO	0,746	0,845	0,718	0,648	6,3
Turvânia/CENTRO GOIANO	0,736	0,830	0,697	0,609	6,3
Cabeceiras/LESTE GOIANO	0,695	0,800	0,668	0,571	6,2
Anicuns/CENTRO GOIANO	0,721	0,840	0,714	0,627	6,2
Doverlândia/SUL GOIANO	0,710	0,789	0,668	0,518	6,2
Moiporá/CENTRO GOIANO	0,730	0,852	0,696	0,632	6,2
Diorama/NOROESTE GOIANO	0,733	0,833	0,729	0,696	6,1
Fazenda Nova/CENTRO GOIANO	0,746	0,839	0,685	0,576	6,1
Jaupaci/CENTRO GOIANO	0,710	0,834	0,689	0,602	6,1
Mossâmedes/CENTRO GOIANO	0,750	0,842	0,706	0,623	6,1
Pontalina/SUL GOIANO	0,805	0,846	0,687	0,547	6,1
Rubiataba/CENTRO GOIANO	0,748	0,861	0,719	0,666	6,1
Vicentinópolis/SUL GOIANO	0,773	0,819	0,684	0,562	6,1
Município/Mesorregião	IDHM(2000)	IDH educação (2000)	IDHM(2010)	IDH educação (2010)	IDEB

Cavalcante/NORTE GOIANO	0,609	0,603	0,584	0,415	3,8
Aragoiânia/CENTRO GOIANO	0,759	0,828	0,684	0,560	3,8
Colinas do Sul/NORTE GOIANO	0,671	0,794	0,658	0,549	3,9
Alto Paraíso de Goiás/NORTE GOIANO	0,738	0,838	0,713	0,611	4,0
Davinópolis/SUL GOIANO	0,733	0,839	0,716	0,606	4,1
Águas Lindas de Goiás/LESTE GOIANO	0,717	0,815	0,686	0,588	4,3
Hidrolândia/CENTRO GOIANO	0,736	0,817	0,706	0,603	4,3
Israelândia/CENTRO GOIANO	0,730	0,833	0,711	0,652	4,3
Mozarlândia/NOROESTE GOIANO	O,728	0,822	0,683	0,565	4,3
São Luiz do Norte/CENTRO GOIANO	0,710	0,789	0,669	0,581	4,3
Uirapuru/NOROESTE GOIANO	0,662	0,787	0,670	0,579	4,3
Campo Limpo de Goiás/CENTRO GOIANO	-	-	0,661	0,533	4,4
Santo Antônio do Descoberto/LESTE GOIANO	0,709	0,810	0,665	0,556	4,4

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE, INEP e IMB

Na tabela 8, foram observados alguns pontos de destaque, há municípios de uma mesma mesorregião que tendem a ter índices de desenvolvimento humano (IDHM) e educação (IDH Educação) semelhantes. Por exemplo, municípios do Centro Goiano geralmente apresentam IDHM e IDH Educação mais elevados em comparação com os do Norte Goiano.

Percebe-se também que, municípios com IDH Educação mais elevado tendem a ter IDHM mais alto, indicando uma relação positiva entre educação e desenvolvimento humano. Por exemplo, municípios como Itaguaru e Turvânia, que têm IDH Educação mais alto, também têm IDHM mais elevado.

Com relação a variação no desempenho educacional e no desenvolvimento humano, embora algumas mesorregiões tenham IDHM mais elevado, isso não é uniforme dentro de cada mesorregião. Por exemplo, na mesorregião Centro Goiano, municípios como Itaguaru e Mossâmedes têm IDHM significativamente mais elevado do que outros, como Aragoiânia. Isso sugere que outros fatores, além da região, podem estar influenciando o desenvolvimento humano.

Há desafios e oportunidades para o desenvolvimento regional onde municípios com IDHM e IDH Educação mais baixos devem ser alvos prioritários para investimentos e políticas públicas visando promover o desenvolvimento humano e regional. A relação entre as mesorregiões, o IDHM e a educação destacam a importância da educação como um elemento crucial para o desenvolvimento humano, enquanto também evidencia a necessidade de

abordagens diferenciadas que considerem as particularidades de cada região para promover esse desenvolvimento de forma mais equilibrado e inclusivo.

Gráfico 3. Referente aos dados da tabela 8 (2019), MAIORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010)

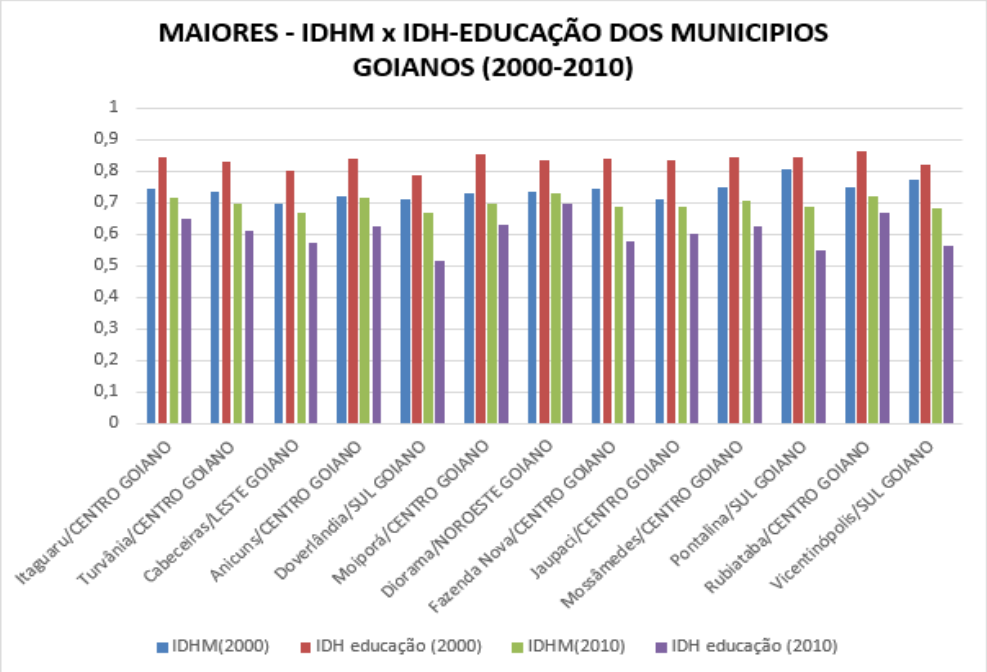


Gráfico 4. Referente aos dados da tabela 8 (2019), MENORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010)

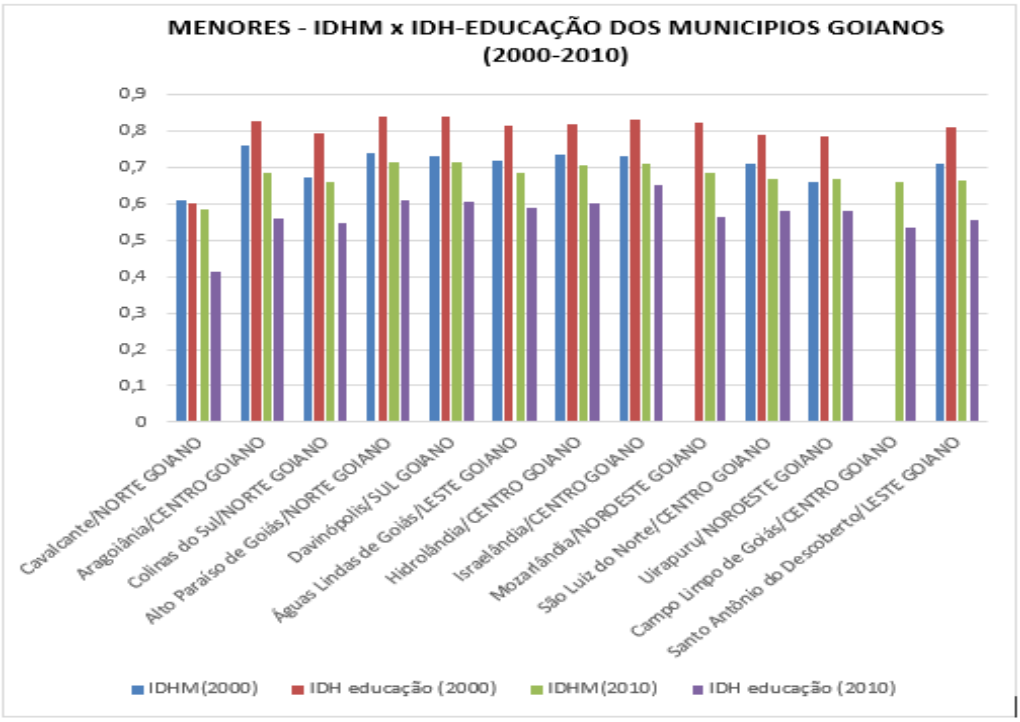


Tabela 9. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, segundo os Municípios Goianos - 2021

Município/Mesorregião	IDHM(2000)	IDH educação (2000)	IDHM(2010)	IDH educação (2010)	IDEB
Moiporá/CENTRO GOIANO	0,730	0,852	0,696	0,632	6,8
Cabeceiras/LESTE GOIANO	0,695	0,800	0,668	0,571	6,4
Cachoeira de Goiás/CENTRO GOIANO	0,704	0,814	0,727	0,674	6,4
Santa Rita do Araguaia/SUL GOIANO	0,756	0,845	0,714	0,616	6,3
Aloândia/SUL GOIANO	0,743	0,826	0,697	0,585	6,2
Flores de Goiás/LESTE GOIANO	0,642	0,764	0,597	0,457	6,2
Portelândia/SUL GOIANO	0,780	0,832	0,654	0,513	6,2
Santa Rosa de Goiás/CENTRO GOIANO	0,715	0,804	0,701	0,635	6,2
Fazenda Nova/CENTRO GOIANO	0,746	0,839	0,685	0,576	6,1
Formoso/NORTE GOIANO	0,737	0,848	0,715	0,639	6,1
Anicuns/CENTRO GOIANO	0,721	0,840	0,714	0,627	6,0
Caçu / SUL GOIANO	0,783	0,856	0,730	0,599	6,0
Hidrolina/CENTRO GOIANO	0,737	0,847	0,677	0,577	6,0
Município/Mesorregião	**IDHM(2000)**	**IDH educação (2000)**	**IDHM(2010)**	**IDH educação (2010)**	**IDEB**
Aragoiânia/CENTRO GOIANO	0,759	0,828	0,684	0,560	4,0
Cavalcante/NORTE GOIANO	0,609	0,603	0,584	0,415	4,0
Cezarina/SUL GOIANO	0,747	0,874	0,711	0,652	4,1
Abadia de Goiás/CENTRO GOIANO	0,742	0,854	0,708	0,622	4,2
Alto Paraíso de Goiás/NORTE GOIANO	0,738	0,838	0,713	0,611	4,2
Guaraíta /CENTRO GOIANO	0,697	0,828	0,687	0,625	4,2
Água Fria de Goiás/LESTE GOIANO	0,695	0,763	0,671	0,550	4,3
Araguapaz/NOROESTE GOIANO	0,729	0,767	0,674	0,540	4,3
Sítio d'Abadia/LESTE GOIANO	0,643	0,729	0,617	0,497	4,3
Urutaí/SUL GOIANO	0,760	0,878	0,732	0,666	4,3
Monte Alegre de Goiás/NORTE GOIANO	0,625	0,729	0,615	0,481	4,4
Padre Bernardo/LESTE GOIANO	0,705	0,795	0,651	0,515	4,4
São Miguel do Passa Quatro/SUL GOIANO	0,767	0,858	0,697	0,619	4,4

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE, INEP e IMB

Com base nos dados de 2021, na tabela 9, serão ressaltados alguns fatores determinantes na análise, observa-se uma variação nos índices de desenvolvimento humano e educação entre as mesorregiões, indicando diferentes níveis de desenvolvimento regional. Por exemplo, municípios do Sul Goiano tendem a ter IDHM e IDH Educação mais elevados em comparação com os do Norte Goiano. Municípios do Sul Goiano, como Santa Rita do Araguaia e Aloândia, tendem a apresentar IDHM e IDH Educação mais elevados em comparação com os municípios do Norte Goiano, como Monte Alegre de Goiás e Araguapaz.

Percebe-se que municípios com IDH Educação mais elevado tendem a ter IDHM mais alto, indicando uma relação positiva entre educação e desenvolvimento humano. Por exemplo, municípios como Moiporá e Cachoeira de Goiás, que têm IDH Educação mais alto, também têm IDHM mais elevado.

A análise dos dados destaca áreas de sucesso e desafios em diferentes mesorregiões. Compreender as especificidades de cada mesorregião é fundamental para o planejamento e a implementação de políticas públicas eficazes. Investimentos em educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento econômico podem ser adaptados de acordo com as necessidades de cada região, visando promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em todo o estado.

De modo geral, a relação entre as mesorregiões, o IDHM e a educação em Goiás destacam a importância da educação como um fator-chave para o desenvolvimento humano, enquanto também evidencia a necessidade de abordagens diferenciadas que considerem as particularidades de cada região para promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

É conclusivo que a promoção da igualdade social e econômica é fortemente influenciada pela educação, conforme evidenciado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para além do fator financeiro, a educação é reconhecida como um elemento essencial para melhorar a qualidade de vida, proporcionando acesso a conhecimento, serviços e oportunidades econômicas. Ao estabelecer uma base educacional sólida, a educação abre portas para o emprego e impulsiona o desenvolvimento socioeconômico. Essas diretrizes educacionais recebem amplo apoio de organizações internacionais, como a UNESCO.

Gráfico 5. Referente aos dados da tabela 9 (2021), MAIORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010)

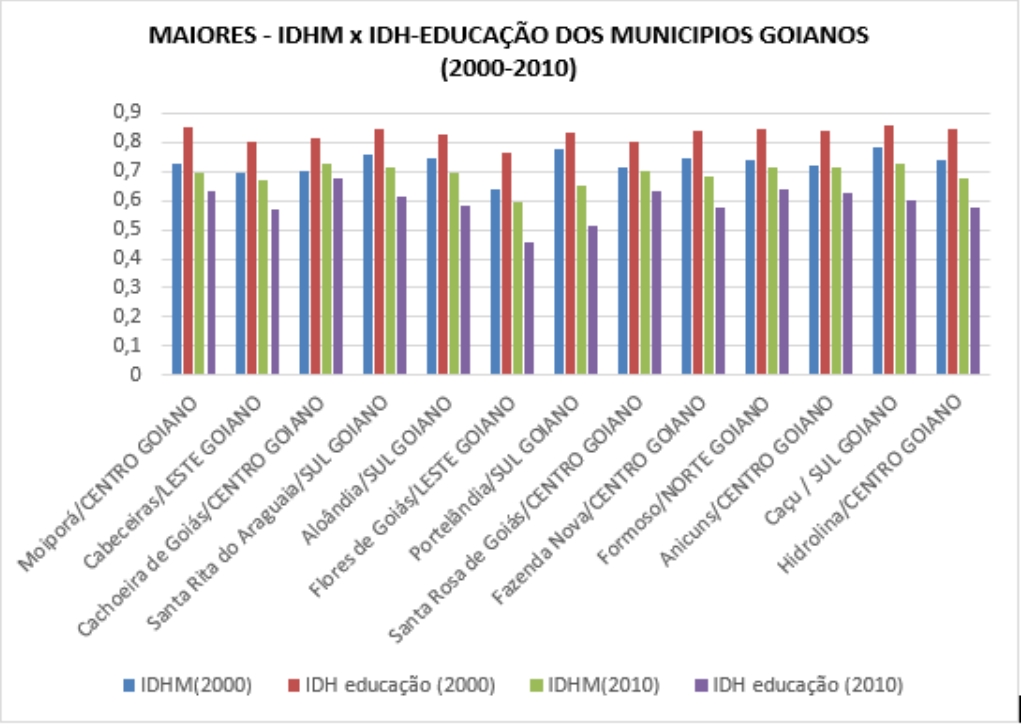
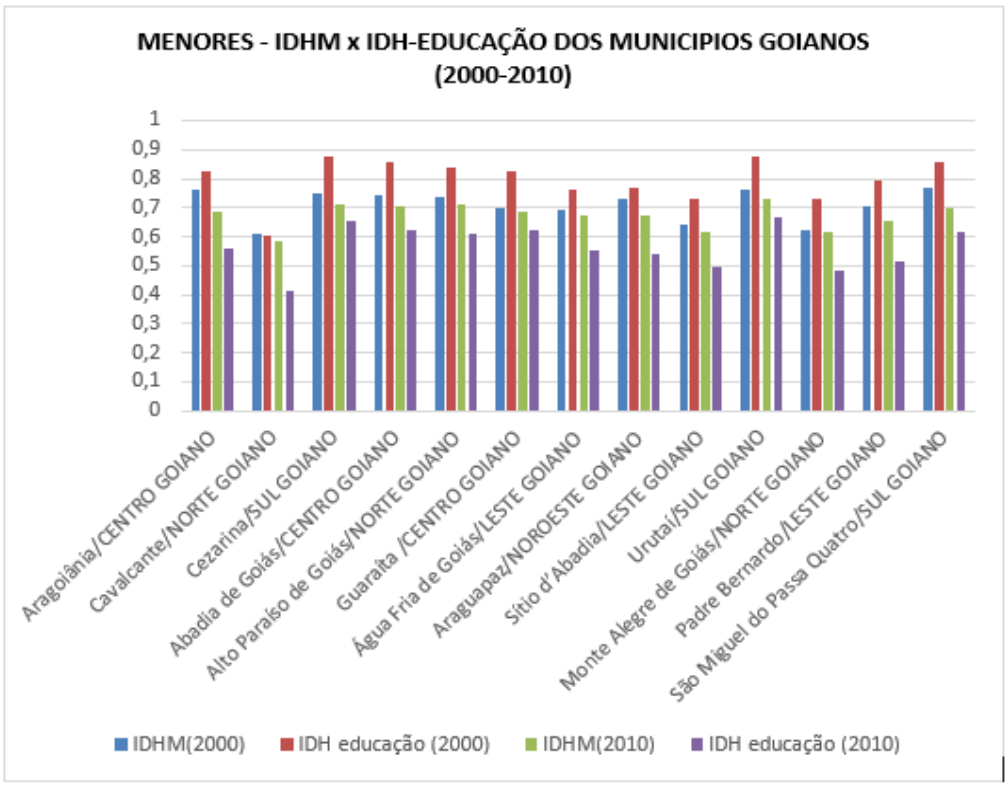


Gráfico 6. Referente aos dados da tabela 9, MENORES - IDHM x IDH-EDUCAÇÃO DOS MUNICIPIOS GOIANOS (2000-2010)



Os Gráficos referentes ao IDHM e IDH-EDUCAÇÃO dos Municípios Goianos estão organizados por mesorregiões, permitindo observar como o desenvolvimento humano varia em diferentes partes do estado. Além do IDHM geral, os gráficos apresentam dados específicos para o IDH Educação, que mede a qualidade e o acesso à educação. De acordo com Sen (1999), a educação é fundamental para a expansão das liberdades individuais e para o desenvolvimento humano. A qualidade da educação básica em cada localidade é uma métrica crucial para avaliar o sistema educacional e o desenvolvimento regional. A análise dos dados mostra que os municípios com IDH-Educação mais elevado tendem a ter um IDHM mais alto, indicando uma relação positiva entre educação e desenvolvimento humano.

A relação positiva entre IDH Educação e IDHM é evidente nos dados apresentados. Conforme discutido por Becker (1993), a educação é um dos principais fatores que contribuem para o capital humano, que por sua vez, é crucial para o desenvolvimento econômico e social. A análise dos dados mostra que os municípios de uma mesma mesorregião tendem a ter índices de desenvolvimento humano e educação semelhantes. Por exemplo, os municípios do Sul Goiano geralmente apresentam IDHM mais elevados do que os do Leste Goiano.

Com isso, Municípios com IDHM e IDH Educação mais baixos devem ser alvos prioritários para investimentos e políticas públicas. A alocação de recursos em educação, saúde e infraestrutura pode ajudar a promover o desenvolvimento humano e reduzir desigualdades regionais. Sen (1999) argumenta que a equidade na distribuição de recursos e oportunidades é crucial para o desenvolvimento sustentável. Portanto, políticas públicas devem considerar as particularidades de cada região, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem desempenhado um papel crucial como um dos principais instrumentos de avaliação da qualidade do ensino público no Brasil. Este índice, estabelecido pelo Decreto 6.094/2007, é construído com base na combinação das médias de desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, como a Prova Brasil, e na taxa média de aprovação escolar, que é obtida por meio do Censo Escolar. Ao fazer isso, o IDEB proporciona uma medida objetiva da qualidade tanto de escolas individuais quanto de sistemas educacionais inteiros.

A premissa subjacente a essa política educacional é que, por meio de um índice que varia de zero a dez, cada escola deve progredir de maneira a contribuir para que o Brasil alcance o nível educacional médio dos países considerados desenvolvidos. Isso implica não apenas em melhorar as notas dos alunos em avaliações padronizadas, mas também em garantir que a taxa de aprovação escolar seja elevada e que os estudantes estejam adquirindo habilidades e conhecimentos relevantes para sua vida acadêmica e profissional.

No contexto deste estudo, a pesquisa destacou com a análise dos números relativos à aprovação e o índice apresentado pelo IDEB, percebe-se um padrão que aponta para um impacto maior nas taxas de aprovação do que na melhoria da proficiência dos estudantes. Isso sugere que houve um esforço concentrado em elevar a taxa de fluxo escolar, garantindo a passagem de ano dos estudantes, em detrimento da qualidade do aprendizado.

Essa tendência reflete uma possível priorização da aprovação automática em detrimento da efetiva promoção da aprendizagem. Em outras palavras, as escolas podem estar mais preocupadas em manter os alunos avançando para os próximos anos letivos, independentemente do nível de proficiência alcançado, do que em garantir que eles adquiram habilidades e conhecimentos essenciais, isso em detrimento ao alcance da meta a ser alcançado no IDEB..

A taxa de permuta entre o fluxo escolar e a proficiência, presente na estrutura do IDEB, tem como propósito incentivar as escolas a operarem com baixas taxas de reprovação. No entanto, quando essa abordagem é aplicada de maneira desequilibrada, pode resultar em uma ênfase excessiva na aprovação automática em detrimento da qualidade do ensino.

É importante ressaltar que o IDEB não se limita apenas a fornecer um indicador da qualidade da educação. Ele também orienta as ações e políticas educacionais, incentivando as escolas a priorizarem a melhoria do aprendizado dos alunos e a redução das taxas de evasão e reprovação. Portanto, uma abordagem equilibrada, que leve em consideração tanto o fluxo escolar quanto a proficiência dos alunos, é fundamental para impulsionar a educação brasileira em direção a padrões mais elevados de excelência e equidade.

A pesquisa em questão buscou desempenhar um papel crucial no aprimoramento do debate em torno das apropriações e usos dos dados provenientes das avaliações externas dentro da comunidade acadêmica, nas escolas e também perante um público externo, como outras Secretarias de Educação, escolas e associações de pais e mestres. O objetivo primordial é direcionar essas discussões para impulsionar efetivamente a melhoria da qualidade da educação básica em todo o país.

Dentro da comunidade acadêmica, os resultados desta pesquisa têm o potencial de enriquecer as reflexões teóricas e práticas sobre a avaliação educacional. Ao oferecer concepções sobre como os dados das avaliações externas são interpretados, utilizados e integrados nas políticas educacionais e práticas pedagógicas, ela pode estimular novas pesquisas, debates e proposições de soluções inovadoras para os desafios enfrentados pela educação básica.

Além disso, de acordo com Lück (2009), ao alcançar um público externo, como outras Secretarias de Educação, escolas e associações de pais e mestres, essa pesquisa pode inspirar ações colaborativas e ações de promoção da qualidade educacional. Ao compartilhar experiências, boas práticas e lições aprendidas, essa pesquisa pode catalisar a criação de redes de aprendizagem e colaboração entre diferentes atores educacionais, visando fortalecer os esforços para elevar os padrões educacionais em todo o país.

Após a finalização da pesquisa, constatou-se uma tendência de redução no número de escolas estaduais ao longo do período analisado, bem como uma diminuição no número total de matrículas para o ensino fundamental, anos finais. Essa redução pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo mudanças demográficas, políticas educacionais e impactos decorrentes de crises econômicas ou pandemias, como a COVID-19. Apesar das oscilações no número de matrículas, é fundamental avaliar essas tendências e compreender suas causas subjacentes para implementar políticas e estratégias que garantam o acesso à educação de qualidade para todos os alunos. Isso pode envolver medidas como a expansão de programas de inclusão educacional, investimentos em infraestrutura escolar e programas de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

A análise dos resultados do IDEB mostrou uma melhoria gradual na taxa de aprovação dos alunos e no índice de aprendizado ao longo dos anos, resultando em um aumento do IDEB, apesar de uma leve queda no aprendizado em 2021. O Estado de Goiás conseguiu alcançar as metas estabelecidas para o IDEB nos três anos analisados, o que sugere um progresso consistente em direção aos objetivos educacionais.

É importante ressaltar, no entanto, que o aumento nos índices de proficiência em matemática e português não necessariamente reflete uma ampliação significativa do conhecimento pelos alunos. A “passagem automática” não garante automaticamente melhorias no aprendizado escolar, exigindo investimentos significativos em programas e iniciativas que visem diretamente ao avanço do aprendizado e ao desenvolvimento das habilidades dos estudantes.

Contudo, a análise das avaliações externas, realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), proporciona uma visão mais abrangente e detalhada do progresso educacional, identificando áreas que requerem atenção e intervenção para promover um melhor desenvolvimento dos estudantes. É crucial que as políticas educacionais se concentrem não apenas no aumento do fluxo de estudantes, mas também em investimentos substanciais em programas e iniciativas que promovam efetivamente o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos, visando a melhoria contínua da qualidade do ensino.

As análises detalhadas dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os municípios de Goiás, tanto nos melhores quanto nos piores resultados, fornecem uma visão abrangente do panorama educacional do estado. É evidente que há uma relação entre o desempenho dos alunos, o progresso acadêmico e os resultados gerais do IDEB. Municípios com melhores resultados tendem a ter melhores notas nas avaliações padronizadas de português e matemática (SAEB), um fluxo escolar consistente e, consequentemente, um IDEB mais alto. Por outro lado, municípios com resultados mais baixos no IDEB enfrentam desafios no aprendizado dos alunos e, em alguns casos, um fluxo escolar menos eficiente.

Ao longo dos anos, percebemos uma tendência positiva no desempenho educacional da Rede Estadual de Goiás, conforme evidenciado pela evolução consistente da taxa de aprovação, das notas médias em matemática e português, e do próprio IDEB. Essa melhoria geral na qualidade da educação no estado é notável não apenas localmente, mas também em nível nacional, como indicado pelo avanço de Goiás no ranking nacional do IDEB.

Portanto, faz-se necessário a continuidade do monitoramento e na abordagem sobre os desafios enfrentados pelos municípios com resultados mais baixos no IDEB, implementando estratégias eficazes para melhorar o aprendizado dos alunos, promover um fluxo escolar mais eficiente e, assim, elevar os padrões educacionais em todo o estado. Isso pode envolver investimentos em recursos educacionais, formação contínua de professores e políticas direcionadas para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

Ao delinear a interação entre educação e desenvolvimento regional no estado de Goiás, destaca-se a relevância da compreensão da diversidade regional e das especificidades socioeconômicas de cada área para a formulação e implementação de políticas públicas eficazes. A criação das Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas pelo IBGE proporcionou uma estrutura mais detalhada e precisa para a análise da realidade geográfica do estado, contribuindo para uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

As seis regiões intermediárias foram descritas com suas características e dinâmicas regionais específicas, evidenciando a importância de cada uma no contexto do desenvolvimento estadual. Além disso, a análise dos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Valor Adicionado (VA) em diferentes setores econômicos revelou disparidades regionais significativas em termos de desenvolvimento humano e econômico.

A utilização do IDM proporcionou uma análise abrangente do desempenho dos municípios em diversos segmentos vitais, ressaltando a importância equitativa da economia, educação, infraestrutura, saúde, segurança e trabalho no desenvolvimento socioeconômico local. Uma relação positiva entre IDH Educação e IDHM enfatizou a relevância da educação como um fator determinante para o desenvolvimento humano em todas as regiões do estado.

A análise dos dados nos períodos empregados evidenciou melhorias no IDHM, mas também destacou a necessidade contínua de investimentos em áreas como educação, saúde e infraestrutura para promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. Por fim, a compreensão das particularidades de cada região foi ressaltada como fundamental para o planejamento e a implementação de políticas públicas direcionadas às necessidades específicas de cada área, visando promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em todo o estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

_____. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Censo Escolar da Educação Básica Sistema Educacenso.** Caderno de Estudos. Secretaria de Educação a Distância. 1ª ed. Brasília: MEC, FNDE, 2015.

_____. IBGE. **Panorama introdutório**. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/panorama-introdutorio>. Acesso em: 25 março de 2024.

ALMEIDA, C. L; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. de. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v34n125/08.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023,

ALMEIDA, Fernando José. **Por que educação em primeiro lugar? In: ALMEIDA, Fernando José de (org) O DNA da educação: legisladores protagonizam as mais profundas e atuais reflexões sobre políticas públicas.** São Paulo: Instituto DNA Brasil, pp. 14-19, 2006.

BECKER, G. S. (1993). Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. University of Chicago Press.

BELLONI, J. A. (2000). **Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de universidades federais brasileiras**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 245p. Recuperado em 23 de agosto de 2015, de http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/1757.pdf.

BONAMINO, Adriano Henrique Caliman. Equidade Curricular No Brasil: Uma Revisão Sistemática. **Educação & Sociedade**, 43, P. 1-23, 2022.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução. Petrópolis**: Vozes, 2009.

BOWLBY, J. (1969). **Apego e Perda**: Vol. 1. Anexo. Nova York: Livros Básicos.

CARVALHO, Mirtes Gonçalves Honório de; CARVALHO, Marlene Araújo. **Avaliação da aprendizagem: uma evolução histórica.** Universidade Federal do Piauí, 2002. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.10/GT10_5_2002.pdf Acesso em: 21 fev. 2024.

CIMADAMORE, A. D. **As políticas de produção de pobreza: construindo enfoques teóricos integrados**. In: CIMADAMORE, A. D. et al. Produção de pobreza e desigualdades na América. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. pp. 15-38.

COSTA, Lígia Martha Coimbra da. **Avaliação em Larga Escala como Política Pública: uma análise da experiência brasileira.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação Educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB). **Revista do Serviço Público**. Ano 52. Número 4. Out-Dez, 2001.

CRUVINEL, E. C.; MARINHO, F. V. M.; SATEL, C. I. R. **Índice de desempenho dos Municípios goianos – 2020/2021.** Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2021.

DOURADO, L. F., OLIVEIRA, J. F., SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Textos para Discussão (Série Documental), v. 24, n. 22, Brasília, DF: INEP, 2007

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação e fracasso escolar: questões para debate sobre a democratização da escola. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, v. 13, n. 13, p. 123-134, 2009.

ESTEBAN, Maria Teresa; FETZNER, Andréa Rosana. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. **Educar em Revista,** [S.l.], p. 75-92, jul. 2015. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2015.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação formativa**. Revista Portuguesa de Educação**, 2006,19 (2), pp. 21-50.

FONSECA, Gilson Luiz Bretas das. **Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil.** Disponível em: Acesso em 6 de novembro de 2023.

FRANCO, A. M. P. **Os determinantes da qualidade da educação no Brasil**. 2008. 146 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANCO, Creso. O SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, maio/jun./jul./ago. 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, L. C., et al. **Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão**. Petrópolis RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da má (qualidade) do ensino. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais da Educação: da Desmoralização do Magistério à Destruição do Sistema Público de Educação. **Educação & Sociedade,** v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Políticas de Responsabilização: Entre a falta de Evidência e a Ética.** Cadernos de Pesquisa, v.43 n.148 p.348-365 jan./abr. 2013.

FREITAS, R. M. M.; LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. **Políticas educacionais baseadas em resultados e seu impacto na qualidade do ensino: a visão de professores e gestores sobre a reforma educacional do estado de Goiás.** In: LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar [livro eletrônico]. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2024.

Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD, INEP-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ministério da Educação**. 2020. Disponível em: Acesso em: 12 fevereiro 2024.

LAPA, J. S., & NEIVA, C. C. (1996). Avaliação em Educação: comentários sobre desempenho e qualidade. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro: A Fundação, 4(12), 213-236.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012

LIBÂNEO, José Carlos (et.al). **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. Cortez. São Paulo, 2005

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

LOPES, A. R. L. V. (2018). **Processos formativos e a aprendizagem da docência: alguns princípios orientadores.** In M. T. C. Trevisol, N. Feldkercher, & D. P. Pensin (Orgs.), Diálogos sobre formação docente e práticas de ensino.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª Edição, São Paulo, SP: Editora Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MENEZES-FILHO, N. A. **Os determinantes do desempenho escolar no Brasi**l. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, nº 2, 2007. 30 p. Texto para discussão.

MOREIRA, N. P., CUNHA, N. R. S, FERREIRA, M. A. M., & SILVEIRA, S. F. R. (março, 2011). **Fatores determinantes da eficiência dos programas de pós-graduação acadêmicos em Administração, Contabilidade e Turismo.** Avaliação, 16(1), 201-230. Recuperado em 12 de setembro de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo: Ática, 2006.

Perspectiva de Competências OCDE 2013 [livro eletrônico]: primeiros resultados do estudo de competências de adultos / OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos. — São Paulo: Fundação Santillana, 2014. 7,8 Mb; PDF

Plano decenal de educação para todos. - Brasília: MEC, 1993. - versão atualizada 120p. 1. Política da educação 2. Planejamento da educação 3. Educação básica 4. MEC. Secretaria de Educação Fundamental I. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto.

PRADO, Iara Glória de A. **LDB e políticas de correção de fluxo escolar**. Em Aberto. Brasília, v.17, n.71, p. 49-56, jan. 2000.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema educacional americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação.** Porto Alegra: Sulina, 2011.

SANDRONI, P**. Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás - 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005. 823 p.: il.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SEN, A. (1999). Development as Freedom. Oxford University Press.

SETÚBAL, M.A. **Os Programas de Correção de Fluxo no contexto das políticas educacionais contemporâneas.** Em Aberto, Brasília, DF, v.17, n.71, p.9-19, jan. 2000.

SILVA, Katharine Ninive Pinto; SILVA, Jamerson Antônio de Almeida da. **Accountability e intensificação do trabalho docente no Ensino Médio Integral de Pernambuco.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 117-140, jan./jun. 2014. Disponível em: acesso em: mar. de 2024.

SILVA, M. A. (2002). **Intervenção e Consentimento: A política educacional do Banco Mundial.** Cortez.

SILVA, Sonia das Graças Oliveira. A relação Família/Escola, Disponível em: http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/a-relacao-familia%***10 escola 3012***/artigo/26/06/2008

SOARES, J. F. & COLLARES, A. C. M. (2006). Recursos Familiares e o Desempenho Cognitivo dos Alunos do Ensino Básico Brasileiro. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, Brasil, v.49, n.3.

SOARES, J.F**. Avaliação da qualidade da educação escolar brasileira.** O Sociólogo e as Políticas públicas: Ensaios em Homenagem a Simon Schwartzman/ Luisa Farah Schwartzman, Isabel Farah Schwartzman, Felipe Farah Schwartzman, Michel Lent Schwartzman (org). Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2009.

SOUSA, L. A.; BRAGA, A. E. Teoria clássica dos testes e teoria de resposta ao item em avaliação educacional. **Revista de Instrumentos,** Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, v. 1, n. 1, p. e020002, 2 jan. 2020. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/3523

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. **Avaliação Educacional: Caminhos da Atualidade.** São Paulo: EPU, 2003.

TYLER, R.W. (1986). **Basic principles of curriculum and insmction**. Chicago, University of Chicago Pressa

VIEIRA, Ivan Souza. **Oportunidades Educacionais no Brasil: o que dizem os dados do SAEB**. Estud. Aval. Educ., São Paulo, v. 30, n. 75, p. 748-778.

ZÁKIA SOUSA, Sandra; LOPES, Valéria Virgínia. Avaliação nas Políticas Educacionais Atuais Reitera Desigualdades. **Revista Adusp (Dossiê Educação),** Janeiro de 2010.